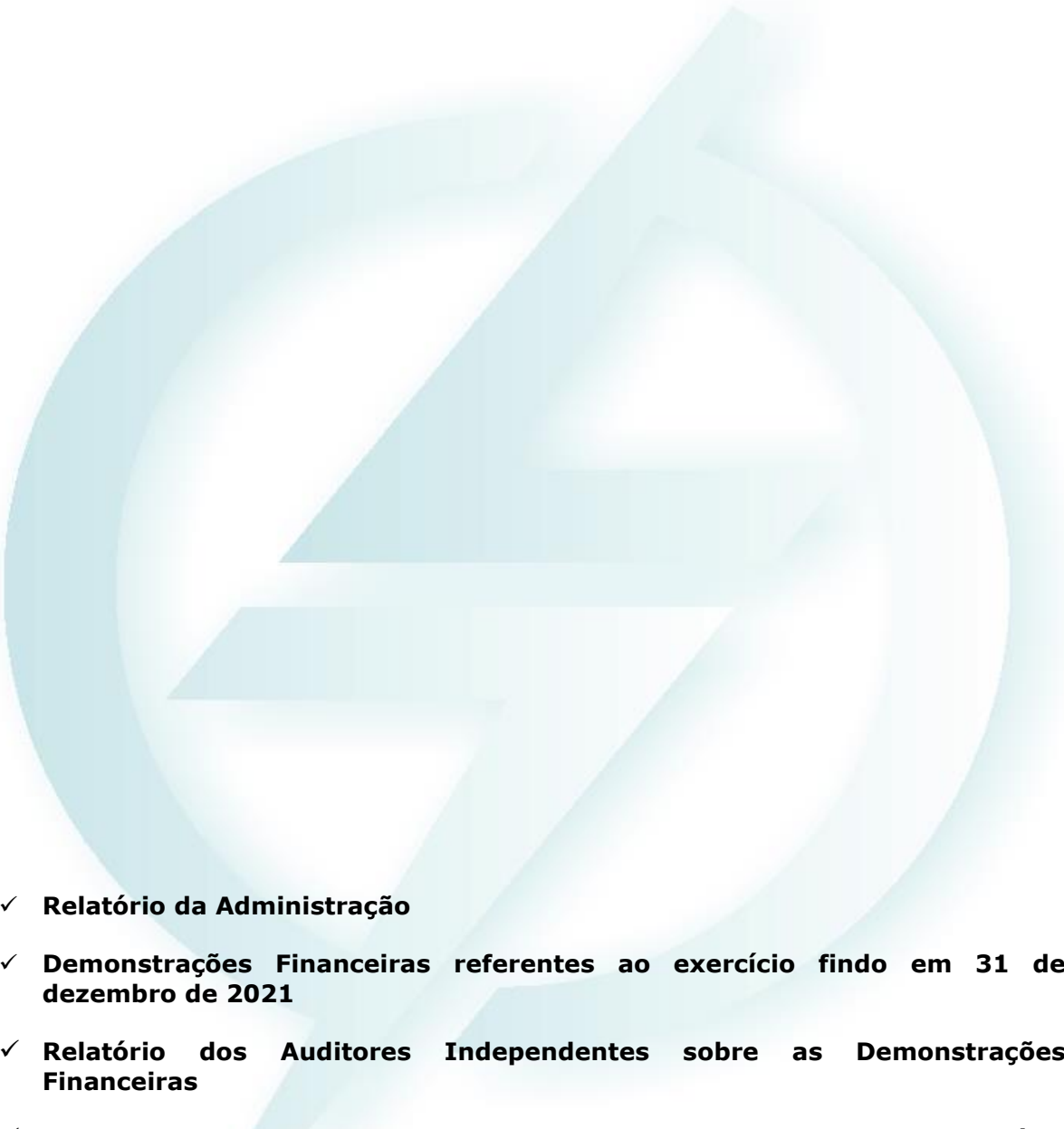


LIGHT S.A.

- 
- ✓ **Relatório da Administração**
 - ✓ **Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021**
 - ✓ **Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras**
 - ✓ **Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e Relatório dos Auditores Independentes**
 - ✓ **Relatório anual resumido do Comitê de Auditoria**
 - ✓ **Parecer do Conselho Fiscal**

Mensagem da Administração

No ano de 2021 demos início à construção dos pilares de uma nova Light. Implementamos um novo modelo de gestão, iniciando uma transformação profunda em toda a Companhia. Hoje, temos reunido um time altamente capacitado, com profunda experiência em processos de turnaround, motivado por desafios e que vem trabalhando com todo afinco nesse processo de mudança, que aborda não só aspectos operacionais, mas, também, de cultura organizacional.

Desde quando assumimos o desafio de administrar a Companhia, sabíamos que o caminho de transformação seria longo, sem atalhos. Ainda estamos no início dessa jornada e entendemos que ainda há muito a ser feito. Mesmo assim, podemos dizer que, em 2021, demos muitos passos importantes demonstrando nossa evolução na direção correta.

Investimos mais de R\$460 milhões no combate ao furto de energia e melhoria da arrecadação, um aumento de cerca de 60% em relação a 2020. Esses investimentos continuarão em ritmo forte em 2022 pois são essenciais para evoluirmos em nossa estratégia, que inclui a modernização de equipamentos, blindagem de rede e capacitação das equipes de campo.

Ao longo do ano, avançamos com a substituição de medidores obsoletos, trocando mais de 63 mil equipamentos. A estratégia de blindagem de rede também seguiu crescendo, atingindo mais de 40,5 mil normalizações, sendo 5,8 mil somente no último trimestre de 2021. Também no último trimestre do ano, registramos uma queda de 209 GWh nas perdas totais (12 meses), mantendo constante o indicador de perdas totais sobre a carga fio desde o início do ano apesar de todos os desafios da nossa área de concessão e implementação de treinamento de equipes e de novas medidas.

E, apesar da complexidade e dos desafios econômicos presentes na área de concessão da Light, a arrecadação avançou 1,4 p.p. em 2021, encerrando o ano em 96,4%.

No âmbito da qualidade do fornecimento, os indicadores DECI e FECi atingiram suas melhores marcas em 20 anos, alcançando índices comparáveis aos das melhores concessões no Brasil (6,34h e 3,44x respectivamente), colocando a Light dentre as cinco melhores distribuidoras do país com mais de um milhão de clientes. De acordo com a ANEEL, a Light foi a distribuidora que mais avançou em 2021 no Ranking de Continuidade do fornecimento de energia elétrica, tendo melhorado 10 posições.

Vale destacar também o sucesso do Programa Light nas Comunidades, que já está em curso em oito localidades e tem como objetivo resgatar a presença da Light nessas áreas e a reconstrução da relação da Companhia com as comunidades. Para isso, contamos com o apoio local das associações de moradores e líderes comunitários impulsionando a transformação social.

A gerência de relacionamento com as comunidades já trabalha ativamente nessas áreas, apoiando a equipe técnica na busca do equilíbrio entre os objetivos de combate às perdas e arrecadação e o aprimoramento do atendimento a este público, por meio de seus diversos canais de relacionamento.

Na Geração, a Light demonstrou grande eficiência e resultados significativos na estratégia de proteção do resultado aos riscos de mercado. Trabalhando em modo preventivo, foi possível antecipar os eventos que impactaram o mercado, como a Crise Hídrica que se iniciou no final do primeiro semestre do ano, trazendo grande volatilidade nos preços e reduzindo o GSF a valores historicamente baixos. Essa gestão dos riscos garantiu a proteção dos resultados da Geradora em 2021, evitando perdas potenciais relacionadas à Crise Hídrica.

No âmbito financeiro, concluímos com sucesso diversas operações em 2021. O follow-on realizado em janeiro foi muito bem recebido pelo mercado, que reafirmou a sua confiança em nosso plano de melhoria operacional e geração de resultados. Na ocasião, captamos R\$1,34 bilhão em novos recursos. Na frente de gestão de passivos, realizamos emissões de dívida nos mercados local e internacional, totalizando mais de R\$5,5 bilhões, contribuindo para a melhora do custo e a redução do prazo do endividamento. Encerramos o ano com uma posição de caixa robusta para fazer frente às obrigações de 2022.

Em 2021 também reafirmamos nosso foco na transparência, prestação de contas, equidade e no diálogo constante com os nossos stakeholders.

Fomos selecionados para integrar a 17ª carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 (ISE B3) e, também, a carteira do Índice Carbono Eficiente da B3 (ICO2 B3), ambas válidas para o ano de 2022. Vale destacar que a Light está pelo 15º ano consecutivo no ISE B3 e pelo segundo ano no ICO2 B3.

Atualizamos nossa Matriz de Materialidade, avaliando os temas relevantes para a Light sob a ótica da Companhia e de nossos stakeholders. Esse processo foi coordenado pelo Comitê ESG+, ligado ao Conselho de Administração.

Com base na nova Matriz, selecionamos os 10 temas prioritários para a condução da nossa estratégia ESG em 2022: Qualidade do Serviço e Eficiência Operacional, Relacionamento com as Comunidades, Saúde e Segurança, Gestão de Pessoas, Solidez Financeira e Mercado de Capitais, Melhora da Experiência com o Cliente, Novos Modelos de Negócios, Perdas e Inadimplência, Inovação & Tecnologia e Mudanças Climáticas.

Por fim, não poderíamos deixar de comentar que, recentemente, concluímos a Revisão Tarifária Periódica da Distribuidora. É importante ressaltar a relevância desse processo para a Light, uma vez que já capturou os benefícios de um novo modelo regulatório que endereça os desafios de concessões complexas como a da Light.

Com o resultado dessa revisão, a soma da Parcela B, das Receitas Irrecuperáveis e de Perdas trarão um resultado positivo para o EBITDA e para o caixa da Distribuidora de aproximadamente R\$770 milhões, sendo R\$542 milhões só em 2022. O ganho advindo da Revisão Tarifária durante o ciclo de cinco anos é equivalente a um valor presente líquido de R\$2,8 bilhões.

O bom resultado da Revisão Tarifária garante a segurança necessária à Light para darmos continuidade ao nosso trabalho, avançando na implementação do nosso modelo de gestão com foco na busca por um resultado sustentável no segmento de distribuição que nos permita o equilíbrio na consolidação do negócio.

Firmino Sampaio

Presidente do Conselho de Administração

Nonato Castro

Diretor Presidente

Perfil Corporativo

A Light está presente em 31 municípios do Estado do Rio de Janeiro abrangendo uma região com cerca de onze milhões de pessoas e encerrou 2021 com aproximadamente quatro milhões e trezentos clientes. Com sede na cidade do Rio de Janeiro, o Grupo Light é constituído pela *holding*, Light S.A., por suas controladas diretas - Light Serviços de Eletricidade S.A. (distribuição de energia), Light Energia S.A. (geração de energia), Lightcom Comercializadora de Energia S.A. (comercialização de energia), Light Conecta Ltda. (geração de energia e serviços), Light Soluções em Eletricidade Ltda. (serviços) e Instituto Light (institucional) – e por controladas em conjunto: Lightger S.A. (responsável pelo empreendimento PCH Paracambi), Amazônia Energia Participações S.A. (para participação no projeto da UHE Belo Monte), Axxiom Soluções Tecnológicas S.A. (serviços de TI) e Guanhães Energia S.A (responsável pelo empreendimento PCH Guanhães).

Distribuição de Energia

Tarifas

As tarifas da Light SESA são determinadas de acordo com o Contrato de Concessão, regulamentação e decisões da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, que possui discricionariedade no exercício de suas atividades regulatórias. Os contratos de concessão das distribuidoras e a lei brasileira determinam um mecanismo de teto tarifário que permite três tipos de ajustes tarifários: (1) reajuste periódico, o qual ocorre anualmente; (2) revisão periódica, a qual ocorre a cada cinco anos; e (3) revisão extraordinária.

Reajuste Tarifário

Em 9 de março, a ANEEL aprovou um índice de reajuste tarifário para a Light SESA com efeito médio de 6,75%. As novas tarifas entram em vigor a partir de 15 de março de 2021.

Os consumidores residenciais perceberam um aumento de 4,60%, conforme a tabela a seguir, que também apresenta os impactos percebidos pelas demais classes e níveis de tensão.

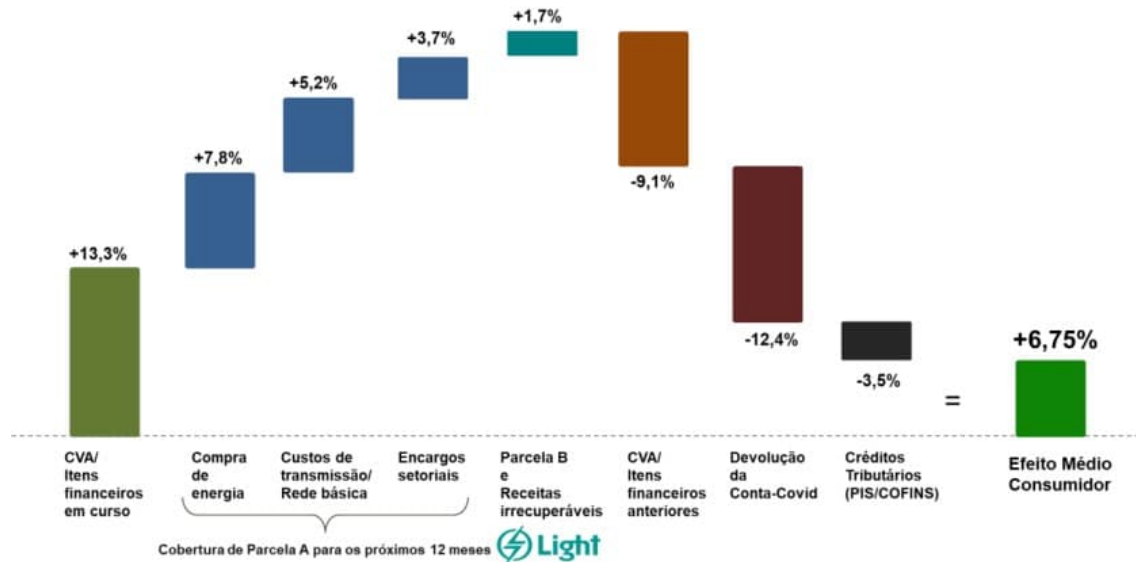
Percepção Média para o Consumidor por Classe e Nível de Tensão

	LIVRES + CATIVOS	EFEITO MÉDIO
Grupo A	A2 (88 a 138kV)	18,76%
	A4 (2,3 a 25 kV)	8,15%
	AS (Subterrâneo)	6,53%
BT	B1 (Residencial)	4,60%
	B2 (Rural)	12,33%
	B3 (Comercial)	4,74%
	B4 (Ilum. pública)	4,66%
	Grupo A	11,83%
	BT	4,67%
	Grupo A+BT	6,75%

O processo de reajuste tarifário anual consiste no repasse aos consumidores dos custos não-gerenciáveis da concessão (tais como compra de energia, encargos setoriais e encargos de transmissão, que, em conjunto, representam a Parcela A) e na atualização dos custos gerenciáveis (Parcela B) pela variação do IPC-A ajustada pelos componentes do Fator X, que repassa aos consumidores as variações de produtividade anuais da concessionária, os ajustes nos custos operacionais definidos na última revisão tarifária, além de incorporar os mecanismos de incentivos à melhoria da qualidade.

O gráfico a seguir resume a participação de cada item de custo no efeito médio percebido pelo consumidor

Percepção Média para o Consumidor



A projeção dos custos relativos à compra de energia para os próximos 12 meses é responsável por 7,8 p.p. do reajuste médio da tarifa, sendo, portanto, uma das principais razões do aumento da tarifa da distribuidora. Tal efeito é decorrente, principalmente, do maior custo de compra de energia da UHE Itaipu e da UTE Norte Fluminense, cujos contratos são atrelados ao dólar, que aumentou 25% no período. Essas duas usinas representam 39% do volume de energia contratada pela Light SESA. Em consequência, o preço médio dos contratos de compra de energia (Pmix) passou de R\$221,74/MWh para R\$257,17/MWh, representando um aumento de 16,0%.

Outro fator relevante foi o aumento dos Custos de transmissão ou Rede básica, associados aos gastos com o transporte da energia do ponto de geração até o centro de consumo, responsáveis por um aumento de 5,2 p.p. Já os Encargos setoriais impactaram o reajuste em 3,7 p.p., especialmente em função do início do pagamento da Conta-Covid pelos consumidores por meio da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

O efeito da CVA/Itens financeiros contabilizada desde o último reajuste (+13,3 p.p.) foi parcialmente mitigado pela retirada do mesmo componente referente ao processo anterior (-9,1 p.p.), representando um impacto líquido de +4,2 p.p.

Finalmente, dois componentes contribuíram para redução em 15,9 p.p. do efeito médio para o consumidor: a devolução integral do empréstimo recebido da Conta-Covid ao longo de 2020 (-12,4 p.p.) e os créditos tributários referentes ao trânsito em julgado da exclusão do ICMS da base do PIS/Cofins (-3,5 p.p.). Em especial a esse último componente, trata-se do repasse ao consumidor da parcela do crédito tributário devidamente reconhecido no passivo da Light SESA e efetivamente aproveitado para compensação de tributos federais correntes da sua operação até janeiro de 2021, já provisionados pela Companhia.

No que se refere ao repasse das perdas regulatórias, item incluído nos custos de Compra de energia, foram mantidos os percentuais definidos na última revisão tarifária, sendo de 36,06% sobre o mercado de baixa tensão para as perdas não-técnicas e de 6,34% sobre a carga-fio para as perdas técnicas.

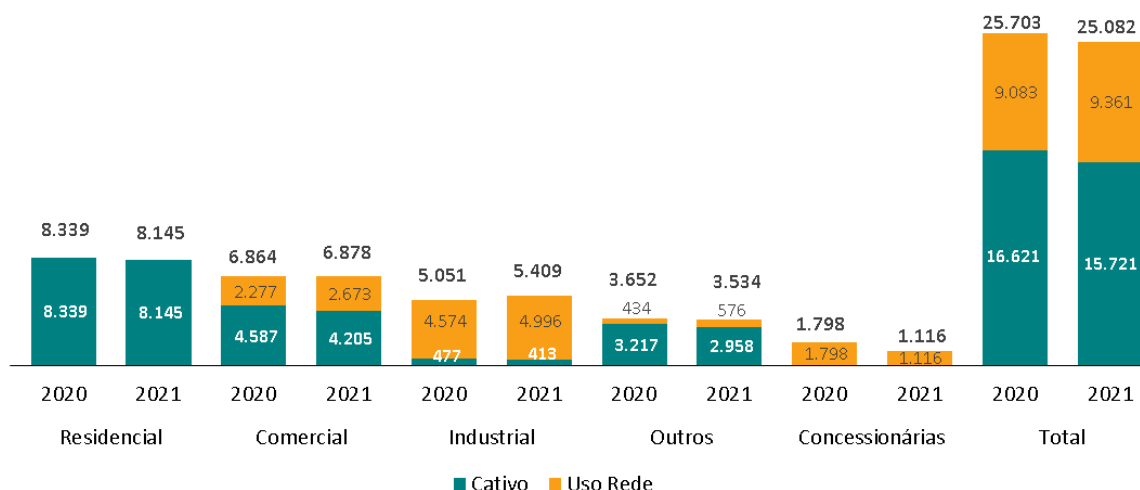
Já o reajuste da Parcela B, a qual cobre os custos e remunera os investimentos da Light SESA, reflete a variação acumulada do IPC-A no período (4,98%), deduzida do Fator X resultante da soma de três componentes: Fator X Pd, associado à variação de produtividade e influenciado pela redução de mercado nos últimos 12 meses (-0,65%); Componente T, relativo à trajetória crescente de custos operacionais (-0,84%); e Componente Q, que captura a variação dos indicadores de qualidade verificada entre os anos de 2018 e 2019 (+0,05%).

IPC-A e composição do Fator X	%
IPCA	+4,98%
Fator X	-1,45%
Fator X Pd (Produtividade)	-0,65%
Componente T (Trajetória Opex)	-0,84%
Componente Q (Qualidade)	+0,05%
Índice de atualização da Parcela B (IPC-A – Fator X)	+6,42%

O resultado do reajuste ficou em linha com a expectativa da Companhia, tendo em vista o repasse dos custos incorridos nos últimos 12 meses, a devolução dos recursos financeiros da Conta-Covid recebidos no segundo semestre de 2020, o repasse dos créditos tributários provisionados que tiveram efetivo aproveitamento de caixa até janeiro de 2021, e a perspectiva dos custos da Parcela A nos próximos 12 meses.

Desempenho Operacional

Evolução do Mercado



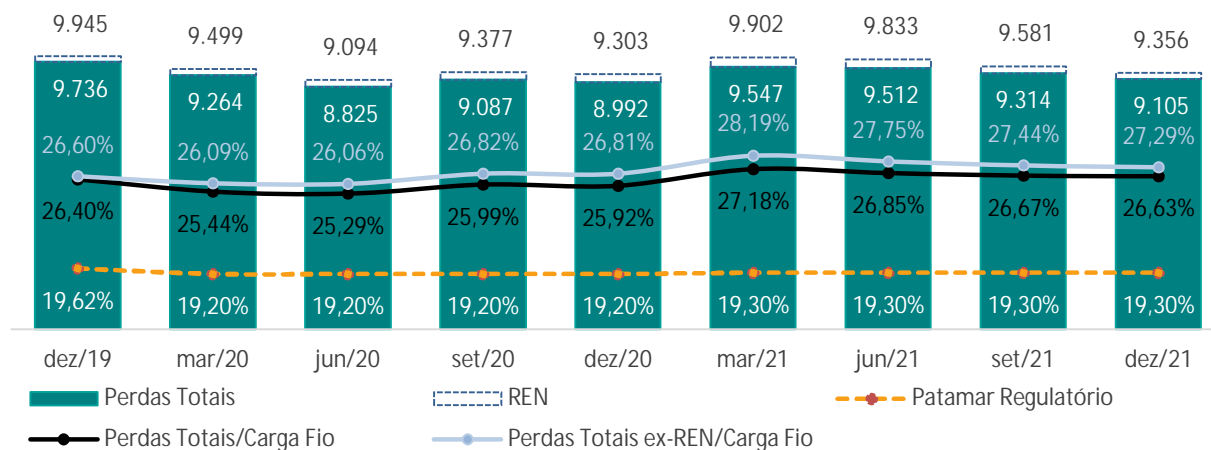
Em 2021, o mercado faturado total apresentou uma queda de 2,4% em relação ao mesmo período do ano anterior. Essa retração foi impulsionada pelo efeito combinado da lenta recuperação da economia na área de concessão ao longo do ano e das temperaturas médias historicamente baixas verificadas.

Por possuir um consumo muito sensibilizado pela temperatura, observamos uma redução de 2,3% na classe Residencial em relação a 2020, fechando o ano de 2021 em 8.145 GWh faturados.

O mercado da classe Comercial em 2021 permaneceu em linha (+0,2%) em relação ao ano anterior, totalizando 6.878GWh. Esse foi o segmento na área de concessão da Light mais afetado pela pandemia desde 2020, registrando recuperação abaixo da média nacional ao longo de 2021 e cuja lentidão da retomada da economia na área de concessão ainda afeta o consumo dos clientes.

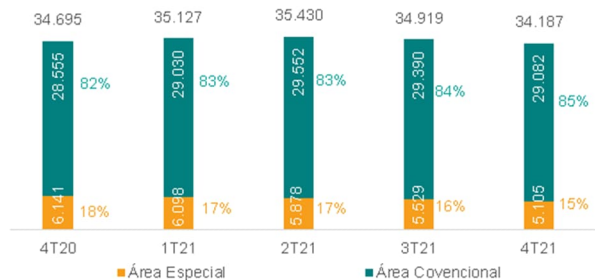
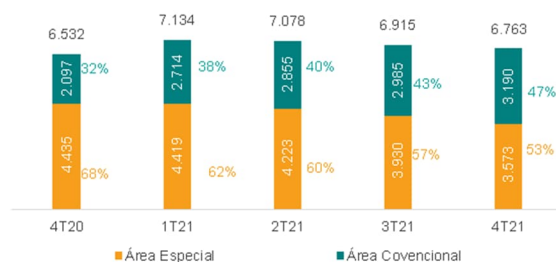
Na classe Industrial houve uma alta de 7,1% em relação ao ano anterior. Esse crescimento é resultado da melhor recuperação observada no segmento de Siderurgia, que registrou ciclos de alta ao longo do ano.

Perda de Energia

 | Evolução das Perdas Totais [GWh] |
12 meses


A perda total dos últimos 12 meses encerrado em dezembro/21 foi de 9.105 GWh vs. 8.992 GWh em dezembro/20. O indicador de perda total sobre a carga fio encerrou 2021 em 26,63% contra 25,92% no final de 2020.

A Companhia está 7,33 p.p. acima do percentual de repasse regulatório na tarifa, de 19,30%¹, conforme parâmetros definidos pela Aneel na Revisão Tarifária (RTP) de março/17, já ajustados pelo mercado de referência para os próximos 12 meses homologado pela Aneel na ocasião do reajuste tarifário (IRT) de março/20.

 | Carga Fio [GWh] |
12 meses

 | Perda não-técnica [GWh] |
12 meses


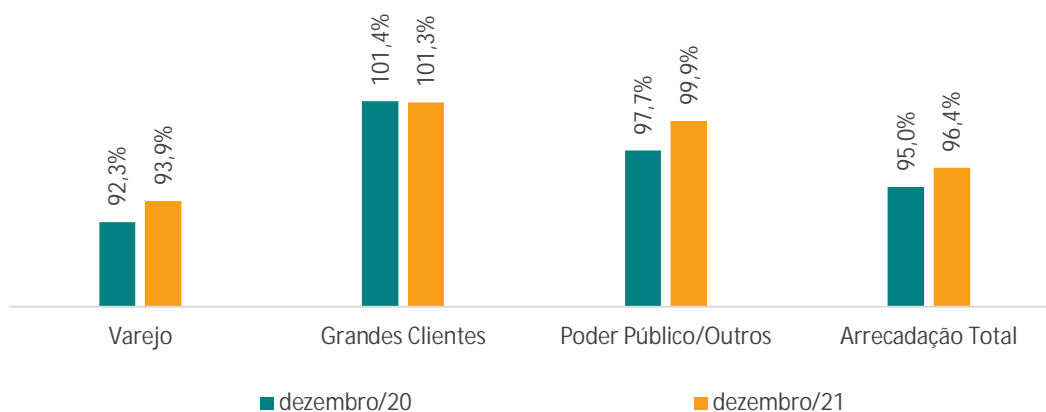
Ao final de 2021, a perda não-técnica (12 meses) da Área Especial representou 53% ou 3.573 GWh. Na Área Convencional, a perda não-técnica encerrou dezembro/21 em 3.190 GWh (47%).

¹ Calculado com base nos patamares de repasse de perdas fixados pela ANEEL na 4ª Revisão Tarifária Periódica (4ª RTP), homologada em 15 de março de 2017 para o período 2017-2022, quais sejam: 6,34% de perdas técnicas sobre a carga fio e 36,06% de perdas não técnicas sobre o mercado de baixa tensão. Esse percentual pode variar ao longo do ciclo em função do desempenho do mercado de baixa tensão e da carga fio.

A IEN total de 2021 foi de 188 GWh vs. 575 GWh realizados em 2020. O volume de REN, apresentou queda de 19,6% na comparação anual, atingindo 250 GWh em 2021.

Arrecadação

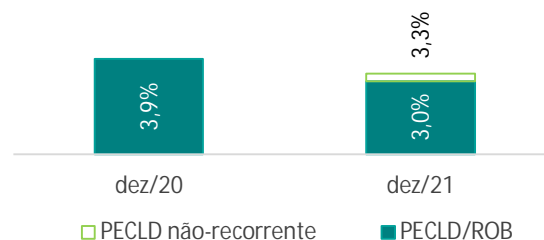
Taxa de arrecadação por segmento 12 meses [considera parcelas vencidas de REN]



O índice de arrecadação total média móvel 12 meses em dezembro/21 atingiu 96,4%, 1,4 p.p. acima da apresentada em dezembro/20 (95,0%). O bom resultado verificado no 4T21 decorreu da melhoria do indicador para os segmentos Varejo e Poder Público, resultado da intensificação de ações de cobrança, como negativas e contato proativo com clientes pela URA cognitiva, SMS e Whatsapp. A ampliação de meios de pagamento via cartão de crédito, PIX, Pic Pay e AME contribuíram positivamente para o segmento Varejo. Também foram realizadas melhores negociações com o Poder Público, ampliando a arrecadação nesse segmento.

O indicador PECLD sobre Receita Operacional Bruta (12 meses) encerrado em dezembro/21 foi de 3,3%, 0,6 p.p. abaixo do índice ajustado em dezembro/20, refletindo os melhores resultados de arrecadação verificados ao longo de 2021.

PECLD/ROB 12 meses



Qualidade dos Serviços

O resultado obtido pela Light no fim de 2021 mostrou que, independentemente da Covid-19, a Companhia superou as metas DEC, FEC e Compensações

Indicador	2020	2021	Limites estabelecidos pela ANEEL
DEC	7,04	6,34	8,90
FEC	4,66	3,44	5,73

Financeiras, atingindo os menores valores dos últimos 20 anos. Obtivemos a menor quantidade de conjuntos e consumidores acima do limite regulatório e ainda cumprimos todas as propostas dos planos de manutenção e automação, executando 100% dos investimentos e reduzindo a taxa de falhas.

Em 2021, a Light alcançou os valores de 6,34 horas no DECI e 3,44x no FECi da Companhia, representando uma redução de 9,9% e 26,2%, respectivamente na comparação com o mesmo período do ano anterior. A Light continua com excelentes resultados operacionais, sendo, em 2021, a 3ª melhor distribuidora do País em termos de FECi e a 4ª melhor no DECI, indicadores que atingiram os melhores resultados dos últimos 20 anos.

Os indicadores performaram abaixo dos limites estabelecidos pela ANEEL no contrato de concessão. O DECI encerrou o ano 29% (-2,56h) abaixo do limite de 8,90 horas e o FECi em 40% (-2,29x) abaixo do limite de 5,73x.

Atendimento ao Cliente

Em 2021, a Light atuou fortemente na experiência do cliente com a criação do Programa Atende Resolve, que revisou os processos de troca de titularidade, contestação de TOI, ligação nova, variação de consumo, falta de energia e encerramento contratual. Para 2022, haverá revisão de mais oito processos. O investimento total no Programa Atende Resolve foi de R\$ 2,3 milhões.

As agências comerciais receberam investimentos voltados à nova gestão, treinamento de equipes e atendimento agendado. Nos canais digitais, foram incluídos novos serviços automatizados.

No ano, a URA da Light começou a ser modernizada com a implantação de tecnologias que vão melhorar a navegabilidade do cliente e reter de 55% a 65% das ligações, reduzindo o tempo de espera para o atendimento. Atualmente, a retenção líquida está em torno de 10%.

O desenvolvimento de novos serviços e as novas árvores de interação da URA proporcionarão uma melhor experiência para os clientes, possibilitando solucionar duas demandas em um único contato. Dessa forma, eles resolverão grande parte de suas solicitações sem a necessidade de falar com o atendimento humano.

No ano de 2021, a área de Grandes Clientes também implantou melhorarias na aproximação e experiência do cliente, por meio da implantação do kit de boas-vindas e reuniões com os novos clientes, no intuito de fornecer a eles orientações sobre temas e conceitos que dizem respeito a uma melhor compreensão da fatura de energia.

Também foram realizadas consultorias para mais de três mil clientes sobre adequação da demanda contratada e/ou reativos excedentes, de modo a garantir melhor atuação nessas correções e, dessa forma, reduzir os custos relacionados ao uso de energia e promovidas reuniões com órgãos como Firjan e Sinduscon RJ para tratar de temas de interesse dos clientes, bem como orientar sobre os canais de atendimentos exclusivos para grandes clientes.

Iniciamos um projeto em parceria com as áreas técnicas da Light dentro do cenário de expansão da geração distribuída, visando a melhorar o processo e a experiência dos clientes para 2022.

Todas essas ações de relacionamento com os clientes são fundamentais a fim de garantir a arrecadação das faturas de energia.

Desempenho Financeiro

Em 2021, o EBITDA Ajustado² foi de R\$1.232 milhões, uma redução de 9,7% em relação aos R\$1.364 milhões apurados em 2020. Essa retração foi devido a lançamentos não-recorrentes em 2020, que impactaram o EBITDA Ajustado em +R\$323,3 milhões no período, referentes ao acordo para encerrar a demanda judicial indenizatória contra Furnas (R\$ 394 milhões) e aos efeitos da decisão judicial sobre à limitação de ICMS sobre o Ativo Fixo (-R\$ 71 milhões). Tal impacto foi parcialmente compensado pela redução das provisões, que apresentou saldo positivo de R\$150,3 milhões entre os anos.

² EBITDA não é uma medida reconhecida pelo BRGAAP ou pelos IFRS e é utilizado como medida adicional de desempenho de suas operações, e não deve ser considerado isoladamente ou como uma alternativa ao Lucro Líquido ou Lucro Operacional, como indicador de desempenho operacional ou como indicador de liquidez. De acordo com a Instrução da CVM 527/2012, o EBITDA CVM apresentado é calculado a partir do lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social, despesas financeiras líquidas, depreciação e amortização. O EBITDA Ajustado representa o EBITDA CVM menos equivalência patrimonial e outras receitas/despesas operacionais. A Companhia adotou o EBITDA Ajustado para realizar as análises descritas ao decorrer deste documento.

Geração de Energia

Desempenho Operacional

Compra e Venda de Energia (MWm)*	2021	2020	Varição 2021/2020
Venda Ambiente de Contratação Livre (ACL)	455	531	-14,3%
Venda Spot (CCEE)	18	12	50,8%
Compra Ambiente de Contratação Livre (ACL)	74	94	-21,3%
Compra Spot (CCEE)	4	16	-77,0%

*Valores incluem as plantas de: Fontes Nova, Nilo Peçanha, Pereira Passos, Ilha dos Pombos, Santa Branca e PCH Lajes.

Em 2021, o volume de venda no ACL foi de 455 MWh, -14,3% se comparado a 2020 e a compra no ACL foi de 74 MWh, -21,3%. Essa redução no volume de transação ocorreu em virtude da estratégia de sazonalização da garantia física e da menor necessidade de compra no ACL.

Projetos em Geração

Pequena Central Hidrelétrica Lajes

Sociedade por ações de capital fechado, com sede no município de Piraí, Estado do Rio de Janeiro, que tem por objeto social a análise da viabilidade técnica e econômica, a elaboração do projeto, a implantação, operação, manutenção e exploração comercial da PCH Lajes, com potência nominal de 17 MW. As obras de construção da PCH Lajes foram iniciadas em setembro de 2014. Em julho/2018, a PCH Lajes recebeu o despacho 1.643/2018 da SFG/Aneel autorizando o início das operações comerciais para 21 de julho de 2018.

Belo Monte

Em outubro/2011, a Amazônia Energia, cujos sócios são Light (25,5%) e Cemig (74,5%), adquiriu 9,77% da Norte Energia, empresa responsável pela construção e operação da UHE Belo Monte. Localizada no Rio Xingu, no estado do Pará, a UHE Belo Monte é a quarta maior usina hidrelétrica do mundo e a maior 100% brasileira. Tem capacidade instalada de 11.233 MW e Garantia Física de 4.571 MW médio.

Em 2019 entraram em operação comercial as últimas 6 unidades. Totalmente concluída e pronta para a plena operação, Belo Monte foi inaugurada oficialmente em 27 de novembro de 2019.

Lightger

A Lightger foi criada com objetivo de implementar, operar, manter e fazer a exploração comercial da PCH Paracambi, com potência instalada correspondente a 25,7 MW e duas unidades geradoras, que entraram em operação em 2012. Atualmente, a Light S.A. possui 51% da participação da Lightger e a Cemig GT tem 49%.

Em dezembro/20, dando sequência ao plano de desinvestimento de ativos *non-core* e em vista de oferta recebida, foi aprovada a concessão de período de exclusividade à Brasal Energia S.A. visando à potencial operação para a alienação da totalidade da participação de 51% da Companhia na Lightger S.A., sociedade que opera a PCH Paracambi, pelo valor de R\$88,7 milhões.

Guanhães Energia

Em fevereiro/12, a Light Energia adquiriu 51% de participação na Guanhães Energia S.A., sendo a Cemig GT detentora dos demais 49%. A Guanhães é responsável pela implantação e exploração das PCHs Dores de Guanhães (14MW), Senhora do Porto (12MW), Fortuna II (9MW) e Jacaré (9MW), totalizando 44MW de potência instalada. As PCHs estão localizadas nos rios Guanhães e Corrente Grande, no Estado de Minas Gerais.

Em 2018, as PCHs Senhora do Porto e Dores de Guanhães entraram em operação comercial, enquanto as PCHs Fortuna II e Jacaré tiveram início operacional em 2019.

Em dezembro de 2020, dando sequência ao plano de desinvestimento de ativos *non-core* e em vista de oferta recebida, foi aprovada a concessão de período de exclusividade à Brasal Energia S.A. visando à potencial operação para a alienação da totalidade da participação de 51% de sua controlada Light Energia S.A na Guanhães Energia S.A., pelo valor de R\$96,4 milhões.

Em dezembro de 2021, dando sequência aos trâmites de desinvestimento, a Light Energia, em conjunto com a sua controladora Light S.A., celebraram o contrato de compra e venda de ações com a Brasal Energia para a alienação de sua participação na sociedade Guanhães Energia S.A. pelo valor de R\$97,9 milhões, sujeito a atualizações e ajustes.

Desempenho Financeiro

Em 2021, a Light Energia apresentou: receita líquida de R\$853 milhões, 24,5% abaixo da realizada em 2020; custos/despesas operacionais de R\$420 milhões, 168,0% maior do que o registrado no ano anterior; EBITDA Ajustado de R\$551 milhões, 49,4% abaixo do apurado em 2020 e lucro líquido de R\$103 milhões ante R\$422 milhões reportado em 2020.

Essa retração pode ser explicada pela deterioração do cenário hidrológico ao longo do ano de 2021, que levou à redução do GSF e ao aumento do PLD, aumentando os custos com compra de energia. A Light mostrou grande eficiência na estratégia de proteção do resultado aos riscos de mercado (GSF/PLD). Com essa atuação preventiva foi possível antecipar os eventos que fortemente impactaram o mercado com a crise hídrica que se instalou a partir do final do primeiro semestre do ano, trazendo grande volatilidade nos preços de mercado.

Além disso, em 2020, foi registrado estorno de R\$433,8 milhões de custos reconhecidos em períodos anteriores e considerados indevidos com o reconhecimento do ativo intangível do GSF em função da regulamentação da ANEEL. Adicionalmente, foi reconhecida uma provisão de R\$42,6 milhões referente ao ajuste a valor justo da participação da Light Energia na Guanhães Energia, impactando a linha Outras Receitas/Despesas operacionais no período.

Comercialização

Desempenho operacional

Em 2021 a Lightcom comercializou 667 MWm de energia, 6,4% acima do volume de 2020, de 627 MWm. Esse crescimento é resultado da maior eficiência nas negociações intra-ano com agentes de mercado (geradoras e comercializadoras). Outro fator foi o fechamento de novas operações com clientes finais, o que contribuiu também para o aumento da carteira de clientes da Lightcom.

Desempenho Financeiro

No ano de 2021 a receita líquida da Lightcom totalizou R\$1.315 milhões, sendo 28,4% acima da registrada em 2020. O EBITDA ajustado, foi de R\$151 milhões e o Lucro Líquido totalizou R\$103 milhões, 170,9% acima do apurado em 2020.

Esse resultado foi alcançado em razão da adoção de critérios robustos de análise de crédito e escolha de contrapartes, alinhado à correta leitura de cenários de mercado e atuação nas operações intra-ano.

Light S.A.

Desempenho Financeiro

Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida, desconsiderando a receita de construção, totalizou em 2021 R\$13.931 milhões, 13% acima da registrada em 2020, apesar da lenta recuperação do mercado. Esse crescimento foi influenciado pelo reajuste tarifário ocorrido em março/21 (efeito médio de 6,75%), pela entrada em vigor das bandeiras tarifárias e pela variação na conta CVA, que é uma compensação para cobertura dos custos com a Parcela A.

Destacamos também o aumento da receita líquida da comercializadora, que totalizou R\$1.315 milhão em 2021, 28,4% acima de 2020. Esse crescimento foi resultado da adoção de critérios robustos de análise de crédito e escolha de contrapartes, alinhado à correta leitura de cenários de mercado e atuação nas operações intra-ano.

Por outro lado, a receita líquida da Light Energia em 2021 foi de R\$853 milhões, representando uma queda de 24,5% em comparação com 2020, que totalizou R\$1.131 milhão. Essa retração ocorreu em função da deterioração do cenário hidrológico ao longo do ano, que levou à redução do GSF e ao aumento do PLD.

Custos e despesas

Os custos e despesas operacionais consolidados, já desconsiderando os custos de construção, encerraram o ano de 2021 em R\$ 12.739 milhões, 22% superior ao apurado em 2020. Essa variação pode ser explicada pelos maiores custos dos contratos de compra de energia da UTE Norte Fluminense e despesas com a CCEE.

EBITDA Ajustado

Em 2021, o EBITDA Ajustado foi de R\$1.909 milhões, apresentando uma redução 23% se comparado a 2020. Essa retração pode ser explicada principalmente pelo reconhecimento, em 2020, do acordo para encerrar a demanda judicial indenizatória contra Furnas (R\$394 milhões) e do reconhecimento do ativo intangível do GSF (R\$434 milhões), totalizando R\$828 milhões.

Resultado Líquido

Em 2021, a Light S.A. apurou um lucro líquido de R\$398 milhões, 42% abaixo em relação ao ano anterior. Essa retração ocorreu, principalmente, no segmento de Geração, em função da deterioração do cenário hidrológico ao longo do ano, que levou à redução do GSF e ao aumento do PLD, aumentando os custos com compra de energia. Esse resultado foi parcialmente compensado pela estratégia ativa e antecipada de hedge hidrológico.

Endividamento

A dívida líquida da Companhia em 31 de dezembro de 2021 totalizou R\$7.353 milhões, aumento de 34% em comparação a 2020, de R\$5.478 milhões. O indicador de *covenants* Dívida Líquida/EBITDA encerrou 2021 em 3,48x, maior do que no 2020 (1,73x). Vale lembrar que o EBITDA para fins de *covenants* das dívidas da Companhia e suas subsidiárias exclui efeitos não-caixa, tais como Equivalência Patrimonial, Provisões, VNR e Outras Receitas/Despesas Operacionais.

Atualmente, a Companhia está abaixo do limite de *covenants* estabelecido contratualmente para a maioria dos contratos, que é de 3,75x.

Com relação ao indicador EBITDA/Juros, a Companhia encerrou 2021 no patamar de 3,17x, acima do limite contratual mínimo para a maioria dos contratos, de 2,0x. Importante ressaltar o efeito dos recursos recebidos pela conta covid no ano de 2020 e que começaram a ser amortizados ao longo de 2021.

Investimentos

O valor total de investimentos no ano de 2021 foi de R\$1.426 milhões, 50% acima se comparado ao ano anterior. O segmento de distribuição totalizou R\$1.204 milhões com destaque para rubrica de Engenharia, que somou R\$556 milhões, associados na sua maior parte a novas ligações, manutenção da rede subterrânea e aumento da capacidade dos ativos de transmissão. Além disso, foram investidos R\$461 milhões no programa de combate às perdas e melhoria de arrecadação, com maior foco para as medidas de recuperação de energia decorrentes da intensificação das atividades de blindagem e de normalização de clientes. Os investimentos em ativos não elétricos somaram R\$187 milhões.

Em 2021, a Light Energia realizou investimentos no montante de R\$176 milhões, representando um incremento de 76% em relação ao ano de 2020. Esse aumento reflete os projetos de modernização dos sistemas de bombeamento do parque gerador e na reposição de ativos, além das obras de recuperação do vertedouro da UHE Ilha dos Pombos e a construção do Túnel by-pass no Complexo de Lajes que representaram investimentos de R\$102 milhões no acumulado do ano.

Governança Corporativa e Mercado de Capitais

Em 31 de dezembro de 2021 o capital social da Light S.A. era composto por 372.555.324 ações ordinárias.

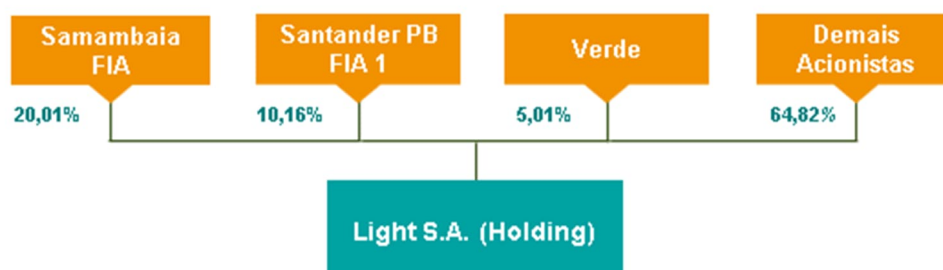
As ações da Light estão listadas no Novo Mercado da B3 desde julho de 2005. As ações da Companhia compõem o IBrX 100, IBrA, IGC, ITAG, IGCT, IGC – NM, SMLL, ISE, ICO2 e IEE. As ações da Light também são negociadas no mercado de balcão americano (*Over-the-Counter* - OTC), através de ADR Nível 1, sob o *ticker* LGSXY.

Ao final de dezembro de 2021, a ação da Light (LIGT3) estava cotada em R\$11,75, apresentando um valor de mercado de R\$4,4 bilhões.

O Conselho de Administração da Light é composto por 9 membros, sendo todos independentes. Para o auxílio do Conselho de Administração existem 4 comitês: Comitê de Operações e Finanças; Comitê de Auditoria Estatutário; Comitê de Pessoas e Governança e Comitê ESG+.

Composição acionária – Light S.A.

A composição acionária da Light em 31 de dezembro de 2021 era:



Distribuição de Dividendos – Light S.A.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada no dia 29 de abril de 2021, foi aprovada a proposta da Administração da Companhia no sentido de destinar o lucro líquido relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, no montante total de R\$691,9 milhões da seguinte forma: (i) Constituição de Reserva Legal no valor de R\$34,5 milhões; (ii) o valor de R\$164,3 milhões destinado à distribuição aos acionistas, a título de dividendo obrigatório (iii) constituição de Reserva de Retenção de Lucro, no valor de R\$508,6 milhões, ajustado pelo efeito da realização do ajuste de avaliação patrimonial no valor de R\$15,6 milhões.

Compromisso com o Futuro

Gestão de Pessoas

A Light reconhece a importância que colaboradores próprios e terceiros têm para o sucesso e a perenidade do negócio. Por isso, está comprometida em desenvolver programas e iniciativas que valorizem a sua força de trabalho e que retenham os melhores talentos do mercado.

O modelo de gestão da Light estimula uma cultura de alta performance com pessoas alinhadas ao negócio e recompensadas pelas metas alcançadas, tudo isto com método, disciplina e foco em resultados. Ter excelência nos processos é um grande diferencial competitivo para que a Light reaja proativamente às mudanças do mercado, respondendo sempre com bons resultados e conectada aos interesses dos públicos que a cercam.

Para isso, em 2021, a Companhia implantou o Programa de Excelência em Gestão (PEG), que está dividido em três grandes frentes de trabalho (Gerenciamento pelas diretrizes, Estrutura eficiente e Gestão matricial das despesas), que tem o objetivo de garantir que os resultados sejam não apenas alcançados, mas também sustentáveis.

Para isso, foram promovidos uma série de treinamentos para a liderança e demais profissionais. Também foi desenvolvida uma trilha de desenvolvimento para os técnicos de campo e responsáveis de equipe, que possuem função de supervisão, com o objetivo de elevar o nível de qualidade e segurança dos trabalhos.

Ainda foram realizados treinamentos normativos e operacionais com empresas parceiras do segmento comercial, ministrados dentro dos Centros de Treinamento da Companhia por instrutores próprios. Dessa maneira, garante-se a qualidade dos serviços prestados em campo por todo o time da Light.

Em 2021, foi também desenvolvido o Programa de Diversidade, Equidade e Inclusão (EMPODERA), com o intuito de promover um ambiente de trabalho ainda mais diversificado e inclusivo, com foco em cinco grupos prioritários: Gênero, Racial, Pessoas com Deficiência, Orientação Sexual e Diversidade Geracional. O tema, que faz parte do CARD de metas do CEO, tem um papel estratégico e fundamental para a Companhia com uma perspectiva de maturação para os próximos quatro anos.

Segurança no Trabalho

O Programa Vida, que desde 2012 potencializa a cultura da segurança e a atitude segura, é uma ação permanente que tem feito parte da caminhada da Light por meio de um grande plano de ação. Em 2021, com a continuidade dos efeitos da pandemia de coronavírus, o esforço foi redobrado para manter as operações e pessoas seguras.

A Light manteve e intensificou medidas específicas de enfrentamento à Covid-19 para proteger todos os seus colaboradores e colaboradoras. Casos suspeitos e confirmados foram acolhidos, orientados e acompanhados pela equipe de saúde, que ofereceu cuidados em saúde física e mental.

A Light promove a gestão da segurança do trabalho em suas instalações por meio da identificação de periculosidade e avaliação dos riscos ocupacionais, da capacitação e sensibilização de toda a força de trabalho para reforçar a cultura de segurança, da investigação de incidentes de trabalho para definição de medidas preventivas, das auditorias de gestão de saúde e segurança e da atuação de comitês formais de saúde e segurança.

Após três anos consecutivos sem acidentes com óbito, a Light encerra o ano de 2021 com um acidente grave envolvendo a morte de um profissional terceirizado. Esse acidente ocorreu durante a execução de uma atividade de linha energizada, em um contexto atípico, pois a equipe era capacitada, tinha todos os recursos técnicos e de segurança disponíveis e o clima meteorológico era favorável, mas ainda assim o profissional sofreu um choque elétrico e acabou falecendo.

A taxa de frequência que expressa a incidência de eventos com afastamento fechou em 2,71 no ano de 2021, registrando um aumento de 22% em comparação ao ano de 2020.

No comparativo com 2020, quando a taxa de gravidade na Light foi de 75, a taxa de 2021 deu um salto, ficando em 305 no mesmo período, impactada principalmente pelo acidente fatal. Ao longo do ano, o indicador apresentou uma curva de decréscimo indicando uma prevalência de acidentes com baixo potencial de gravidade.

O índice de absenteísmo na Companhia foi de 3,04. A análise dos motivos que provocam os afastamentos por agravos à saúde possibilita à Light fazer uma gestão baseada em dados concretos e adotar medidas mais eficazes na solução de fatores que provocam afastamentos e dias perdidos de trabalho.

No que se refere aos acidentes com a população, foram 23 ocorrências em 2021. Ao longo do ano, a Companhia inspecionou e acompanhou as atividades em campo, sempre observando as possíveis situações de risco geradas pelos processos e instalações. Qualquer situação de risco encontrada é mitigada pela área responsável e informada à comunidade local. Além disso, em um trabalho complementar, a Light atua conscientizando associação de moradores e escolas sobre os perigos da rede elétrica e reforça a importância de se adotar medidas pessoais de segurança.

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

Em 2021, a Companhia investiu R\$ 23,2 milhões em projetos de P&D, sendo R\$ 19,7 milhões pela Light SESA e R\$ 3,5 milhões pela Light Energia. Esses montantes foram destinados a pesquisas para desenvolvimento de novos produtos e serviços e à gestão do programa de P&D.

Entre os projetos em andamento, vale destacar o projeto Desenvolvimento de soluções para mobilidade elétrica compartilhada: infraestruturas e sistemas de abastecimento para e-carsharing e micromobilidade, voltado para uma economia de baixo carbono. Ele abrange o desenvolvimento de um sistema e um aplicativo para a gestão do uso compartilhado de veículos elétricos na frota da Light.

Importante destacar os desafios impostos pela Medida Provisória 998/20, posteriormente formalizada pela Lei 14.210, que trouxe um novo recolhimento obrigatório para a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Essa lei determinou o repasse à CDE do saldo da conta de P&D acumulado até agosto de 2020, excluindo os projetos comprometidos para execução. Os procedimentos para operacionalizar o recolhimento foram estabelecidos pela Aneel apenas em abril de 2021, impactando a prospecção de novos projetos.

Responsabilidade com o Meio Ambiente

A Light é comprometida com a utilização racional e adequada dos recursos naturais, com a análise das vulnerabilidades frente à mudança do clima e com a mitigação de impactos, conforme expresso em sua Política Ambiental e nos Compromissos com o Meio Ambiente e o Clima.

Desde 2001, a Companhia possui o Sistema de Gestão Ambiental (SGA), baseado na ISO 14001, que avalia e monitora os aspectos e impactos de seu parque operacional para que a legislação ambiental vigente seja cumprida, e os padrões de qualidade ambiental, mantidos. Além da certificação na ISO 14001, as usinas e estruturas associadas ao parque gerador de energia possuem certificação das normas ISO 9001, de qualidade; e ISO 45001, de gestão de saúde e segurança ocupacional, formando o Sistema de Gestão Integrado (SGI). A ISO 45001 é um novo padrão para o qual a Light migrou em 2021, com o objetivo de melhorar os níveis de segurança no local de trabalho e contribuir para a melhoria na qualidade de vida dos colaboradores. Em 2021, a Light manteve 100% da geradora no SGI e 80% do parque da distribuidora certificado pela ISO 14001.

As atividades da Companhia são avaliadas continuamente por meio de inspeções, auditorias internas e de terceira parte. O treinamento é parte essencial para gestão e execução de atividades relacionadas aos impactos ambientais significativos, controle de riscos ou que influenciem diretamente na qualidade do produto.

Responsabilidade Social

A sustentabilidade da Companhia está relacionada com o desenvolvimento de sua área de influência e, conseqüentemente, com o Estado do Rio de Janeiro. Ao prover energia e soluções para o uso eficiente de energia, a Light é impulsionadora do processo de desenvolvimento.

A Light promove programas e projetos que estimulam o desenvolvimento sustentável, melhoram a qualidade de vida da população da área de concessão e fortalecem o relacionamento da Companhia em locais muito carentes e de difícil acesso.

Em 2021, a Light estruturou o Programa Comunidades com o apoio de lideranças comunitárias em Áreas Especiais, visando retomar o relacionamento com os clientes destas localidades. Foram realizadas novas ligações e modernização da rede em conjunto com ações sociais, visando contribuir para a geração de emprego e renda dessas localidades. Nas comunidades selecionadas, foram mapeados os perfis socioeconômicos e hábitos de consumo das famílias, para que fossem definidas ações personalizadas para este público.

A Light incentivou o cadastramento dessas unidades de consumo na Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE) e ofereceu descontos de até 100% nas dívidas dos consumidores. Para tanto, instalou bases operacionais nas comunidades, onde os moradores podem tirar dúvidas e ter o apoio da Light em todos os dias úteis.

A Light também interagiu e treinou profissionais dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e das Secretarias de Assistência Social, com o objetivo de alinhar a padronização do preenchimento do cadastro e auxiliar em dúvidas relacionadas à elegibilidade na Tarifa Social. O cadastramento automatizado promovido pela Light também contribuiu para a efetividade na concessão do benefício aos clientes elegíveis.

No âmbito cultural, as restrições impostas pela pandemia continuaram impactando boa parte das ações do Programa Educativo Cultural Light, que foram direcionadas para o meio digital. Com a indefinição do retorno presencial de atividades, a Light aproveitou o momento para modernizar o Centro Cultural Light, cujas obras estão em finalização, e o Museu Light de Energia, que possui uma nova exposição. Será ainda implantado o novo Light nas Escolas, com o modelo híbrido de cursos de capacitação de professores.

Os projetos sociais e patrocínios também foram impactados no primeiro semestre do ano em função das medidas restritivas, permanecendo apenas o Educativo Cultural São João Marcos, realizado no Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos, em Rio Claro (RJ). Esse projeto completou 10 anos em 2021 e se consolida como uma importante ferramenta de fomento à cultura, à preservação e conservação do patrimônio histórico e natural, à valorização das tradições regionais e ao empreendedorismo.

A partir do segundo semestre, uma maior flexibilização e cobertura vacinal propiciaram à Light a retomada de patrocínios e projetos sociais de cultura e esporte. Foram destinados ao longo do ano, R\$ 22,2 milhões a projetos sociais via recursos incentivados.

Dentre eles, destacamos o Plano Anual de Atividades 2021 do Museu do Amanhã – espaço referência em cultura e sustentabilidade no Rio de Janeiro, cujo copatrocínio da Light vem permitindo a manutenção de infraestrutura e atividades, e o Programa Energia Responsa, que estimula o uso responsável de energia nas comunidades por meio de atividades culturais e esportivas

Com a nova Política de Patrocínios da Light, aprovada em 2021, a Companhia reforça seu compromisso com a sustentabilidade e com o fomento ao desenvolvimento social da sua área de concessão e, em 2022, lançar seu primeiro edital público de seleção de projetos sociais.

Outras Informações:

Audidores independentes

Em atendimento à instrução CVM nº 381/2003, informamos que atualmente, a Ernst & Young Auditores Independentes (“EY”) é a responsável pelos serviços de auditoria externa e revisão trimestral para o Grupo Light. Vale ressaltar que a EY prestou serviços profissionais em conexão com a oferta pública de valores mobiliários da Companhia, além de serviços de auditoria de projetos de Pesquisa & Desenvolvimento e Programa de Eficiência Energética. O relatório da administração pode incluir informações relacionadas a investimentos projetados e dados não-financeiros os quais não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e não foram examinados pelos auditores independentes.

BALANÇO SOCIAL

LIGHTS.A

1 - Base de Cálculo	2021			2020		
	Valor (mil reais)			Valor (mil reais)		
Receita líquida (RL)	14.897.920			13.073.468		
Resultado operacional (RO)	1.190.925			1.809.492		
Folha de pagamento bruta (FPB)	421.338			424.517		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil R\$)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil R\$)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	23.574	6%	0%	36.327	9%	0%
Encargos sociais compulsórios	56.912	14%	0%	58.157	14%	0%
Previdência privada	4.745	1%	0%	5.504	1%	0%
Saúde	24.587	6%	0%	25.729	6%	0%
Segurança e saúde no trabalho	889	0%	0%	1.106	0%	0%
Educação	1.012	0%	0%	1.009	0%	0%
Cultura	0	0%	0%	0	0%	0%
Capacitação e desenvolvimento profissional	626	0%	0%	2.785	1%	0%
Creches ou auxílio-creche	754	0%	0%	882	0%	0%
Participação nos lucros ou resultados	63.042	15%	0%	36.316	9%	0%
Outros	2.668	1%	0%	3.927	1%	0%
Total - Indicadores sociais internos	178.809	42%	1%	171.740	40%	1%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	2.827	0%	0%	1.202	0%	0%
Cultura	17.154	1%	0%	2.341	0%	0%
Saúde e saneamento	1.168	0%	0%	1.180	0%	0%
Esporte	5.068	0%	0%	0	0%	0%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0%	0%	0	0%	0%
Outros	28.432	2%	0%	27.920	2%	0%
Total das contribuições para a sociedade	54.648	5%	0%	32.642	2%	0%
Tributos (excluídos encargos sociais)	6.021.677	506%	40%	6.024.209	333%	46%
Total - Indicadores sociais externos	6.076.325	510%	41%	6.056.851	335%	46%
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil R\$)		Valor (mil R\$)			
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	121.202	10%	1%	59.900	3%	
Investimentos em programas e/ou projetos externos	0	0%	0%	0	0%	
Total dos investimentos em meio ambiente	121.202	10%	1%	59.900	3%	
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input checked="" type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%		<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input checked="" type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%			
5 - Indicadores do Corpo Funcional						
Nº de empregados(as) ao final do período	5.223			5.531		
Nº de admissões durante o período	340			1.100		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	8.656			6.446		
Nº de estagiários(as)	21			63		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	1.023			972		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	1.021			1.010		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	31%			27%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	2.908			3.095		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	17%			19%		
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	155			160		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2021			Metas 2022		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	48,66			ND		
Número total de acidentes de trabalho	57			0		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) + Cipa	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e a representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input checked="" type="checkbox"/> segue as normas da	<input type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input checked="" type="checkbox"/> seguirá as normas da	<input type="checkbox"/> incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input type="checkbox"/> são sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> são exigidos	<input type="checkbox"/> não serão considerados	<input type="checkbox"/> serão sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apóia	<input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input type="checkbox"/> apoiará	<input checked="" type="checkbox"/> organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 165.668	no Procon 1.078	na Justiça 61.500	na empresa Reduzir 10%	no Procon Reduzir 10%	na Justiça Reduzir 10%
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 99,6%	no Procon 98,7%	na Justiça 48,1%	na empresa 100%	no Procon 100%	na Justiça 100%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2021: 10.606.440			Em 2020: 10.697.330		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	74,76% governo 4,17% colaboradores(as) 0,89% acionistas 17,31% terceiros 2,86% retido			71,25% governo 4,05% colaboradores(as) 1,54% acionistas 18,23% terceiros 4,93% retido		
7 - Outras Informações	*O Resultado operacional não contempla os resultados de equivalência patrimonial					

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS,
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS,

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	1
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	2
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS.....	3
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES.....	4
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTROLADORA E CONSOLIDADO.....	5
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	6
DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS.....	7
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	8
2. BASE DE PREPARAÇÃO.....	12
3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS.....	15
4. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO.....	27
5. ATIVOS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA.....	28
6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	30
7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	30
8. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS, PERMISSIONÁRIAS E CLIENTES.....	31
9. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR.....	34
10. TRIBUTOS DIFERIDOS.....	37
11. OUTROS CRÉDITOS.....	38
12. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DO SETOR.....	40
13. ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO.....	42
14. ATIVO DE CONTRATO.....	42
15. INVESTIMENTOS.....	42
16. IMOBILIZADO.....	47
17. INTANGÍVEL.....	48
18. FORNECEDORES.....	49
19. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A PAGAR.....	50
20. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS.....	51
21. DEBÊNTURES.....	56
22. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E REGULATÓRIOS.....	60
23. CONTINGÊNCIAS.....	64
24. BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO.....	69
25. OBRIGAÇÕES POR ARRENDAMENTO E ATIVO DE DIREITO DE USO.....	73
26. ENCARGOS REGULATÓRIOS.....	74
27. OUTROS DÉBITOS.....	75
28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	75
29. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	77
30. PLANO DE PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES.....	80
31. RECEITA LÍQUIDA.....	82
32. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS.....	83
33. RESULTADO FINANCEIRO.....	84
34. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS.....	84
35. SEGUROS.....	95
36. COMPROMISSOS CONTRATUAIS.....	96
37. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA.....	97
38. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	97

LIGHT S.A.
 BALANÇOS PATRIMONIAIS
 EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
 (Em milhares de reais)

ATIVO	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Caixa e equivalentes de caixa	6	9	7.745	396.777	653.200
Títulos e valores mobiliários	7	62.647	70.781	3.208.196	2.436.476
Consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes	8	-	-	2.424.681	3.257.127
Estoques		-	-	65.659	62.393
Tributos e contribuições a recuperar	9	1.719	934	1.262.787	792.764
Ativos financeiros do setor	12	-	-	1.171.882	58.361
Despesas pagas antecipadamente		353	363	28.844	25.073
Dividendos a receber	15	517.838	254.833	-	-
Serviços prestados a receber		1.474	829	17.316	45.017
Instrumentos financeiros derivativos <i>swaps</i>	34	-	-	-	156.494
Outros créditos	11	15.941	755	612.941	339.400
		599.981	336.240	9.189.083	7.826.305
Ativos classificados como mantidos para venda	5	41.446	53.919	134.946	147.419
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		641.427	390.159	9.324.029	7.973.724
Consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes	8	-	-	1.220.687	1.013.614
Tributos e contribuições a recuperar	9	-	-	3.674.704	4.420.018
Tributos diferidos	10	-	-	895.715	449.969
Instrumentos financeiros derivativos <i>swaps</i>	34	-	-	190.409	960.009
Depósitos vinculados a litígios	22	878	684	221.572	242.132
Ativos financeiros do setor	12	-	-	308.390	15.358
Ativo financeiro da concessão	13	-	-	6.821.988	5.197.313
Outros créditos	11	-	-	1.121	120.000
Ativo de contrato	14	-	-	558.254	983.368
Investimentos	15	8.191.828	6.852.861	357.761	366.241
Imobilizado	16	-	-	1.809.881	1.655.215
Intangível	17	-	-	2.833.555	2.898.588
Ativo de direito de uso	25	-	-	59.806	101.717
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		8.192.706	6.853.545	18.953.843	18.423.542
TOTAL DO ATIVO		8.834.133	7.243.704	28.277.872	26.397.266

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LIGHT S.A.
 BALANÇOS PATRIMONIAIS
 EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
 (Em milhares de reais)

PASSIVO	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Fornecedores	18	358	136	2.154.037	3.439.767
Tributos e contribuições a pagar	19	288	304	383.600	168.743
Empréstimos e financiamentos	20	-	-	403.230	1.320.026
Debêntures	21	-	-	1.530.433	1.030.529
Passivos financeiros do setor	12	-	-	276.353	-
Dividendos a pagar	29	94.512	164.332	94.512	164.332
Obrigações trabalhistas		3.093	1.469	104.492	90.914
Valores a serem restituídos a consumidores	9	-	-	831.250	296.239
Obrigações por arrendamento	25	-	-	25.108	47.228
Encargos regulatórios	26	-	-	313.778	275.479
Outros débitos	27	1.900	386	571.934	383.700
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		100.151	166.627	6.688.727	7.216.957
Empréstimos e financiamentos	20	-	-	4.005.790	3.090.703
Debêntures	21	-	-	5.204.873	4.242.711
Instrumentos financeiros derivativos <i>swaps</i>	34	-	-	3.975	-
Tributos e contribuições a pagar	19	-	-	199.605	191.773
Tributos diferidos	10	-	-	275.264	408.289
Participações societárias a descoberto	15	-	-	21.614	30.823
Provisões para riscos fiscais, civeis, trabalhistas e regulatórios	22	881	865	502.103	647.533
Benefícios pós-emprego	24	-	-	-	5.327
Obrigações por arrendamento	25	-	-	38.163	58.699
Valores a serem restituídos a consumidores	9	-	-	2.564.550	3.381.614
Outros débitos	27	-	-	40.107	46.625
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		881	865	12.856.044	12.104.097
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	29	5.392.197	4.051.285	5.392.197	4.051.285
Reserva de capital		18.462	9.434	18.462	9.434
Reservas de lucros		3.134.858	2.816.100	3.134.858	2.816.100
Ajustes de avaliação patrimonial		289.077	304.402	289.077	304.402
Outros resultados abrangentes		(101.493)	(105.009)	(101.493)	(105.009)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		8.733.101	7.076.212	8.733.101	7.076.212
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		8.834.133	7.243.704	28.277.872	26.397.266

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LIGHT S.A.
 DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

Demonstrações de Resultados	Notas	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
RECEITA LÍQUIDA	31	-	-	14.897.920	13.073.468
CUSTO TOTAL	32	-	-	(12.476.958)	(9.878.188)
Custos com energia elétrica	32.1	-	-	(10.427.435)	(7.995.275)
Custos de operação	32	-	-	(2.049.523)	(1.882.913)
LUCRO BRUTO		-	-	2.420.962	3.195.280
Despesas gerais e administrativas	32	(21.804)	(15.791)	(1.190.023)	(1.291.504)
Outras receitas (despesas), líquidas		15.878	(390)	(40.014)	(94.284)
Resultado de equivalência patrimonial	15	402.969	706.277	(47.624)	(28.232)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		397.043	690.096	1.143.301	1.781.260
RESULTADO FINANCEIRO	33	2.769	1.826	(1.330.190)	(733.660)
Receita financeira		3.672	2.162	382.409	1.096.668
Despesa financeira		(903)	(336)	(1.712.599)	(1.830.328)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IR E CSLL		399.812	691.922	(186.889)	1.047.600
Imposto de renda e contribuição social correntes	10	(1.867)	-	4.252	(760.093)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	-	-	580.582	404.415
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		397.945	691.922	397.945	691.922
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO (R\$ / Ação)	29.7	1,08	2,28	1,08	2,28

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LIGHT S.A.
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Em milhares de reais)

Demonstrações de Resultados Abrangentes	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro líquido do exercício	397.945	691.922	397.945	691.922
Outros resultados abrangentes não reclassificados para o resultado em períodos subsequentes	-	-	-	-
Ganho (Perda) sobre passivos atuariais, líquido dos efeitos fiscais	3.516	(3.516)	3.516	(3.516)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	401.461	688.406	401.461	688.406

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LIGHT S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTROLADORA E CONSOLIDADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Em milhares de reais)

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	Notas	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS			AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
				RESERVA LEGAL	RETENÇÃO DE LUCROS	RESERVA ESPECIAL				
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		4.051.285	3.179	342.526	1.614.998	-	320.049	(101.493)	-	6.230.544
Opções de ações outorgadas (<i>stock options</i>)	30	-	6.255	-	-	-	-	-	-	6.255
Dividendos não distribuídos	29.2.2	-	-	-	-	315.353	-	-	-	315.353
Lucro líquido do exercício	29.5	-	-	-	-	-	-	-	691.922	691.922
Outros resultados abrangentes não reclassificados para o resultado em períodos subsequentes										
Perda de passivo atuarial, líquido dos efeitos fiscais	24	-	-	-	-	-	-	(3.516)	-	(3.516)
Realização de ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos		-	-	-	-	-	(15.647)	-	15.633	(14)
Destinação do resultado do exercício:										
Constituição da reserva legal	29.5	-	-	34.596	-	-	-	-	(34.596)	-
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% (R\$0,5407 / ação)	29.5	-	-	-	-	-	-	-	(164.332)	(164.332)
Constituição da reserva de retenção de lucros	29.5	-	-	-	508.627	-	-	-	(508.627)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		4.051.285	9.434	377.122	2.123.625	315.353	304.402	(105.009)	-	7.076.212
Aumento de capital com emissão de ações	29	1.372.425	-	-	-	-	-	-	-	1.372.425
(-) Gastos com emissão de ações		(31.513)	-	-	-	-	-	-	-	(31.513)
Opções de ações outorgadas (<i>stock options</i>)	30	-	9.028	-	-	-	-	-	-	9.028
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	397.945	397.945
Outros resultados abrangentes não reclassificados para o resultado em períodos subsequentes										
Ganho de passivo atuarial, líquido dos efeitos fiscais	24	-	-	-	-	-	-	3.516	-	3.516
Realização de ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos		-	-	-	-	-	(15.325)	-	15.325	-
Destinação do resultado do exercício:										
Constituição da reserva legal	29.5	-	-	19.897	-	-	-	-	(19.897)	-
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% (R\$0,2628 / ação)	29.5	-	-	-	-	-	-	-	(94.512)	(94.512)
Constituição da reserva de retenção de lucros	29.5	-	-	-	298.861	-	-	-	(298.861)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		5.392.197	18.462	397.019	2.422.486	315.353	289.077	(101.493)	-	8.733.101

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LIGHT S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Em milhares de reais)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa	Notas	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais		171.062	(2.052)	(42.045)	2.333.644
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		399.812	691.922	(186.889)	1.047.600
Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa	8/32	-	-	597.354	618.670
Depreciação e amortização	32	-	-	678.110	590.909
Perda (ganho) na venda ou baixa de intangível, imobilizado, investimento e arrendamento		-	-	(47.220)	36.846
Perdas cambiais e monetárias de atividades financeiras	33	-	-	743.095	773.636
Provisão e atualização financeira para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios e baixas e atualização financeira de depósitos vinculados a litígios		16	13	246.297	374.916
Ajuste a valor presente e antecipações de recebíveis		131	-	(1.291)	(825)
Despesa de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures e amortização dos custos	33	-	-	698.410	543.360
Juros sobre obrigações de arrendamento	25	-	-	6.013	7.287
Variação <i>swap</i>	33	-	-	(59.548)	(887.405)
Resultado de equivalência patrimonial	15	(402.969)	(706.277)	47.624	28.232
Atualização financeira dos créditos de PIS e COFINS sobre a exclusão do ICMS		-	-	(14.219)	(27.815)
Opções de ações outorgadas (<i>stock options</i>)	30	9.028	6.255	9.028	6.255
Ganho em investimentos avaliados pelo custo		-	-	(3.161)	(2.574)
Perda na alienação da totalidade da participação em controladas em conjunto	15	-	-	-	42.602
Repactuação do GSF na controlada Light Energia	17	-	-	-	(433.829)
Valor justo do ativo financeiro da concessão	13/31	-	-	(574.231)	(242.872)
Constituição e atualização de ativos e passivos financeiros do setor		-	-	(1.265.115)	(1.233.120)
Variações nos ativos e passivos		165.044	6.035	(916.302)	1.091.771
Títulos e valores mobiliários		(2.710)	(432)	(109.039)	(17.660)
Consumidores, concessionárias e permissionárias		-	-	29.441	(1.238.947)
Dividendos recebidos		183.203	7.194	12.473	7.194
Tributos, contribuições e impostos, líquido		(372)	(95)	667.367	452.586
Ativos e passivos financeiros do setor		-	-	(239.281)	1.821.468
Estoques		-	-	(3.266)	(2.384)
Serviços prestados a receber		(645)	(799)	27.701	(13.668)
Despesas pagas antecipadamente		10	(222)	(3.771)	(1.823)
Depósitos vinculados a litígios		(194)	(30)	2.341	3.356
Outros créditos		(15.317)	1.519	(154.787)	(199.860)
Fornecedores		222	(881)	(1.309.399)	927.246
Obrigações trabalhistas		1.624	(78)	13.578	4.488
Pagamento das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios		-	-	(373.508)	(243.218)
Encargos regulatórios		-	-	38.299	(2.474)
Outros débitos		1.519	(141)	181.716	53.764
Instrumentos financeiros derivativos <i>swaps</i>		-	-	989.617	109.181
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	20/21	-	-	(627.011)	(516.663)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.296)	-	(58.773)	(50.815)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento		(1.355.378)	(61.734)	(1.957.518)	(2.706.894)
Aquisições de bens do ativo imobilizado		-	-	(219.601)	(131.274)
Aquisições de bens do ativo intangível e do ativo de contrato		-	-	(1.029.744)	(837.206)
Aumento de capital nas investidas	15	(1.366.222)	(101)	(45.492)	(1.288)
Resgate de aplicações financeiras		164.009	11.396	14.392.750	1.619.922
Aplicações financeiras		(153.165)	(73.029)	(15.055.431)	(3.357.048)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		1.176.580	-	1.743.140	30.112
Recebimento pela emissão de ações		1.340.912	-	1.340.912	-
Dividendos pagos		(164.332)	-	(164.332)	-
Pagamento de obrigações por arrendamento	25	-	-	(53.838)	(45.980)
Captação, líquida dos custos de captação de empréstimos, financiamentos e debêntures e das cotas subordinadas – FDIC	20/21	-	-	5.448.589	1.483.984
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures	20/21	-	-	(4.828.191)	(1.407.892)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		(7.736)	(63.786)	(256.423)	(343.138)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		7.745	71.531	653.200	996.338
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		9	7.745	396.777	653.200

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LIGHT S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Em milhares de reais)

Demonstrações dos Valores Adicionados	Notas	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Receitas		-	-	22.879.448	19.720.825
Venda de mercadorias, produtos e serviços		-	-	22.327.004	19.454.431
Receitas referentes à construção de ativos próprios		-	-	1.149.798	885.064
Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa	32	-	-	(597.354)	(618.670)
Insumos adquiridos de terceiros		11.647	(4.484)	(11.929.683)	(9.501.022)
Custo dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	32.1	-	-	(10.427.435)	(7.995.275)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		11.647	(4.484)	(1.502.248)	(1.505.747)
Valor adicionado bruto		11.647	(4.484)	10.949.765	10.219.803
Retenções		-	-	(678.110)	(590.909)
Depreciação e amortização	32	-	-	(678.110)	(590.909)
Valor adicionado líquido produzido		11.647	(4.484)	10.271.655	9.628.894
Valor adicionado recebido em transferência		406.641	708.439	334.785	1.068.436
Resultado de equivalência patrimonial	15	402.969	706.277	(47.624)	(28.232)
Receitas financeiras	33	3.672	2.162	382.409	1.096.668
Valor adicionado total a distribuir		418.288	703.955	10.606.440	10.697.330
Distribuição do valor adicionado		418.288	703.955	10.606.440	10.697.330
Pessoal		15.601	10.774	442.287	432.879
Remuneração direta		15.064	10.260	301.755	280.756
Benefícios		342	339	109.939	109.217
FGTS		195	175	29.511	32.683
Outros		-	-	1.082	10.223
Impostos, taxas e contribuições		2.930	715	7.929.786	7.622.380
Federais		2.884	713	2.962.856	3.369.032
Estaduais		-	-	4.953.323	4.236.673
Municipais		46	2	13.607	16.675
Remuneração de capitais de terceiros		1.812	544	1.836.422	1.950.149
Juros		685	219	1.715.715	1.859.529
Aluguéis		1.127	325	120.707	90.620
Remuneração de capitais próprios		397.945	691.922	397.945	691.922
Dividendos	29	94.512	164.332	94.512	164.332
Lucros retidos	29	303.433	527.590	303.433	527.590

LIGHT S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Light S.A. ("Light" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ - Brasil. A Light tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista, e a exploração, direta ou indiretamente, conforme o caso, de serviços de energia elétrica, compreendendo os sistemas de geração, transmissão, comercialização e distribuição de energia elétrica, bem como de outros serviços correlatos.

A Companhia é listada na "B3" (Brasil, Bolsa, Balcão) no segmento do Novo Mercado ("NM"), sob a sigla LIGT3 e no mercado de balcão americano (Over-the-Counter - OTC), sob a sigla LGSXY.

As controladas, controladas em conjunto e coligadas da Light compõem o Grupo Light ("Grupo Light" ou "Grupo"). As informações sobre as operações do Grupo são apresentadas na Nota 2.4, ao passo que as informações sobre operações entre partes relacionadas são apresentadas na Nota 28.

A Light S.A. é uma Companhia Aberta sem acionista controlador ("*full Corporation*") e sem acordo de acionistas.

1.1 Impactos da COVID-19

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde ("OMS") declarou o surto da COVID-19 como uma pandemia. As incertezas geradas pela disseminação da COVID-19 com suas variantes, provocaram interferências nas atividades econômicas, causando incertezas e impactos nas atividades do Setor Elétrico, em especial o segmento de Distribuição de energia durante os exercícios de 2020 e 2021.

A Companhia e suas controladas tem realizado esforços para minimizar os impactos decorrentes da pandemia nas operações e na sociedade, além de adotar algumas medidas de proteção à saúde, bem-estar e segurança dos seus colaboradores.

Em 26 de março de 2021, foi editada a Resolução ANEEL nº 928/2021, que suspendeu o corte de energia, até 30 de junho de 2021, por inadimplência das unidades consumidoras com aparelhos vitais à preservação da vida, dos consumidores de baixa renda, dos locais em que não haja postos de arrecadação em funcionamento e dos que estejam com suspensão da fatura impressa sem anuência prévia. Em 15 de junho de 2021, foi editada a Resolução ANEEL nº 936/2021 que prorrogou o período de vigência da Resolução ANEEL nº 928/2021 até 30 de setembro de 2021. Tendo em vista que não houve nova prorrogação do período de vigência da Resolução ANEEL nº 928/2021, a partir de 01 de outubro de 2021 foram retomadas as possibilidades de corte dessas unidades consumidoras.

Em 05 de abril de 2021, por meio do Despacho nº 939/2021, a ANEEL homologou o prazo de recolhimento e os valores das quotas mensais da CDE Conta-Covid, devidas pelas concessionárias e permissionárias de distribuição, para a amortização da operação de crédito contratada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") na gestão da Conta-Covid. O valor homologado referente à controlada Light Serviços de Eletricidade S.A. ("Light SESA") foi de R\$523.787 divididos em 12 meses.

Em 23 de novembro de 2021, a Diretoria colegiada da ANEEL aprovou o resultado da 3ª Fase da Consulta Pública nº 035/2020, culminando na publicação da Resolução Normativa nº 952/2021. A referida Resolução, dispõe sobre a metodologia para avaliação e critérios de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro relacionado à queda do mercado e aumento da inadimplência provocados pela pandemia às distribuidoras de energia elétrica, cabendo à cada concessionária individualmente formular o requerimento junto à ANEEL.

Impacto nas Demonstrações Financeiras

Para o exercício de 2021, a Diretoria da Companhia avaliou o impacto da COVID-19 nos negócios do Grupo Light. Foram analisados temas como (i) desempenho da demanda e consumo de energia; (ii) impacto nos indicadores de perdas, arrecadação e inadimplência; (iii) variação dos indicadores macroeconômicos; (iv) acesso ao mercado de capitais, fluxo de caixa de curto e médio prazo; (v) redução no valor recuperável de ativos não financeiros; (vi) impactos nos *covenants* financeiros; e (vii) avaliação das premissas e incertezas de estimativas associadas à mensuração de ativos e passivos. A Diretoria não verificou variações significativas no resultado das empresas do Grupo em decorrência direta dos efeitos da pandemia em curso da COVID-19 que pudessem comprometer a capacidade operacional e a implantação de seus projetos.

1.2 Entidades do Grupo

A Companhia possui participação societária nas seguintes controladas e controladas em conjunto cujos objetivos principais são distribuição, geração e comercialização de energia elétrica:

Sociedade	Natureza jurídica	Atividade	Localidade
CONTROLADAS			
Light Serviços de Eletricidade S.A.	Capital aberto	Distribuição de energia elétrica, com área de concessão abrangendo 31 municípios do Estado do Rio de Janeiro, incluindo a capital.	Rio de Janeiro
Light Energia S.A.	Capital aberto	Estudar, planejar, construir, operar e explorar sistemas de geração e transmissão, comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido ou venham a ser concedidos ou autorizados.	Rio de Janeiro
Central Eólica Fontainha Ltda.	Capital fechado	Produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica, localizada no Estado do Ceará com potência nominal de 16 MW ^(a) . Empresa encerrada em janeiro de 2022.	Ceará
Central Eólica São Judas Tadeu Ltda.	Capital fechado	Produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica, localizada no Estado do Ceará com potência nominal de 18 MW ^(a) . Empresa encerrada em janeiro de 2022.	Ceará
Lajes Energia S.A.	Capital fechado	Análise da viabilidade técnica e econômica, a elaboração do projeto, a implantação, operação, manutenção e exploração comercial da PCH Lajes, com potência nominal de 17 MW ^(a) . Em 08 de julho de 2014, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 4.734/14 que transferiu a concessão da PCH Lajes da Light Energia para a Lajes Energia.	Rio de Janeiro
Light Com Comercializadora de Energia S.A. ("Lightcom")	Capital fechado	Compra, venda, importação, exportação de energia e a prestação de serviços de consultoria no setor de energia.	São Paulo
Light Soluções em Eletricidade S.A.	Limitada	Prestação de serviços aos clientes de baixa tensão contemplando montagem, reforma e manutenção de instalações em geral.	Rio de Janeiro
Instituto Light	Pessoa Jurídica	Participar em projetos sociais e culturais, com interesse no desenvolvimento econômico e social das cidades, reafirmando a vocação da Companhia como empresa cidadã.	Rio de Janeiro
Light Conecta Ltda.	Capital fechado	Realização de projeto, construção, instalação, operação e exploração de usinas de geração de energia elétrica, bem como, a realização de compra, venda, importação, exportação de energia elétrica, térmica, gases e utilidades industriais, prestação de serviços de consultoria no setor de energia, locação de bens móveis e imóveis, além de aquisição e comercialização de mercadorias vinculadas à atividade e realização de estudos, projetos, implementação, operação e manutenção de obras, construções e instalações, de qualquer natureza ou especialidade.	Rio de Janeiro
Consórcio UHE Itaocara	Capital fechado	Constituído para a exploração da Usina Hidrelétrica de Itaocara, controlada em conjunto pela Light Conecta (51%) e pela Cemig GT (49%). Em 30 de abril de 2015, o Consórcio UHE Itaocara sagrou-se vencedor no Leilão A-5 realizado pela ANEEL, relacionado à concessão da Usina Hidrelétrica de Itaocara.	Rio de Janeiro
CONTROLADAS EM CONJUNTO			
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	Capital fechado	Controlada em conjunto pela Light Conecta (51%) e pela Cemig GT (49%), foi constituída para construir a UHE Itaocara e tem como objeto a concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica Itaocara I, conforme contrato de concessão nº01/2015 celebrado com a União. O Projeto Itaocara não será desenvolvido e a UHE Itaocara S.A. rescindiu a totalidade dos seus contratos de venda de energia (CCEARs) e está buscando com a ANEEL uma solução equilibrada para a devolução da concessão.	Rio de Janeiro
Axxiom Soluções Tecnológicas ("Axxiom")	Capital fechado	Oferta de soluções de tecnologia e sistemas para gestão operacional de concessionárias de serviços públicos, incluindo empresas de energia elétrica, gás, água, esgoto e demais empresas de utilidades. Controlada em conjunto pela Light S.A. (51%) e pela CEMIG (49%).	Minas Gerais
Amazônia Energia S.A. ("Amazônia Energia")	Capital fechado	Participar e administrar o capital social da Norte Energia S.A. ("NESA"), sociedade titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará. Controlada em conjunto pela Light S.A. (25,5%) e pela Cemig GT (74,5%), a participação da Amazônia Energia na NESA é de 9,8% do capital. Em 26 de agosto de 2010, a NESA assinou Contrato de Concessão nº 001/10 com a União através do MME - Ministério de Minas e Energia, para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, cujo prazo é de 35 anos a partir da assinatura do referido contrato. Ainda de acordo com o referido contrato, 70% da energia assegurada da usina será destinada ao mercado regulado, 10% para os autoprodutores e 20% destinada ao mercado livre (ACL).	Brasília
CONTROLADAS EM CONJUNTO MANTIDAS PARA VENDA			
Lightger S.A.	Capital fechado	Participação em leilões de concessões, autorizações e permissões em novas usinas. A Lightger construiu e opera a PCH Paracambi. Controlada em conjunto pela Light S.A. (51%) e pela Cemig GT (49%), a Lightger tem capacidade instalada de 25,7 MW ^(a) e 19,5 MW ^(a) de garantia física.	Minas Gerais
Guanhães Energia S.A.	Capital fechado	Criada com a finalidade de implantar e explorar quatro Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), situadas no estado de Minas Gerais, que totalizam 44 MW ^(a) de Potência Instalada. Controlada em conjunto pela Light Energia (51%) e pela Cemig Geração e Transmissão S.A. - ("Cemig GT") (49%).	Minas Gerais

^(a) Não auditado pelos auditores independentes

1.3 Concessões do Grupo Light

Segue abaixo o resumo das concessões do Grupo Light vigentes em 31 de dezembro de 2021:

Concessões	Contrato de concessão	Data de vencimento
Light Serviços de Eletricidade S.A. ("Light SESA")	Junho de 1996	Junho de 2026
Light Energia S.A. ("Light Energia")	Junho de 1996	Entre março e julho de 2028 ^(a)
Lajes Energia S.A. ("Lajes Energia")	Julho de 2014	Maio de 2026

^(a) Vencimentos distintos das usinas de Pereira Passos, Nilo Peçanha, Ilha dos Pombos, Santa Branca e Fontes Nova.

A controlada Light SESA, por ser uma concessionária de distribuição de energia elétrica e não controlar os ativos subjacentes, aplica o IFRIC 12/ICPC 01 e utiliza o modelo bifurcado em virtude das empresas do segmento serem remuneradas: (i) pelo Poder Concedente, no tocante ao valor residual da infraestrutura ao final do contrato de concessão (ativo financeiro da concessão); e (ii) pelos usuários, pela parte que lhes cabe dos serviços de construção e pela prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica (ativo intangível).

Para as controladas Light Energia e Lajes Energia, não é aplicado o IFRIC 12/ICPC 01, pois as mesmas não aplicam tarifas definidas pelo Poder Concedente, conforme exigido na norma.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (“IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Diretoria na sua gestão.

Em 24 de março de 2022, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros (Nota 34) e ativos mantidos para venda (Nota 5), mensurados pelos seus valores justos e pelos seus valores justos menos despesas com vendas, de acordo com as normas aplicáveis, respectivamente.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para milhares, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Consolidação do Grupo Light

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas.

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo incluem:

Sociedades controladas	Atividade	31.12.2021 e 31.12.2020		
		Forma de avaliação	Participação direta (%)	Participação indireta (%)
Light SESA	Distribuição	Consolidação	100,0	-
Light Energia	Geração hidráulica	Consolidação	100,0	-
Fontainha	Geração eólica	Consolidação	-	100,0
São Judas Tadeu	Geração eólica	Consolidação	-	100,0
Lajes Energia	Geração hidráulica	Consolidação	-	100,0
Lightcom	Comercialização	Consolidação	100,0	-
Light Soluções	Serviços	Consolidação	100,0	-
Instituto Light	Outros	Consolidação	100,0	-
Light Conecta	Serviços	Consolidação	100,0	-
Consórcio UHE Itaocara	Geração hidráulica	Consolidação	-	51,0

2.5 Uso de julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, requer que a Diretoria faça julgamentos, adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas são revisadas continuamente e os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Os ajustes oriundos dessas revisões são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

Notas	Estimativa e julgamentos significativos
5	Ativos classificados como mantidos para venda
8	Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)
9	Realização dos créditos de PIS e COFINS sobre ICMS e valores a serem restituídos a consumidores
10	Recuperação do imposto e renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias
12	Ativos e passivos financeiros do setor
13	Ativo financeiro da concessão
22	Provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios
23	Contingências
24	Benefícios pós-emprego
30	Pagamento baseado em ações
31.1	Fornecimento não faturado
32.1	Provisão para compra de energia elétrica
34	Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas estão descritas a seguir:

3.1 Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

O Grupo classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias:

Valor justo por meio do resultado

Encontram-se nesta categoria os ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição. São mensurados pelo valor novo de reposição (“VNR”), equivalentes ao valor justo na data das demonstrações financeiras. A controlada Light SESA reconhece um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando existe um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder público concedente, ou sob a direção da concedente pelos serviços de construção ou melhoria prestados.

Nesta categoria encontram-se também os certificados de depósito bancário (CDB), as cotas de fundos de investimento e os instrumentos financeiros derivativos.

Os instrumentos financeiros derivativos (operações de *swap*) são instrumentos mantidos para regular as exposições de riscos de variação de moeda estrangeira, reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. Os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

Custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas dos ativos financeiros são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas dos passivos financeiros são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

Encontram-se nesta categoria o numerário disponível, os valores a receber com consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes, serviços prestados a receber, depósitos vinculados a litígios, ativos e passivos financeiros do setor, valores a receber de partes relacionadas, outros créditos, fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures, obrigações por arrendamento mercantil e outros débitos.

Desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e
- O Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou nem transferindo nem retendo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferindo o controle do ativo.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

3.2 Instrumentos financeiros derivativos

Inicialmente, os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge nos casos de adoção da contabilidade de hedge (*hedge accounting*). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por hedge. O Grupo não adota a contabilidade de hedge (*hedge accounting*) e designa seus derivativos como:

Hedge do valor justo

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por hedge que são atribuíveis ao risco protegido.

Para hedges de valor justo relacionados a itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajuste ao valor contábil é amortizado por meio do resultado durante o prazo remanescente do hedge, utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que exista um ajuste e, no mais tardar, quando o item protegido deixar de ser ajustado por alterações no seu valor justo atribuíveis ao risco coberto.

Se o item objeto de hedge for desreconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado.

Quando um compromisso firme não reconhecido é designado como um item protegido, a mudança acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco protegido é reconhecida como um ativo ou passivo com reconhecimento do ganho ou perda correspondente no resultado.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

As aplicações financeiras de liquidez imediata são pós-fixadas e correspondem a operações realizadas com instituições que atuam no mercado financeiro nacional, tendo como características alta liquidez, garantia de recompra diária pela instituição financeira, a uma taxa previamente estabelecida pelas partes e remuneração, em sua maioria, pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com perda insignificante de valor em caso de resgate antecipado.

3.4 Consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes

Incluem o fornecimento e suprimento da energia elétrica, faturado e a faturar, comercialização de energia, acréscimos moratórios, juros oriundos de atraso no pagamento, encargos de uso da rede elétrica e energia comercializada a outras concessionárias pelo suprimento de energia elétrica conforme montantes disponibilizados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

O Grupo utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para as contas a receber. A matriz de provisão baseia-se na experiência real de perda de crédito, considerando o histórico de inadimplência dos últimos três anos e segregado em faturamento regular, parcelamentos e faturas oriundas de recuperação de energia, por classe de consumo (residencial, industrial, comercial, rural, poder público, iluminação pública e serviço público). O Grupo revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Além disso, quando aplicável, para o segmento de poder público, iluminação pública e serviço público são consideradas as mudanças no risco de crédito seguindo critério julgamental que reporte a expectativa de perda esperada para esses clientes.

3.5 Estoques

Os estoques estão registrados ao custo médio de aquisição. Quando aplicável, o saldo será deduzido de provisões para perdas. Os materiais em estoque são classificados no ativo circulante (almoxarifado de manutenção e administrativo).

3.6 Ativos e passivos financeiros do setor

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados (Parcela A e outros componentes financeiros) que são incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos.

Esses valores serão efetivamente liquidados por ocasião do próximo período tarifário ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção da concessão.

3.7 Ativos não circulantes mantidos para venda

A Companhia e suas controladas classificam um ativo não circulante como mantido para venda quando o seu valor contábil será recuperado, principalmente, por meio de transação de venda em vez do uso contínuo. Esses ativos são mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda. As despesas de venda são representadas pelas despesas incrementais diretamente atribuíveis à venda, excluídos as financeiras e os tributos sobre o lucro.

Ativos e passivos classificados como mantidos para venda são apresentados separadamente como itens circulantes no balanço patrimonial. Os dividendos recebidos de empreendimentos controlados em conjunto classificados como mantidos para venda são reconhecidos no resultado, tendo em vista a interrupção da mensuração pelo método da equivalência patrimonial.

3.8 Investimentos

A Companhia detém investimentos em empresas controladas e controladas em conjunto. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. Esses investimentos são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e são, inicialmente, reconhecidos pelo custo de aquisição, sendo este mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição.

Anualmente, a Companhia avalia se há evidência objetiva de que o investimento sofreu perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), sendo que esta perda é o resultado da diferença entre o valor recuperável do investimento e o seu valor contábil.

3.9 Ativo financeiro da concessão

A controlada Light SESA reconhece um ativo financeiro decorrente do contrato de concessão quando possui um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente ou da parte por ele indicada ao final da concessão, conforme previsto em contrato, a título de indenização pelos serviços de construção efetuados e não recebidos por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Tais ativos financeiros correspondem à parcela dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão e são avaliados com base no Valor Novo de Reposição (VNR), equivalente ao valor justo, acrescido de correção monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") e tendo como referência os valores homologados pela ANEEL da base de remuneração de ativos nos processos de revisão tarifária.

3.10 Ativo de contrato

Os bens vinculados à infraestrutura da concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Companhia de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores ou receber uma indenização ao final da concessão para os ativos ainda não amortizados. Assim, os novos ativos são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Após a entrada em operação dos ativos, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos então bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível.

3.11 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo de aquisição ou formação, incluindo custo atribuído, encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada e de perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver.

A depreciação é calculada pelo método linear, em contrapartida ao resultado do exercício, baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Para os ativos imobilizados que não possuem garantia de indenização, como no caso dos ativos da Lajes Energia, os itens são depreciados pelo método linear até o limite da concessão ou depreciados pela vida útil do bem, dos dois, o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na Nota 16.

Eventuais ajustes nos métodos de depreciação, nas vidas úteis ou nos valores residuais são reconhecidos e ajustados de forma prospectiva.

3.12 Ativo intangível

Para os ativos intangíveis de distribuição de energia elétrica, a parcela dos ativos da concessão que será integralmente amortizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão, usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil regulatória estimada.

Os ativos intangíveis compreendem, principalmente, os softwares adquiridos de terceiros e os ativos referentes aos contratos de concessão. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento de ativos intangíveis, correspondente à diferença entre o seu valor contábil e o valor líquido da venda, é reconhecido na demonstração de resultado.

3.13 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Diretoria revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

3.14 Arrendamentos

O Grupo avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento e aplica uma abordagem única de reconhecimento e mensuração, exceto para arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor individual.

3.14.1 Ativos de direito de uso

O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento mensurados pelo valor presente. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Adicionalmente, são ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

3.14.2 Passivos de arrendamento

Os passivos de arrendamentos são inicialmente mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo dos contratos. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor do passivo de arrendamento é remensurado se houver modificação, alteração de prazo ou uma mudança de valor das parcelas.

3.14.3 Estimativa da taxa incremental de arrendamentos

Os arrendamentos vigentes não possuem sua taxa de juros implícita prontamente identificável, motivo pelo qual a Companhia considera a taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos de arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao tomar empréstimos, por prazo semelhante, para obter os recursos necessários para a aquisição de ativos com valores similares ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A Companhia calcula a taxa incremental usando dados observáveis, quando disponíveis.

3.15 Benefícios a empregados

3.15.1 Benefícios de longo prazo – pós emprego

A Companhia possui planos de contribuição definida e de benefício definido. Os planos de benefícios de longo prazo - pós emprego (previdência) são financiados por meio de contribuições de participantes e patrocinadora aos fundos de pensão, conforme determinado por cálculos atuariais periódicos.

As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesa com pessoal quando incorridas.

A obrigação líquida do Grupo quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente, para cada plano, através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferirão como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o maior valor entre a dívida pactuada com a Fundação de Seguridade Social Braslight para amortização das obrigações atuariais e o valor presente da obrigação atuarial, calculada por meio de laudo atuarial, deduzida do valor justo dos ativos do plano.

Anualmente é realizado um cálculo para avaliação atuarial dos planos existentes por atuário independente. Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais (remensurações do valor líquido de passivo ou ativo de benefício definido) são reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes e não são transferidos para lucros ou prejuízos acumulados.

3.15.2 Benefícios de curto prazo a empregados

As obrigações de benefícios de curto prazo a empregados referem-se aos planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros, e é provisionada em conformidade com o acordo coletivo na rubrica de despesa com pessoal (Participação dos Empregados e Administradores) no resultado do exercício.

3.16 Plano de outorga de opção de compra de ações

A Companhia possui plano de remuneração baseado em ações que tem por objetivo permitir que as pessoas elegíveis, sujeito a determinadas condições, adquiram ações, com vista a estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia e alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos das pessoas elegíveis.

Poderão ser eleitos como participantes de opções nos termos do plano, os administradores e empregados da Companhia ou de outras sociedades sob o seu controle, desde que aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

Os efeitos do plano de remuneração baseado em ações são calculados com base no valor justo dos instrumentos patrimoniais outorgados e reconhecidos no balanço patrimonial e na demonstração de resultados conforme as condições contratuais sejam atendidas.

3.17 Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos, que são apresentados de forma segregada nas demonstrações financeiras. A Companhia e suas controladas estão sujeitas ao regime do lucro real de apuração dos tributos sobre o resultado.

3.17.1 Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos vigentes.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando então o imposto é devidamente apurado e compensado com as antecipações realizadas.

3.17.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributáveis temporárias. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças dedutíveis, créditos e prejuízos tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e os créditos e prejuízos tributários possam ser utilizados.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, seja no resultado, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

A contabilização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, por sua vez, é efetuada pelo Grupo se, e somente se, a entidade tem o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária: (i) na mesma entidade tributável; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

A Companhia e suas controladas avaliam periodicamente a posição fiscal das situações nas quais a regulação fiscal requer interpretação e estabelece provisões e/ou divulgações quando apropriado.

3.18 Provisões

3.18.1 Geral

São reconhecidas quando o Grupo possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

3.18.2 Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

O Grupo é parte em diversos processos judiciais e administrativos, logo, as provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos econômicos seja requerida para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos e a opinião da Diretoria, quando aplicável. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.19 Reconhecimento de receitas

As receitas do Grupo são reconhecidas quando uma obrigação de performance for satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado a essa obrigação de performance. A Companhia e suas controladas reconhecem a receita proveniente de um contrato com cliente quando a expectativa de recebimento for provável, levando em consideração a intenção de pagamento do cliente.

3.19.1 Receita de fornecimento de energia elétrica e receita de uso da rede

As receitas de venda de energia são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação, com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. A Companhia mensura e reconhece as receitas de fornecimento de energia para os consumidores finais de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela distribuidora.

A receita não faturada de fornecimento de energia elétrica corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada tomando como base ciclos de leitura. O efeito nas demonstrações financeiras da diferença entre a estimativa e o realizado é considerado imaterial.

A receita de operações venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”) e transações no mercado de curto prazo estão reconhecidos valor justo da contraprestação a receber no momento em que as transações ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com Preço de Liquidação de Diferenças (PLD).

As receitas de uso da rede de distribuição (TUSD) recebidas de outras concessionárias e consumidores livres são contabilizadas quando há o uso da rede de distribuição pelo cliente. A receita pela distribuição não faturada é contabilizada com base na receita auferida, porém, com faturas emitidas nos primeiros dias do mês posterior.

3.19.2 Receita de serviços

As receitas de serviços são reconhecidas à medida que as obrigações de performances determinadas em contrato são transferidas ao cliente e a possibilidade do recebimento da contraprestação financeira for provável.

3.19.3 Receita de construção

A receita de construção corresponde à obrigação de desempenho de construir a infraestrutura, consubstanciada nos investimentos em ativos da concessão realizados pela Companhia no exercício. O reconhecimento dessa receita está diretamente relacionado aos gastos incorridos com a construção dos ativos da infraestrutura de concessão. Considerando que o modelo regulatório vigente não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão, que as construções e melhorias são substancialmente executadas por meio de serviços especializados de terceiros, e que toda receita de construção está relacionada à construção de infraestrutura, sendo assim a margem de construção adotada foi estabelecida como sendo igual a zero.

3.19.4 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre as aplicações financeiras, juros sobre atraso no recebimento de cliente, atualização de ativos e passivos financeiros do setor e variações de *swaps*. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e debêntures, ajustes de desconto a valor presente e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

3.20 Ajuste a valor presente de ativos

Os itens sujeitos ao desconto a valor presente são referentes a contas a receber de consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes. O Grupo realizou cálculo do valor presente para os saldos com prazos de pagamento superiores a 180 dias. A taxa de desconto utilizada pela Diretoria para o desconto a valor presente para esses itens é de aproximadamente 10,0% a.a., semelhante ao custo médio de captação de recursos do Grupo nos últimos anos e ao encargo financeiro cobrado de seus clientes.

3.21 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo IASB e pelo CPC são os seguintes:

Revisão e normas impactadas	Descrição	Impactos contábeis
Alterações no CPC 06 (R2)/IFRS 16, CPC 11/IFRS 4, CPC 38/IAS 39, CPC 40 (R1) /IFRS 7 e CPC 48/IFRS 9: Reforma da Taxa de Juros de Referência.	As alterações aos Pronunciamentos CPC 38/IAS39 e CPC 48/IFRS 9 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco.	Sem impactos relevantes
Alterações no CPC 06 (R2)/IFRS 16: Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021.	As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2)/IFRS 16 sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19.	Sem impactos relevantes

3.22 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas a seguir e todas são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Revisão e normas impactadas	Descrição	Impactos contábeis
IFRS 17 (CPC 50) - Contratos de seguro	Norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação	Essa norma não se aplica ao Grupo
Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis	As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros	O Grupo avaliará os impactos
Alterações ao IAS 1 e IFRS <i>Practice Statement</i> 2: Divulgação de políticas contábeis	A alteração fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis.	O Grupo avaliará os impactos
Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante	Alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante	Não se espera impacto significativo

4. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 estão sendo apresentadas em relação aos negócios da Companhia, identificados com base na sua estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas, conforme apresentadas a seguir:

Balanco Patrimonial	Distribuição	Geração	Serviço	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado 31.12.2021
Ativo circulante	7.798.320	1.162.257	13.217	296.871	643.478	(590.114)	9.324.029
Outros ativos não circulantes	13.861.576	62.166	16.434	11.578	892	-	13.952.646
Investimentos	34.124	-	-	-	8.191.828	(7.868.191)	357.761
Imobilizado	309.308	1.466.403	33.843	327	-	-	1.809.881
Intangível	2.455.860	375.710	1.378	607	-	-	2.833.555
TOTAL DOS ATIVOS	24.459.188	3.066.536	64.872	309.383	8.836.198	(8.458.305)	28.277.872
Passivo circulante	6.385.767	659.419	3.294	129.699	100.662	(590.114)	6.688.727
Passivo não circulante	10.906.594	1.926.285	21.730	554	881	-	12.856.044
Patrimônio líquido	7.166.827	480.832	39.848	179.130	8.734.655	(7.868.191)	8.733.101
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	24.459.188	3.066.536	64.872	309.383	8.836.198	(8.458.305)	28.277.872

Balanco Patrimonial	Distribuição	Geração	Serviço	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado 31.12.2020
Ativo circulante	5.450.204	2.268.126	25.182	223.081	391.927	(384.796)	7.973.724
Outros ativos não circulantes	13.133.051	325.289	16.962	27.507	689	-	13.503.498
Investimentos	31.258	-	-	-	6.852.861	(6.517.878)	366.241
Imobilizado	275.532	1.339.192	40.127	364	-	-	1.655.215
Intangível	2.459.309	437.157	1.363	759	-	-	2.898.588
TOTAL DOS ATIVOS	21.349.354	4.369.764	83.634	251.711	7.245.477	(6.902.674)	26.397.266
Passivo circulante	4.758.624	2.515.686	3.536	156.766	167.141	(384.796)	7.216.957
Passivo não circulante	10.953.184	1.118.470	31.078	500	865	-	12.104.097
Patrimônio líquido	5.637.546	735.608	49.020	94.445	7.077.471	(6.517.878)	7.076.212
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21.349.354	4.369.764	83.634	251.711	7.245.477	(6.902.674)	26.397.266

Resultados por segmento:

Demonstração do Resultado	Distribuição	Geração	Serviço	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado 2021
RECEITA LÍQUIDA	13.625.646	853.492	58	1.314.234	-	(895.510)	14.897.920
DESPESAS E CUSTOS OPERACIONAIS	(13.010.201)	(420.196)	(1.738)	(1.164.381)	(5.989)	895.510	(13.706.995)
Equivalência patrimonial	-	-	(33.912)	-	389.258	(402.970)	(47.624)
RESULTADO FINANCEIRO	(1.051.225)	(290.471)	2.920	5.813	2.773	-	(1.330.190)
Receita financeira	319.005	49.708	3.087	6.931	3.678	-	382.409
Despesa financeira	(1.370.230)	(340.179)	(167)	(1.118)	(905)	-	(1.712.599)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	(435.780)	142.825	(32.672)	155.666	386.042	(402.970)	(186.889)
Contribuição social	180.830	(10.721)	-	(14.024)	(502)	-	155.583
Imposto de renda	498.578	(29.142)	-	(38.820)	(1.365)	-	429.251
RESULTADO LÍQUIDO	243.628	102.962	(32.672)	102.822	384.175	(402.970)	397.945

Demonstração do Resultado	Distribuição	Geração	Serviço	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado 2020
RECEITA LÍQUIDA	11.764.700	1.131.064	4.496	1.023.619	-	(850.411)	13.073.468
DESPESAS E CUSTOS OPERACIONAIS	(10.969.006)	(156.794)	(6.771)	(965.559)	(16.257)	850.411	(11.263.976)
Equivalência patrimonial	-	(324)	(10.226)	-	688.595	(706.277)	(28.232)
RESULTADO FINANCEIRO	(398.850)	(341.819)	2.183	3.000	1.826	-	(733.660)
Receita financeira	748.230	347.704	2.429	3.315	2.162	(7.172)	1.096.668
Despesa financeira	(1.147.080)	(689.523)	(246)	(315)	(336)	7.172	(1.830.328)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	396.844	632.127	(10.318)	61.060	674.164	(706.277)	1.047.600
Contribuição social	(35.948)	(55.768)	(79)	(6.132)	-	-	(97.927)
Imposto de renda	(86.048)	(154.542)	(187)	(16.974)	-	-	(257.751)
RESULTADO LÍQUIDO	274.848	421.817	(10.584)	37.954	674.164	(706.277)	691.922

5. ATIVOS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA

Em 18 de dezembro de 2020, foi aprovada a concessão de período de exclusividade à Brasal Energia S.A. ("Brasal") visando à potencial operação para a alienação da totalidade da participação de 51% das controladas em conjunto Guanhães Energia S.A. ("Guanhães Energia") e Lightger S.A. ("Lightger"). A partir deste momento, a Companhia passou a tratar contabilmente esse bloco de ativos como "ativos não circulantes mantidos para venda".

Em 09 de dezembro de 2021, a Light S.A, em conjunto com sua controlada Light Energia, celebrou contrato de compra e venda com Brasal Energia S.A. ("Brasal"), para alienação a de participações societárias nas sociedades Lightger S.A e Guanhães Energia S.A ("Operação").

A operação consiste na venda para a Brasal da totalidade da participação de 51% das controladas em conjunto Guanhães Energia e Lightger, pelos valores de R\$97.904 e R\$108.511, respectivamente.

A consumação da transação e o pagamento do preço estão sujeitos ao cumprimento de condições precedentes usuais em transações dessa natureza, tais como a obtenção de anuência de autoridades regulatórias e concorrenciais e de terceiros. Em 03 de março de 2022, a ANEEL por meio do despacho nº 595/2022, concedeu anuência para as transações e definiu prazo de 120 dias para implementação da operação, a contar da data do despacho.

Os ativos que foram classificados como mantidos para venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda. No caso da alienação da participação na controlada indireta Guanhões Energia, o valor justo dos ativos líquidos das despesas de venda, é inferior ao valor contábil em R\$42.602 e foram reconhecidos como despesa no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, na rubrica de outras despesas. Enquanto para a Lightger nenhum registro adicional se fez necessário, visto que o valor contábil já se encontra a menor quando comparado ao valor justo líquido das despesas de venda.

5.1 Ativos classificados como mantidos para venda

Ativos classificados como mantidos para venda	31.12.2021		31.12.2020	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Lightger	41.446	41.446	53.919	53.919
Guanhões Energia	-	93.500	-	93.500
Total	41.446	134.946	53.919	147.419

5.2 Balanço patrimonial das controladas em conjunto em 31 de dezembro de 2021

Balanço Patrimonial 31.12.2021	Lightger	Guanhões
Caixa e equivalentes de caixa	29.382	5.205
Outros	6.084	10.400
Circulante	35.466	15.605
Não circulante	119.645	391.787
TOTAL DO ATIVO	155.111	407.392
Empréstimos, financiamentos e debêntures	8.573	13.144
Outros	2.802	28.111
Circulante	11.375	41.255
Empréstimos, financiamentos e debêntures	46.211	101.892
Outros	-	8.792
Não circulante	46.211	110.684
TOTAL DO PASSIVO	57.586	151.939
Patrimônio líquido	97.525	255.453
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	155.111	407.392

5.3 Demonstração do resultado das controladas em conjunto em 31 de dezembro de 2021

Demonstração do Resultado 2021	Lightger	Guanhões
Receita líquida de vendas	54.232	51.536
Custos das vendas	(12.494)	(17.490)
LUCRO BRUTO	41.738	34.046
Despesas gerais e administrativas	(15.068)	(24.320)
Resultado financeiro líquido	(8.640)	(7.972)
LUCRO ANTES DO IR E CSLL	18.030	1.754
Imposto de renda e contribuição social	(2.554)	(1.660)
LUCRO DO EXERCÍCIO	15.476	94

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalente de caixa	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Caixa e bancos	9	103	53.528	38.562
Aplicações financeiras de liquidez imediata (CDB)	-	7.642	343.249	614.638
TOTAL	9	7.745	396.777	653.200

A remuneração média das aplicações no consolidado é de 106,3% do CDI em 31 de dezembro de 2021 (82,8% do CDI em 31 de dezembro de 2020).

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade de ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota 34.

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Títulos e valores mobiliários	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	62.647	70.781	3.049.564	1.934.466
Fundo de investimento (não exclusivos)	-	-	158.632	502.010
TOTAL	62.647	70.781	3.208.196	2.436.476

Os títulos e valores mobiliários são representados por: (i) garantias oferecidas para participação em leilões de energia; (ii) valores provenientes de venda de ativos que ficam retidos para reinvestimentos na rede elétrica; (iii) fundos de investimentos não exclusivos; e (iv) aplicações que têm seus vencimentos superiores a três meses da data de aplicação, com perda de valor em caso de resgate antecipado. A remuneração média dessas aplicações é de 101,9% do CDI em 31 de dezembro de 2021 (107,9% do CDI em 31 de dezembro de 2020).

8. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS, PERMISSIONÁRIAS E CLIENTES

Consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes - Consolidado	31.12.2021			31.12.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Fornecimento faturado	4.297.609	-	4.297.609	3.725.175	-	3.725.175
Fornecimento não faturado	635.102	-	635.102	674.821	-	674.821
Parcelamento de débitos	606.261	1.204.253	1.810.514	515.805	996.667	1.512.472
Comercialização de energia	141.697	-	141.697	956.126	-	956.126
Suprimento e encargos de uso da rede elétrica	25.369	-	25.369	25.956	-	25.956
Outras contas a receber	6.300	16.434	22.734	8.169	16.947	25.116
	5.712.338	1.220.687	6.933.025	5.906.052	1.013.614	6.919.666
(-) Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa	(3.287.657)	-	(3.287.657)	(2.648.925)	-	(2.648.925)
TOTAL	2.424.681	1.220.687	3.645.368	3.257.127	1.013.614	4.270.741

Em 31 de dezembro de 2020, a controlada Light Energia possuía um saldo a receber de R\$832.021 na rubrica comercialização de energia, referente a inadimplência da liquidação da CCEE decorrente do ajuste do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE provocado pelo GSF menor que 1. No primeiro trimestre de 2021, a controlada Light Energia recebeu R\$335.739 referente ao montante em aberto com a CCEE. Em 06 de abril de 2021, foi liquidado pela controlada Light Energia, o saldo em aberto a pagar com a CCEE, consequentemente compensado pelo saldo a receber em aberto de R\$578.932 classificado na rubrica comercialização de energia, conforme descrito na Nota 18.

Os saldos vencidos e a vencer estão distribuídos da seguinte forma:

Classe de consumidores - Consolidado	Saldos a vencer	Saldos vencidos				Total	PECLD	31.12.2021
		Até 90 dias	De 91 e 180 dias	De 181 e 360 dias	Mais de 360 dias			
Residencial	535.270	232.055	126.575	647.560	1.319.246	2.860.706	(1.784.754)	1.079.950
Industrial	22.696	4.220	2.356	13.754	74.345	117.371	(82.860)	34.511
Comercial	307.815	53.870	27.786	131.482	347.249	868.202	(454.110)	414.092
Rural	2.204	595	214	810	2.471	6.294	(2.830)	3.464
Poder público	40.078	66.029	4.238	61.092	95.899	267.336	(146.660)	116.678
Iluminação pública	42.000	8.292	3.521	12.567	83.156	149.536	(97.678)	51.858
Serviço público	11.281	1.107	5.872	3.502	6.402	28.164	(8.317)	19.847
Fornecimento não faturado	499.077	-	-	-	-	499.077	(7.971)	491.106
SUBTOTAL - CONSUMIDORES	1.460.421	366.168	170.562	870.767	1.928.768	4.796.686	(2.585.180)	2.211.506
Comercialização de energia	141.697	-	-	-	-	141.697	(748)	140.949
Suprimento e encargos de uso da rede elétrica	25.369	-	-	-	-	25.369	(160)	25.209
Encargos de uso da rede elétrica - não faturado	136.025	-	-	-	-	136.025	-	136.025
Outras contas a receber	22.734	-	-	-	-	22.734	-	22.734
	325.825	-	-	-	-	325.825	(908)	324.917
TOTAL	1.786.246	366.168	170.562	870.767	1.928.768	5.122.511	(2.586.088)	2.536.423

Consolidado	Saldos a vencer	Saldos vencidos				Total	PECLD	31.12.2020
		Até 90 dias	De 91 e 180 dias	De 181 e 360 dias	Mais de 360 dias			
Residencial	384.708	299.917	111.752	227.239	1.314.908	2.338.524	(1.449.486)	889.038
Industrial	16.353	13.050	3.873	10.795	79.820	123.891	(89.183)	34.708
Comercial	217.239	91.741	32.600	63.980	348.514	754.074	(398.883)	355.191
Rural	1.342	826	202	292	2.472	5.134	(2.538)	2.596
Poder público	40.044	58.291	28.811	38.292	94.104	259.542	(105.411)	154.131
Iluminação pública	43.481	32.471	11.733	38.998	89.649	216.332	(96.384)	119.948
Serviço público	8.557	12.092	465	1.021	5.543	27.678	(5.369)	22.309
Fornecimento não faturado	571.364	-	-	-	-	571.364	(8.670)	562.694
SUBTOTAL - CONSUMIDORES	1.283.088	508.388	189.436	380.617	1.935.010	4.296.539	(2.155.924)	2.140.615
Comercialização de energia	956.126	-	-	-	-	956.126	(784)	955.342
Suprimento e encargos de uso da rede elétrica	25.956	-	-	-	-	25.956	(159)	25.797
Encargos de uso da rede elétrica - não faturado	103.457	-	-	-	-	103.457	-	103.457
Outras contas a receber	25.116	-	-	-	-	25.116	-	25.116
	1.110.655	-	-	-	-	1.110.655	(943)	1.109.712
TOTAL	2.393.743	508.388	189.436	380.617	1.935.010	5.407.194	(2.156.867)	3.250.327

8.1 Parcelamento de débitos

A Companhia possui saldos de consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes parcelados decorrentes de programas de negociação realizados.

Classe de consumidores	31.12.2021			31.12.2020		
	Total	PECLD	Total líquido	Total	PECLD	Total líquido
Residencial	1.218.443	(569.537)	648.906	1.024.650	(411.259)	613.391
Industrial	18.221	(7.996)	10.225	19.760	(813)	18.947
Comercial	193.863	(33.767)	160.096	184.064	(22.722)	161.342
Rural	2.203	(164)	2.039	1.934	(146)	1.788
Poder público	145.307	(51.180)	94.127	98.266	(56.703)	41.563
Iluminação pública	65.033	-	65.033	9.819	(154)	9.665
Serviço público	167.444	(38.925)	128.519	173.979	(261)	173.718
TOTAL	1.810.514	(701.569)	1.108.945	1.512.472	(492.058)	1.020.414

Em 07 de julho de 2018, a controlada Light SESA assinou um acordo de parcelamento com a SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A ("SuperVia"), cujo montante a receber era de R\$163.212. Em 25 de junho de 2019, a controlada Light SESA assinou um aditivo a esse acordo, onde foi incorporado ao saldo de parcelamento de débitos o montante de R\$48.149. O montante atualizado deste parcelamento em 31 de dezembro de 2021 é de R\$129.837 (R\$156.048 em 31 de dezembro de 2020). Em 11 de junho de 2021, a Justiça do Rio de Janeiro aceitou o pedido de processamento da recuperação judicial da SuperVia e conseqüentemente foi determinada a suspensão de todas as ações ou execuções contra a empresa. Em 07 de outubro de 2021, foi publicado o edital com a lista consolidada dos credores e plano de recuperação judicial (RJ) da SuperVia. A assembleia de credores está prevista para ser realizada em 27 de abril de 2022.

Em 31 de dezembro de 2021, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro possui um montante em aberto de R\$271.720 com a controlada Light SESA. Esse montante refere-se às faturas de energia elétrica do período entre agosto de 2018 a dezembro de 2021. Deste montante, (i) o total de R\$207.834 refere-se a faturas emitidas até dezembro de 2020, as quais estão sendo negociadas diretamente com a Secretaria de Fazenda, e um regulamento está sendo elaborado para definir as condições de parcelamento e leilão reverso, com previsão de publicação no Diário Oficial até abril de 2022; e (ii) o montante de R\$63.886 que se referem as faturas emitidas em 2021, a controlada Light SESA está em negociação junto à Prefeitura e com expectativa de regularização até abril de 2022.

8.2 Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

Seguem abaixo as movimentações da PECLD de consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

SALDO EM 31.12.2019	(2.071.504)
Adições (Nota 32)	(618.670)
Baixas	41.249
SALDO EM 31.12.2020	(2.648.925)
Adições (Nota 32)	(597.354)
Baixas	(41.378)
SALDO EM 31.12.2021	(3.287.657)

As baixas de recebíveis para perda são efetuadas de acordo com a Lei n° 9.430/1997 e Lei n° 13.097/2015. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram realizadas baixas no montante de R\$41.378 (R\$41.249 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020) contra a provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa já constituída, não gerando, assim, impacto no resultado do exercício.

A exposição da Companhia a riscos de crédito relacionados a consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes é divulgada na Nota 34.

9. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

Tributos e contribuições a compensar - Consolidado	31.12.2021			31.12.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS a compensar ^(a)	45.318	62.603	107.921	42.033	51.925	93.958
PIS e COFINS a compensar (Nota 9.1) ^(b)	986.292	3.241.542	4.227.834	586.001	4.368.093	4.954.094
INSS	6.388	-	6.388	11.226	-	11.226
Outros	16.486	-	16.486	16.457	-	16.457
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR	1.054.484	3.304.145	4.358.629	655.717	4.420.018	5.075.735
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	208.303	370.559	578.862	137.047	-	137.047
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR	208.303	370.559	578.862	137.047	-	137.047
TOTAL	1.262.787	3.674.704	4.937.491	792.764	4.420.018	5.212.782

^(a) Substancialmente representados por créditos de ICMS decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e intangível, os quais podem ser compensados em até 48 meses.

^(b) Em 31 de dezembro de 2021, o saldo apresentado encontra-se líquido dos impostos a pagar apurados em 31 de dezembro de 2021 no montante de R\$52.745 (R\$238.928 em 31 de dezembro de 2020). Ademais, inclui o montante de R\$4.206 (R\$4.206 em 31 de dezembro de 2020) referente a PIS/COFINS diferidos de órgãos públicos.

9.1 Créditos de PIS e COFINS após a exclusão do ICMS na base de cálculo

Em 18 de fevereiro de 2008, a controlada Light SESA impetrou o Mandado de Segurança nº 0012490-07.2008.4.02.5101 no tocante ao reconhecimento do seu direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Em 07 de agosto de 2019, transitou em julgado, no Tribunal Regional Federal da 2ª Região, o processo judicial da ação movida pela Companhia com decisão favorável à autora, reconhecendo o direito de excluir o ICMS pago da base de cálculo do PIS e COFINS, com efeito retroativo a janeiro de 2002, devidamente atualizados pela Taxa Selic.

Baseada na opinião dos assessores legais, a Diretoria da Companhia entende que parcela dos créditos a serem recebidos pela controlada Light SESA podem ser objeto de restituição aos consumidores da sua área de concessão. Neste caso, consideramos que o período máximo aplicável para cálculo de tal devolução será de 10 anos. Sendo assim, a controlada Light SESA constituiu um passivo correspondente aos créditos fiscais que deverão ser repassados aos consumidores que compreende o período dos últimos 10 anos, ou seja, de setembro de 2009 a agosto de 2019, líquido do PIS/COFINS incidente sobre a sua receita financeira de atualização. O montante representado pela diferença do total do crédito fiscal registrado pela controlada Light SESA e respectiva obrigação reconhecida pelo prazo supracitado, foi avaliado pela Diretoria como sendo de perda possível, motivo pelo qual não foi provisionado nas demonstrações financeiras. No reajuste tarifário que entrou em vigor em 15 de março de 2021 foi homologada a devolução de R\$374.196 e no reajuste tarifário que entrou em vigor em 15 de março de 2022 foi homologada a devolução de R\$1.050.000. Ambos os valores foram homologados como item financeiro e reduziram a tarifa do consumidor.

Em 09 abril de 2020, a Receita Federal do Brasil (“RFB”) deferiu o pedido de habilitação dos créditos fiscais oriundos da exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS, o que motivou a reversão do IRPJ e CSLL diferidos, que foram oferecidos à tributação pelo IRPJ e pela CSLL correntes, bem como a reclassificação para o ativo circulante do montante estimado de créditos a serem recuperados nos próximos 12 meses. O início da compensação destes créditos ocorreu a partir de 30 de abril de 2020. Os créditos totais compensados até 31 de dezembro de 2021, somaram o montante de R\$2.134.789 (R\$1.110.796 em 31 de dezembro de 2020). Desse montante, R\$703.630 se referiam aos tributos federais incidentes sobre a habilitação dos referidos créditos fiscais.

A Companhia adota os procedimentos de recuperação destes créditos de acordo com as previsões legais estabelecidas pela RFB. O repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pela Companhia e será efetuado conforme mecanismos e critérios a serem definidos pela ANEEL. Em 09 de fevereiro de 2021, a ANEEL abriu a Consulta Pública nº 5/2021 com a finalidade de colher subsídios e informações para regulamentar o tratamento a ser dado para a devolução aos consumidores dos valores auferidos pelas distribuidoras de energia elétrica.

Esses créditos são atualizados pela Selic até a sua compensação, sendo o efeito líquido no resultado financeiro no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 de R\$14.912 (R\$29.171 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020), conforme Nota 33.

Segue abaixo a apresentação dos efeitos contábeis relativos ao reconhecimento dos créditos fiscais decorrentes da exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS, incluindo sua atualização pela Selic, e dos valores a serem restituídos aos consumidores reconhecidos nas demonstrações financeiras de 2021 e 2020:

Efeitos no balanço patrimonial	31.12.2021	31.12.2020
Créditos de PIS e COFINS sobre o ICMS	4.284.785	5.197.228
Valores a serem restituídos a consumidores	(3.395.800)	(3.677.853)
TOTAL	888.985	1.519.375

Efeitos no resultado dos exercícios	2021	2020
Receita financeira (Nota 33)	14.912	29.171
PIS e COFINS sobre receita financeira	(693)	(1.356)
Imposto de renda e contribuição social	(4.834)	(9.457)
TOTAL	9.385	18.358

9.2 Não incidência do IRPJ/CSLL sobre atualização pela Selic dos indêbitos tributários

Em 24 de setembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal (“STF”), em julgamento de recurso extraordinário com repercussão geral, decidiu favoravelmente aos contribuintes sobre a não incidência do imposto de renda e contribuição social sobre a atualização da Selic nos casos de restituição de impostos pagos a maior (repetição de indébito), trazendo impactos relevantes, principalmente, para a tributação dos ganhos do ICMS na base do PIS e COFINS.

De forma geral, as entidades que possuíam ação questionando esta tese até a data de julgamento do STF já teriam direito a não tributar a atualização da Selic nos ganhos tributários. Entidades que não possuíam ação questionando o tema até o julgamento do STF, devem aguardar o resultado de eventual modulação dos efeitos da decisão.

A controlada Light SESA possui mandado de segurança, no qual discute o direito à repetição dos montantes de IRPJ e CSLL que incidiram sobre os valores correspondentes à Selic aplicada em seus indêbitos tributários e depósitos judiciais, desde agosto de 2016, bem como pleiteia o afastamento definitivo dessa incidência tributária.

Com base na decisão do STF, a Companhia, conforme ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (equivalente à norma internacional IFRIC 23), reavaliou a expectativa de ganho do direito em relação aos indêbitos tributários e reconheceu em 2021, como receita de IRPJ e CSLL corrente e diferido, o montante de R\$536.170 sendo (i) R\$365.170 à título de IRPJ e CSLL a recuperar referente aos períodos que a controlada Light SESA apurou lucro real, apresentados no ativo não circulante; e (ii) R\$171.761 pela recomposição do prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social referentes aos períodos em que a controlada Light SESA apurou base fiscal negativa para os períodos de cinco anos anteriores ao ajuizamento da ação, aumentando o ativo não circulante. Em 31 de dezembro de 2021, o montante de IRPJ e CSLL a recuperar atualizados monetariamente é de R\$370.559.

Importante ressaltar, que o montante apurado pela Companhia levou em consideração as atualizações financeiras sobre os valores a serem restituídos aos consumidores, ou seja, a Companhia considerou em suas exclusões os mesmos efeitos os quais havia considerado quando do reconhecimento dos créditos sobre a exclusão do ICMS da base do PIS e da COFINS, ou seja, líquido do passivo a restituir.

10. TRIBUTOS DIFERIDOS

Tributos diferidos - Consolidado	31.12.2021			31.12.2020		
	Ativo diferido	Passivo diferido	Líquido diferido	Ativo diferido	Passivo diferido	Líquido diferido
Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa	1.130.327	-	1.130.327	913.158	-	913.158
Provisão para PLR	16.578	-	16.578	13.253	-	13.253
Provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios	170.715	-	170.715	220.161	-	220.161
Benefício Pós-Emprego - CVM 695/12 (Nota 24)	-	-	-	1.811	-	1.811
Prejuízos fiscais	289.922	-	289.922	96.103	-	96.103
Base negativa de contribuição social	107.399	-	107.399	37.624	-	37.624
Outros	16.863	-	16.863	19.743	-	19.743
Instrumentos financeiros derivativos <i>swaps</i>	1.352	(64.739)	(63.387)	-	(379.611)	(379.611)
Remuneração do ativo financeiro da concessão	-	(771.486)	(771.486)	-	(576.247)	(576.247)
Custo atribuído Light Energia	-	(148.918)	(148.918)	-	(156.813)	(156.813)
Repactuação do GSF na Light Energia	-	(127.562)	(127.562)	-	(147.502)	(147.502)
ATIVO (PASSIVO) TRIBUTÁRIO DIFERIDO, BRUTO	1.733.156	(1.112.705)	620.451	1.301.853	(1.260.173)	41.680
Apresentação pelo líquido	(837.441)	837.441	-	(851.884)	851.884	-
ATIVO (PASSIVO) TRIBUTÁRIO DIFERIDO, LÍQUIDO	895.715	(275.264)	620.451	449.969	(408.289)	41.680

Segue abaixo a movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

Tributos diferidos - Consolidado	Saldo em 31.12.2019	Reconhecido no Resultado	Reconhecido no Patrimônio Líquido	Saldo em 31.12.2020	Reconhecido no Resultado	Reconhecido no Patrimônio Líquido	Saldo em 31.12.2021
Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa	716.835	196.323	-	913.158	217.169	-	1.130.327
Provisão para PLR	11.206	2.047	-	13.253	3.325	-	16.578
Provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios	184.688	35.473	-	220.161	(49.446)	-	170.715
Benefício Pós-Emprego - CVM 695/12 (Nota 24)	-	-	1.811	1.811	-	(1.811)	-
Prejuízos fiscais	238.349	(142.246)	-	96.103	193.819	-	289.922
Base negativa de contribuição social	88.834	(51.210)	-	37.624	69.775	-	107.399
Outros	12.109	7.634	-	19.743	(2.880)	-	16.863
Créditos de PIS e COFINS sobre a exclusão do ICMS	1.282.996	(1.282.996)	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos <i>swaps</i>	11.756	(11.756)	-	-	1.352	-	1.352
TOTAL DO IR E CSLL DIFERIDOS – ATIVO	2.546.773	(1.246.731)	1.811	1.301.853	433.114	(1.811)	1.733.156
Crédito de PIS e COFINS sobre a exclusão do ICMS	(2.126.011)	2.126.011	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	(126.770)	(252.841)	-	(379.611)	314.872	-	(64.739)
Remuneração do ativo financeiro da concessão	(493.671)	(82.576)	-	(576.247)	(195.239)	-	(771.486)
Custo atribuído Light Energia	(164.874)	8.054	7	(156.813)	7.895	-	(148.918)
Repactuação do GSF na Light Energia	-	(147.502)	-	(147.502)	19.940	-	(127.562)
TOTAL DO IR E CSLL DIFERIDOS - PASSIVO	(2.911.326)	1.651.146	7	(1.260.173)	147.468	-	(1.112.705)

Para fundamentar os créditos fiscais diferidos registrados, a Companhia atualizou, já considerando as realizações até 31 de dezembro de 2021, o estudo técnico de viabilidade de realização fiscal. O estudo indica a recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados em 31 de dezembro de 2021 em até seis anos, conforme cronograma anual de realização a seguir:

2022	2023	2024	2025	2026	Total
104.587	141.474	536.162	552.065	398.868	1.733.156

10.1 Conciliação dos tributos no resultado

Conciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para imposto de renda e contribuição social:

Conciliação dos tributos no resultado	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro (Prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	399.812	691.922	(186.889)	1.047.600
Alíquota nominal de IRPJ e CSLL	34%	34%	34%	34%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL ÀS ALIQUOTAS PELA LEGISLAÇÃO VIGENTE	(135.936)	(235.253)	63.542	(356.184)
Equivalência patrimonial	137.009	240.134	(16.192)	(9.599)
Créditos fiscais diferidos não reconhecidos CVM nº 371/02	812	(6.228)	812	(6.228)
Incentivos fiscais ^(a)	2	-	2.960	13.831
Não incidência do IRPJ/CSLL sobre atualização pela Selic dos débitos tributários	-	-	508.304	-
Outros efeitos de IRPJ e CSLL sobre as adições e exclusões permanentes	(3.754)	1.347	25.408	2.502
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL NO RESULTADO	(1.867)	-	584.834	(356.678)
IRPJ e CSLL corrente no resultado	(1.867)	-	4.252	(760.093)
IRPJ e CSLL diferido no resultado	-	-	580.582	404.415

^(a) Refere-se a Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei nº 8.313/91) e Programa de Alimentação ao Trabalhados (PAT - Lei 6.321/76), que ambos isoladamente possibilitam a aplicação de até 4% do imposto de renda devido.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui saldo de crédito sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social acumulados não reconhecidos, no montante de R\$167.823 (R\$170.210 em 31 de dezembro de 2020), tendo em vista as incertezas na sua realização.

11. OUTROS CRÉDITOS

Outros Créditos - Consolidado	31.12.2021			31.12.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Adiantamento a fornecedores	2.764	-	2.764	6.390	-	6.390
Contribuição iluminação pública	182.671	-	182.671	142.238	-	142.238
Dispêndios a reembolsar	31.905	-	31.905	14.460	-	14.460
Desativações e alienações em curso	26.874	-	26.874	83.076	-	83.076
Subvenção por redução de consumo	169.215	-	169.215	-	-	-
Subvenções governamentais ^(a)	61.464	-	61.464	50.473	-	50.473
Restituição de valores cobrados - Acordo Furnas	120.000	-	120.000	40.000	120.000	160.000
Outros	18.048	1.121	19.169	2.763	-	2.763
TOTAL	612.941	1.121	614.062	339.400	120.000	459.400

^(a) Inclui subvenção de baixa renda e subvenção CDE.

Restituição de valores cobrados pelo fornecimento de energia elétrica – Acordo com Furnas Centrais Elétricas S.A. (“Furnas”)

Em 22 de dezembro de 2020, a controlada Light SESA celebrou acordo para encerrar a demanda judicial indenizatória contra Furnas Centrais Elétricas S.A. (“Furnas”) que discutia a restituição de valores cobrados pelo fornecimento de energia elétrica no ano de 1986.

No acordo firmado, a controlada Light SESA aceitou receber R\$496.000 da seguinte forma: (i) R\$336.000, em parcela única, recebida em 28 de dezembro de 2020; (ii) R\$40.000, em parcela única, com vencimento em 05 de dezembro de 2021; e (iii) R\$120.000, em parcela única.

Para a parcela de R\$120.000, Furnas listou uma série de 22 ativos que poderão ser dados como parte do pagamento, sujeitos, todavia à aprovação da ANEEL, e se forem homologados passarão a integrar a base regulatória da controlada Light SESA. Neste caso, serão monetizados por meio do emprego em suas atividades operacionais.

Subvenção por redução de consumo - Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica

Em 31 de dezembro de 2021, a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (“CREG”), emitiu a Resolução nº 2, que instituiu o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica, com o objetivo de estabelecer medidas emergenciais para o enfrentamento da atual situação de escassez hídrica.

A normativa estabeleceu que o programa deveria ser implementado mediante a concessão de bônus em fatura, no valor de R\$50,00 (cinquenta reais) para cada 100 (cem) kWh, em contrapartida da redução média verificada do consumo e, que os custos serão recuperados por meio do encargo destinado à cobertura dos Custos do Serviço do Sistema. Esse bônus vai ser concedido diretamente nas faturas de energia elétrica de cada consumidor, a partir do mês de janeiro de 2022, e em contrapartida a Companhia reconhecerá uma receita de subvenção governamental, em montante equivalente.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o montante estimado de bônus por redução voluntária do consumo a serem repassados aos consumidores (Nota 27) foi de R\$169.215, tendo como contrapartida uma redução no resultado operacional. Por outro lado, o direito de ressarcimento pelo bônus concedido foi reconhecido no ativo circulante da rubrica “outros créditos” e, tendo como contrapartida a rubrica de receita para recompor o resultado operacional (vide Nota 31).

12. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DO SETOR

Ativos e passivos financeiros do setor - Consolidado	Circulante				Não circulante		Total em 31.12.2021	
	Valores homologados		Próximos reajustes		Próximos reajustes		Ativo	Passivo
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo		
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	14.963	-	4.510	-	1.187	-	20.660	-
Custo de aquisição de energia	-	(62.283)	742.582	-	195.416	-	937.998	(62.283)
Encargo do Serviço do Sistema - ESS/EER	9.509	-	681.877	-	179.441	-	870.827	-
PROINFA	925	-	-	-	-	-	925	-
Transporte de energia elétrica - Itaipu	4.521	-	2.201	-	580	-	7.302	-
Transporte de energia pela rede básica	99.155	-	27.207	-	7.160	-	133.522	-
Itens da Parcela A	129.073	(62.283)	1.458.377	-	383.784	-	1.971.234	(62.283)
Outros itens financeiros ^(a)	-	(245.667)	69.024	(197.469)	18.164	(51.966)	87.188	(495.102)
Sobrecontratação de energia e exposição involuntária	-	(48.629)	-	(85.892)	-	(22.603)	-	(157.124)
Neutralidade da Parcela A	-	(43.512)	-	(46.693)	-	(12.288)	-	(102.493)
Devoluções tarifárias	-	(5.335)	-	(25.465)	-	(6.701)	-	(37.501)
Itens financeiros	-	(343.143)	69.024	(355.519)	18.164	(93.558)	87.188	(792.220)
Ativos (passivos) financeiros do setor, bruto	129.073	(405.426)	1.527.401	(355.519)	401.948	(93.558)	2.058.422	(854.503)
Apresentação pelo líquido	(129.073)	129.073	(355.519)	355.519	(93.558)	93.558	(578.150)	578.150
Ativos (passivos) financeiros do setor, líquido	-	(276.353)	1.171.882	-	308.390	-	1.480.272	(276.353)

^(a) Em 31 de dezembro de 2021, o componente financeiro negativo é composto basicamente pela devolução dos créditos do PIS/COFINS no montante de R\$73.763, bem como outros itens financeiros homologados.

Ativos e passivos financeiros do setor - Consolidado	Circulante				Não circulante		Total em 31.12.2020	
	Valores homologados ^(a)		Próximos reajustes		Próximos reajustes		Ativo	Passivo
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo		
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	64.884	-	17.075	-	81.959	-
Custo de aquisição de energia	-	-	-	(141.391)	-	(37.208)	-	(178.599)
Encargo do Serviço do Sistema - ESS	-	-	151.035	-	39.746	-	190.781	-
PROINFA	-	-	3.750	-	987	-	4.737	-
Transporte de energia elétrica - Itaipu	-	-	-	(2.595)	-	(684)	-	(3.279)
Transporte de energia pela rede básica	-	-	22.969	-	6.045	-	29.014	-
Itens da Parcela A	-	-	242.638	(143.986)	63.853	(37.892)	306.491	(181.878)
Outros itens financeiros	-	-	-	(237.503)	-	(62.501)	-	(300.004)
Sobrecontratação de energia e exposição involuntária	-	-	112.840	-	29.694	-	142.534	-
Neutralidade da Parcela A	-	-	109.902	-	28.922	-	138.824	-
Devoluções tarifárias	-	-	-	(25.530)	-	(6.718)	-	(32.248)
Itens financeiros	-	-	222.742	(263.033)	58.616	(69.219)	281.358	(332.252)
Ativos (passivos) financeiros do setor, bruto	-	-	465.380	(407.019)	122.469	(107.111)	587.849	(514.130)
Apresentação pelo líquido	-	-	(407.019)	407.019	(107.111)	107.111	(514.130)	514.130
Ativos financeiros do setor, líquido	-	-	58.361	-	15.358	-	73.719	-

^(a) Em 31 de dezembro de 2020, os saldos homologados encontram-se zerados por conta do recebimento da Conta-Covid.

Segue abaixo a movimentação dos saldos de ativos e passivos financeiros do setor nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

SALDO EM 31.12.2019	662.067
Constituição ^(a)	1.208.271
Amortização ^(a)	(456.782)
Recebimento de recursos de CCRBT ^(a)	(38.643)
Recebimento Conta-Covid	(1.326.043)
Atualização Selic (Nota 33)	24.849
SALDO EM 31.12.2020	73.719
Constituição ^(a)	1.211.646
Amortização ^(a)	289.593
Recebimento de recursos de CCRBT ^(a)	(50.312)
Valores a serem restituídos a consumidores - Crédito de PIS/COFINS ^(b)	(374.196)
Atualização Selic (Nota 33)	53.469
SALDO EM 31.12.2021	1.203.919

^(a) Saldos reconhecidos no resultado em receita líquida, na rubrica "ativos e passivos financeiros do setor" (vide Nota 33), que incluíram os recursos da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRBT).

^(b) Valor reclassificado da rubrica valores a serem restituídos a consumidores (Nota 9).

Segue abaixo a movimentação do saldo de ativos e passivos financeiros por ciclo tarifário:

Ativos e passivos financeiros por ciclo tarifário - Consolidado	31.12.2021			31.12.2020		
	Homologado pela ANEEL no reajuste de 09.03.2021	Valores que serão homologados nos próximos reajustes tarifários	Total	Homologado pela ANEEL no reajuste de 10.03.2020	Valores que serão homologados nos próximos reajustes tarifários	Total
Saldo homologado pela ANEEL	(631.543)	-	(631.543)	512.386	-	512.386
Ativos e passivos financeiros do setor (amortização/constituição)	360.525	1.512.438	1.872.963	(512.386)	105.967	(406.419)
Devoluções tarifárias ^(a)	(5.335)	(32.166)	(37.501)	-	(32.248)	(32.248)
TOTAL	(276.353)	1.480.272	1.203.919	-	73.719	73.719

^(a) Refere-se a ultrapassagem de demanda e excedente de reativos a serem faturados para os consumidores e repassados pela tarifa diretamente através da Parcela B.

12.1 Reajuste tarifário 2021

Em 09 de março de 2021, foi aprovado pela ANEEL o processo de reajuste das tarifas da controlada Light SESA. O resultado, homologado através da Resolução Homologatória nº 2.835/2021, representa um reajuste tarifário médio para o consumidor de 6,75%, e engloba todas as classes de consumo (residencial, industrial, comercial, rural e outras). O índice de reajuste é constituído de dois componentes: (i) estrutural, que passa a integrar a tarifa, de 18,39%, compreendido pelos custos não gerenciáveis (Parcela A) e gerenciáveis (Parcela B); e (ii) componente financeiro negativo que somam 11,64%, aplicado exclusivamente aos próximos 12 meses, onde, dentre outros, foi considerado a devolução integral dos recursos recebidos da Conta-Covid, bem como início do processo de devolução dos valores oriundos de créditos tributários referentes ao trânsito em julgado da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. As novas tarifas entraram em vigor a partir de 15 de março de 2021.

13. ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

Ativo indenizável ao final da concessão - Consolidado	Ativo financeiro bruto	Obrigações especiais	Ativo financeiro líquido
SALDO EM 31.12.2019	5.924.655	(1.176.361)	4.748.294
Adições ^(a)	228.340	(8.072)	220.268
Valor justo - atualização VNR (Nota 31)	302.693	(59.821)	242.872
Baixas	(14.121)	-	(14.121)
SALDO EM 31.12.2020	6.441.567	(1.244.254)	5.197.313
Adições ^(a)	1.131.895	(30.640)	1.101.255
Valor justo - atualização VNR (Nota 31)	701.008	(126.777)	574.231
Baixas	(50.811)	-	(50.811)
SALDO EM 31.12.2021	8.223.659	(1.401.671)	6.821.988

^(a) Transferência proveniente da bifurcação dos ativos quando da entrada em serviço (vide notas explicativas 14 e 17).

14. ATIVO DE CONTRATO

Ativo de contrato – Consolidado	Direito de uso da concessão	Obrigações especiais - direito de uso da concessão	Total
SALDO EM 31.12.2019	561.086	(64.133)	496.953
Adições	801.079	(8.317)	792.762
Transferências para intangível (Nota 17)	(316.765)	10.418	(306.347)
SALDO EM 31.12.2020	1.045.400	(62.032)	983.368
Adições	969.028	(18.944)	950.084
Transferências para intangível (Nota 17)	(1.412.878)	37.680	(1.375.198)
SALDO EM 31.12.2021	601.550	(43.296)	558.254

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi incorporado ao ativo de contrato, a título de capitalização de juros, o montante de R\$17.656 (R\$40.259 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020), cuja taxa média de capitalização foi de 7,8% ao ano.

15. INVESTIMENTOS

Investimentos	% de Participações	Controladora		Consolidado	
		31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Avaliados por equivalência patrimonial					
Light SESA	100,0%	7.166.827	5.637.546	-	-
Light Energia	100,0%	480.832	735.608	-	-
Lightcom	100,0%	179.130	94.445	-	-
Light Soluções	100,0%	1.546	1.253	-	-
Light Conecta	100,0%	39.848	49.020	-	-
UHE Itaocara ^(a)	51,0%	-	-	(21.614)	(30.823)
Axxiom ^(b)	51,0%	4.451	4.617	4.451	4.617
Amazônia Energia ^(b)	25,5%	319.187	330.364	319.187	330.364
Instituto Light	100,0%	7	8	-	-
SUBTOTAL		8.191.828	6.852.861	302.024	304.158
Outros investimentos permanentes ^(c)		-	-	34.123	31.260
Total de participações societárias a descoberto		-	-	21.614	30.823
TOTAL		8.191.828	6.852.861	357.761	366.241

^(a) A controlada em conjunto Usina Hidrelétrica Itaocara S.A. apresentou patrimônio líquido negativo e, assim, após reduzir a zero o saldo contábil de sua participação, a Companhia reconheceu uma perda na extensão de suas obrigações contratuais assumidas junto à investida e os outros acionistas, que em 31 de dezembro de 2021 alcançou o montante de R\$21.614 (R\$30.823 em 31 de dezembro de 2020).

^(b) Refere-se ao investimento apurado a partir do patrimônio líquido para fins de equivalência patrimonial.

^(c) Inclui investimentos em participações societárias avaliadas pelo valor de mercado, detidos pela controlada Light SESA.

As principais informações sobre as controladas e controladas em conjunto estão apresentadas abaixo:

Investimentos em 31.12.2021	%	Forma de avaliação	Total do ativo	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Dividendos a receber
Light SESA	100,0%	Consolidado	24.459.188	5.486.365	7.166.827	243.628	(57.862)
Light Energia	100,0%	Consolidado	3.066.536	77.422	480.832	102.962	(441.341)
Lightcom	100,0%	Consolidado	309.383	120.000	179.130	102.822	(18.137)
Light Soluções	100,0%	Consolidado	2.166	3.850	1.546	(57)	(498)
Light Conecta	100,0%	Consolidado	64.872	162.897	39.848	(32.672)	-
UHE Itaocara	51,0%	Equivalência patrimonial	15.910	156.259	(42.380)	(66.495)	-
Axxiom	51,0%	Equivalência patrimonial	31.667	68.065	8.728	(4.925)	-
Amazônia Energia	25,5%	Equivalência patrimonial	1.253.900	1.322.698	1.251.711	(43.934)	-
Instituto Light	100,0%	Consolidado	7	350	8	(1)	-

Investimentos	%	Forma de avaliação	Participação patrimônio líquido		Dividendos recebidos		Resultado de equivalência patrimonial	
			31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Light SESA	100,0%	Consolidado	7.166.827	5.637.546	(65.276)	-	243.628	274.848
Light Energia	100,0%	Consolidado	480.832	735.608	(105.454)	-	102.962	421.817
Guanhães Energia	51,0%	Equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	59
Lightcom	100,0%	Consolidado	179.130	94.445	-	-	102.822	37.954
Light Soluções	100,0%	Consolidado	1.546	1.253	-	-	(57)	(34)
Lightger	51,0%	Equivalência patrimonial	-	-	(12.473)	(7.194)	-	12.730
Light Conecta	100,0%	Consolidado	39.848	49.020	-	-	(32.672)	(10.584)
UHE Itaocara	51,0%	Equivalência patrimonial	(21.614)	(30.823)	-	-	(33.912)	(9.361)
Axxiom	51,0%	Equivalência patrimonial	4.451	4.617	-	-	(2.512)	(1.655)
Amazônia Energia	25,5%	Equivalência patrimonial	319.187	330.364	-	-	(11.202)	(21.505)
Instituto Light	100,0%	Consolidado	7	8	-	-	(1)	-

Movimentação dos investimentos nas controladas e controladas em conjunto (equivalência patrimonial) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

Investimentos - Controladora	31.12.2020	Aumento de capital ^(a)	Dividendos	Resultado Abrangente	Equivalência patrimonial		31.12.2021
					Outros	Resultado	
Light SESA	5.637.546	1.340.000	(57.862)	3.516	(1)	243.628	7.166.827
Light Energia	735.608	-	(357.737)	-	(1)	102.962	480.832
Lightcom	94.445	-	(18.137)	-	-	102.822	179.130
Light Soluções	1.253	350	-	-	-	(57)	1.546
Light Conecta	49.020	23.500	-	-	-	(32.672)	39.848
Axxiom	4.617	2.346	-	-	-	(2.512)	4.451
Amazônia Energia	330.364	26	-	-	(1)	(11.202)	319.187
Instituto Light	8	-	-	-	-	(1)	7
TOTAL	6.852.861	1.366.222	(433.736)	3.516	(3)	402.968	8.191.828

^(a) Em 25 de janeiro de 2021, a Companhia aportou o montante de R\$1.340.000 na controlada Light SESA por meio da subscrição e integralização de 96.297.089.456 ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal.

Investimento Controladora	31.12.2019	Aumento de capital	Dividendos	Baixa de custo atribuído	Resultado abrangente ⁽²⁾	Transferência de dividendos para reserva especial ⁽¹⁾	Transferência para ativos mantidos para venda	Equivalência patrimonial		31.12.2020
								Outros	Resultado	
Light SESA	5.157.566	-	(65.276)	-	(3.516)	273.923	-	1	274.848	5.637.546
Light Energia	502.863	-	(189.059)	(14)	-	-	-	1	421.817	735.608
Lightcom	56.492	-	-	-	-	-	-	(1)	37.954	94.445
Light Soluções	1.287	-	-	-	-	-	-	-	(34)	1.253
Lightger	48.384	-	(7.194)	-	-	-	(53.919)	(1)	12.730	-
Light Conecta	59.604	-	-	-	-	-	-	-	(10.584)	49.020
Axxiom	13.526	-	-	-	-	-	-	(7.254)	(1.655)	4.617
Amazônia Energia	351.818	51	-	-	-	-	-	-	(21.505)	330.364
Instituto Light	-	50	-	-	-	-	-	(42)	-	8
TOTAL	6.191.540	101	(261.529)	(14)	(3.516)	273.923	(53.919)	(7.296)	713.571	6.852.861

⁽¹⁾ Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da controlada Light SESA, realizada em 28 de abril de 2020, foi aprovada a não distribuição dos dividendos mínimos obrigatória de 2019 em decorrência das incertezas da COVID-19 e da situação financeira da controlada Light SESA mediante a criação da reserva especial.

⁽²⁾ O resultado abrangente é referente ao registro da perda de passivo atuarial.

Investimentos Consolidado	31.12.2020	Aumento de capital	Equivalência patrimonial		31.12.2021
			Outros	Resultado	
Axxiom	4.617	2.346	-	(2.512)	4.451
Amazônia Energia	330.364	26	(1)	(11.202)	319.187
Light Conecta					
UHE Itaipava	(30.823)	43.120	1	(33.912)	(21.614)
TOTAL	304.158	45.492	-	(47.626)	302.024

Investimentos Consolidado	31.12.2019	Aumento de capital	Dividendos	Provisão para perda na venda de participação	Transferência para mantidos para venda	Equivalência patrimonial		31.12.2020
						Outros	Resultado	
Light Energia								
Guanhães Energia	136.426	-	-	(42.602)	(93.500)	(383)	59	-
Lightger	48.384	-	(7.194)	-	(53.919)	(1)	12.730	-
Axxiom	13.526	-	-	-	-	(7.254)	(1.655)	4.617
Amazônia Energia	351.818	51	-	-	-	-	(21.505)	330.364
Light Conecta								
UHE Itaipava	(21.835)	1.237	-	-	-	(864)	(9.361)	(30.823)
TOTAL	528.319	1.288	(7.194)	(42.602)	(147.419)	(8.502)	(19.732)	304.158

Abaixo, os saldos integrais patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, e o resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 das principais controladas em conjunto que foram registrados pelo método de equivalência patrimonial:

Balço Patrimonial 31.12.2021	Axxiom	Amazônia	UHE Itaipava
Caixa e equivalentes de caixa	356	101	4.513
Outros	12.507	-	105
Circulante	12.863	101	4.618
Não circulante	18.804	1.253.799	11.292
TOTAL DO ATIVO	31.667	1.253.900	15.910
Empréstimos, financiamentos e debêntures	6.997	-	-
Outros	13.880	2.090	58.291
Circulante	20.877	2.090	58.291
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	-
Outros	2.062	100	-
Não circulante	2.062	100	-
Patrimônio líquido	8.728	1.251.710	(42.381)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31.667	1.253.900	15.910

Balanco Patrimonial 31.12.2020	Axxiom	Amazônia	UHE Itaocara
Caixa e equivalentes de caixa	2.937	101	2.465
Outros	16.944	15	184
Circulante	19.881	116	2.649
Não circulante	20.705	1.296.085	10.429
TOTAL DO ATIVO	40.586	1.296.201	13.078
Empréstimos, financiamentos e debêntures	7.210	-	-
Outros	17.575	557	73.516
Circulante	24.785	557	73.516
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.422	-	-
Outros	5.325	100	-
Não circulante	6.747	100	-
Patrimônio líquido	9.054	1.295.544	(60.438)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	40.586	1.296.201	13.078

Demonstração do Resultado 2021	Axxiom	Amazônia	UHE Itaocara
Receita líquida de vendas	28.021	-	-
Custos das vendas	(27.934)	-	-
LUCRO BRUTO	87	-	-
Despesas gerais e administrativas	(4.384)	(1.648)	(36.074)
Outras receitas	214	-	-
Resultado financeiro líquido	(759)	(42.286)	(30.421)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IR E CSLL	(4.842)	(43.934)	(66.495)
Imposto de renda e contribuição social	(83)	-	-
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(4.925)	(43.934)	(66.495)

Demonstração do Resultado 2020	Axxiom	Amazônia	Lightger ^(a)	UHE Itaocara
Receita líquida de vendas	40.966	-	51.938	-
Custos das vendas	(38.472)	-	-	-
LUCRO BRUTO	2.494	-	51.938	-
Despesas gerais e administrativas	(4.889)	(169)	(10.375)	(12.990)
Outras despesas	-	(101)	-	(5.366)
Resultado financeiro líquido	(815)	(84.064)	(14.172)	-
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IR E CSLL	(3.210)	(84.334)	27.391	(18.356)
Imposto de renda e contribuição social	(35)	-	(2.430)	-
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	(3.245)	(84.334)	24.961	(18.356)

^(a) Refere-se aos investimentos classificados como ativos mantidos para venda conforme Nota 5.

15.1 Guanhães Energia

Investigações conduzidas por autoridades públicas sobre a aquisição ocorrida na controlada em conjunto indireta Guanhães Energia

Em 04 de setembro de 2018 e em 23 de outubro de 2018, a Companhia recebeu ofícios da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais solicitando informações sobre a aquisição ocorrida em 2012 da participação de 51% do capital da controlada em conjunto Guanhães Energia, anteriormente detido pela Investminas Participações S.A. (“Investminas”). As informações solicitadas incluem a taxa de retorno, investimentos realizados e comprovantes de pagamentos, entre outros. Conforme Comunicado ao Mercado, divulgado em 20 de outubro de 2015, a Companhia informou, no âmbito de notícia veiculada na imprensa sobre a aquisição de participação na Guanhães Energia, que não tem conhecimento de pagamentos a intermediários, sendo que interagiu diretamente com a Investminas Participações S.A. (“Investminas”) e Cemig GT, reconhecendo apenas o pagamento realizado à Investminas como vendedora da participação acionária de 51% na Guanhães Energia. A Companhia respondeu aos referidos ofícios tempestivamente e reitera desconhecimento de qualquer irregularidade no processo de aquisição da participação na Guanhães Energia.

15.2 Acordo para venda de participações de controladas em conjunto

Em 09 de dezembro de 2021, a Light S.A, em conjunto com sua controlada Light Energia, celebrou contrato de compra e venda com Brasal Energia S.A. (“Brasal”), para alienação a de participações societárias nas sociedades Lightger S.A e Guanhães Energia S.A (“Operação”). Para maiores informações, consultar a divulgação da Nota 5.

16. IMOBILIZADO

Imobilizado - Consolidado	31.12.2021				31.12.2020
	Taxa média anual (%)	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Geração	3,45	2.983.003	(1.987.657)	995.346	1.015.132
Transmissão	4,02	58.346	(39.269)	19.077	20.083
Distribuição	4,69	21.231	(20.684)	547	625
Administração	7,96	543.780	(347.439)	196.341	168.358
Comercialização	7,96	10.247	(9.007)	1.240	7.662
		3.616.607	(2.404.056)	1.212.551	1.211.860
Obrigações especiais		(7.207)	595	(6.612)	(4.922)
EM SERVIÇO		3.609.400	(2.403.461)	1.205.939	1.206.938
Geração		487.144	-	487.144	334.455
Administração		116.798	-	116.798	108.900
EM CURSO		603.942	-	603.942	443.355
TOTAL		4.213.342	(2.403.461)	1.809.881	1.655.215

Segue abaixo a mutação do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

Imobilizado - Consolidado	Em serviço				Em curso			Total do Imobilizado
	Custo	Depreciação acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	
Saldo 31 de dezembro de 2019	3.517.280	(2.245.693)	(2.763)	1.268.824	318.131	-	318.131	1.586.955
Adições	-	-	-	-	161.026	(2.246)	158.780	158.780
Baixas	(1.278)	1.223	-	(55)	(5.836)	-	(5.836)	(5.891)
Depreciação	-	(81.272)	87	(81.185)	-	-	-	(81.185)
Transferências entre curso e serviço	26.442	-	(2.246)	24.196	(26.442)	2.246	(24.196)	-
Transferências do / (para o) intangível	80	-	-	80	(3.524)	-	(3.524)	(3.444)
Saldo 31 de dezembro de 2020	3.542.524	(2.325.742)	(4.922)	1.211.860	443.355	-	443.355	1.655.215
Adições	-	-	-	-	261.077	(1.865)	259.212	259.212
Baixas	(10.957)	4.379	-	(6.578)	(3.900)	-	(3.900)	(10.478)
Depreciação	-	(82.693)	175	(82.518)	-	-	-	(82.518)
Transferências entre curso e serviço	79.729	-	(1.865)	77.864	(79.729)	1.865	(77.864)	-
Transferências do / (para o) intangível	5.311	-	-	5.311	(16.861)	-	(16.861)	(11.550)
Saldo 31 de dezembro de 2021	3.616.607	(2.404.056)	(6.612)	1.205.939	603.942	-	603.942	1.809.881

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi incorporado ao ativo imobilizado, a título de capitalização de juros, o montante de R\$7.809 (R\$745 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020), cuja taxa média de capitalização foi de 7,8% ao ano.

16.1 Taxas anuais de depreciação:

As principais taxas anuais de depreciação, com base na estimativa da vida útil dos bens, são as seguintes:

GERAÇÃO	%	COMERCIALIZAÇÃO	%	ADMINISTRAÇÃO	%	TRANSMISSÃO	%
Barramento	2,50	Edificações	3,33	Edificações	3,33	Condutor do sistema	2,70
Disjuntor	3,03	Equipamento geral	6,25	Equipamento geral	6,25	Equipamento geral	6,25
Edificações	2,00	Veículos	14,29	Veículos	14,29	Estrutura do sistema	3,13
Equipamentos da tomada d'água	3,70					Religadores	4,00
Estrutura da tomada d'água	2,86						
Gerador	3,33						
Grupo motor – gerador	5,88						
Reserva, barragens e adutoras	2,00						
Sistema de comunicação local	6,67						
Turbina hidráulica	2,50						

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável para os ativos imobilizados em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

Para os ativos imobilizados que não possuem garantia de indenização, os itens são depreciados pelo método linear respeitando a vida útil do bem.

17. INTANGÍVEL

Intangível - Consolidado	31.12.2021			31.12.2020
	Custo Histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Direito de uso da concessão	8.549.801	(6.094.021)	2.455.780	2.575.178
Extensão da concessão	433.829	(58.647)	375.182	-
Outros ^(a)	1.162.010	(971.019)	190.991	128.198
	10.145.640	(7.123.687)	3.021.953	2.703.376
Obrigações especiais	(756.382)	403.295	(353.087)	(397.042)
EM SERVIÇO	9.389.258	(6.720.392)	2.668.866	2.306.334
Extensão da concessão	-	-	-	433.829
Outros ^(a)	164.689	-	164.689	158.425
EM CURSO	164.689	-	164.689	592.254
TOTAL	9.553.947	(6.720.392)	2.833.555	2.898.588

^(a) Inclui, basicamente, softwares e licenças

Segue abaixo a mutação do intangível nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

Intangível - Consolidado	Em serviço				Em curso			Total do Intangível
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	
Saldo 31 de dezembro de 2019	9.458.942	(6.289.523)	(450.799)	2.718.620	118.296	-	118.296	2.836.916
Adições	-	-	-	-	491.220	(6.550)	484.670	484.670
Baixas	(49.716)	32.868	-	(16.848)	-	-	-	(16.848)
Amortização	-	(554.920)	62.654	(492.266)	-	-	-	(492.266)
Transferências	17.184	-	(6.550)	10.634	(17.184)	6.550	(10.634)	-
Transferências do (para o) imobilizado	3.524	-	-	3.524	(80)	-	(80)	3.444
Transferências do ativo de contrato	316.765	-	(10.418)	306.347	-	-	-	306.347
Transferências para o ativo financeiro da concessão ^(a)	(228.340)	-	8.072	(220.268)	-	-	-	(220.268)
Reclassificação contas	(3.407)	-	-	(3.407)	-	-	-	(3.407)
Saldo 31 de dezembro de 2020	9.514.952	(6.811.575)	(397.041)	2.306.336	592.252	-	592.252	2.898.588
Adições	-	-	-	-	133.796	(12.811)	120.985	120.985
Baixas	(223.204)	331.713	-	108.509	-	-	-	108.509
Amortização	-	(643.825)	63.805	(580.020)	-	-	-	(580.020)
Transferências entre curso e serviço	555.821	-	(12.811)	543.010	(555.821)	12.811	(543.010)	-
Transferências do (para o) imobilizado	17.088	-	-	17.088	(5.538)	-	(5.538)	11.550
Transferências do ativo de contrato	1.412.878	-	(37.680)	1.375.198	-	-	-	1.375.198
Transferências para o ativo financeiro da concessão ^(a)	(1.131.895)	-	30.640	(1.101.255)	-	-	-	(1.101.255)
Saldo 31 de dezembro de 2021	10.145.640	(7.123.687)	(353.087)	2.668.866	164.689	-	164.689	2.833.555

^(a) Transferência para o ativo financeiro da concessão proveniente da bifurcação dos ativos quando da entrada em serviço e transferência do ativo financeiro da concessão referente às obrigações especiais, vide Nota 13.

Extensão da concessão referente à repactuação do risco hidrológico (GSF) na controlada Light Energia

Em 31 de dezembro de 2020, o Grupo registrou um ativo intangível no montante de R\$433.829 em contrapartida a recuperação de custos de energia elétrica, que equivale a extensão de aproximadamente dois anos em seu prazo de concessão relativos as usinas Fontes Nova, Nilo Peçanha, Pereira Passos, Santa Branca e Ilha dos Pombos, os quais estão sendo amortizados de forma linear a partir de 01 de janeiro de 2021 até o final do novo prazo de concessão homologado pela ANEEL através da Resolução Homologatória nº 2.919 de 03 de agosto de 2021.

18. FORNECEDORES

Fornecedores – Consolidado	31.12.2021	31.12.2020
Comercialização no mercado de curto prazo	253.022	2.174.801
Encargos de uso da rede elétrica	104.660	130.308
Energia livre - ressarcimento às geradoras ^(a)	119.169	114.121
Leilões de energia	563.475	369.361
Itaipu binacional	367.675	265.699
UTE Norte Fluminense	383.722	192.982
Materiais e serviços	362.314	192.495
TOTAL	2.154.037	3.439.767

^(a) A energia livre refere-se a valores a pagar as geradoras de energia elétrica referente às perdas ocorridas no período de racionamento de energia entre junho de 2001 a fevereiro de 2002. A Companhia possui Mandados de Segurança contra os despachos SFF/ANEEL nº 2.517/2010 e SFF/ANEEL nº 1.068/2010, e o montante vem sendo atualizado mensalmente pela SELIC.

Liquidação referente à repactuação do risco hidrológico (GSF)

Em 31 de dezembro de 2020, a controlada Light Energia possuía um saldo em aberto de R\$1.786.700 na rubrica comercialização no mercado de curto prazo referente a liquidação da CCEE decorrente do ajuste do MRE provocado pelo GSF menor que 1. Conforme mencionado na Nota 8, a controlada Light Energia apresentava um saldo a receber de R\$832.021 em 31 de dezembro de 2020, resultando em um passivo líquido de R\$954.679. Em 06 de abril de 2021, foi liquidado o saldo em aberto com a CCEE mediante o pagamento de R\$1.339.288.

19. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A PAGAR

Tributos e contribuições a pagar - Consolidado	31.12.2021			31.12.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS a pagar ^(a)	247.855	155.346	403.201	121.554	120.374	241.928
Parcelamento - Lei 11.941/09	23.295	44.259	67.554	23.741	71.399	95.140
PIS e COFINS a pagar	5.973	-	5.973	10.754	-	10.754
INSS	373	-	373	390	-	390
Outros	10.940	-	10.940	10.486	-	10.486
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A PAGAR	288.436	199.605	488.041	166.925	191.773	358.698
IRRF a pagar	796	-	796	1.533	-	1.533
Provisão de IRPJ e CSLL	94.368	-	94.368	285	-	285
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A PAGAR	95.164	-	95.164	1.818	-	1.818
TOTAL	383.600	199.605	583.205	168.743	191.773	360.516

^(a) O ICMS a pagar, registrado no passivo não circulante, é decorrente de faturas parceladas.

20. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Financiador - Consolidado	Controlada	Circulante			Não circulante		Total	Total
		Principal	Encargos	Total	Principal	Total	31.12.2021	31.12.2020
TN - Par Bond	Light SESA	-	2.805	2.805	217.190	217.190	219.995	204.865
TN - Caução - Par Bond	Light SESA	-	-	-	(207.905)	(207.905)	(207.905)	(194.568)
TN - Discount Bond	Light SESA	-	409	409	151.548	151.548	151.957	141.809
TN - Caução - Discount Bond	Light SESA	-	-	-	(144.759)	(144.759)	(144.759)	(135.265)
4131 Citibank 2019	Light SESA	-	-	-	-	-	-	416.087
4131 Citibank 2021	Light SESA	-	9	9	223.220	223.220	223.229	-
Bonds 2018	Light SESA	-	-	-	-	-	-	1.366.652
Bonds 2021	Light SESA	-	3.527	3.527	2.232.200	2.232.200	2.235.727	-
4131 Citibank 2019	Light Energia	-	-	-	-	-	-	416.057
Bonds 2018	Light Energia	-	-	-	-	-	-	683.326
Bonds 2021	Light Energia	-	1.628	1.628	1.116.100	1.116.100	1.117.728	-
Subtotal - Moeda estrangeira		-	8.378	8.378	3.587.594	3.587.594	3.595.972	2.898.963
Custo de captação		-	-	-	(41.565)	(41.565)	(41.565)	(13.521)
Custos - Moeda estrangeira		-	-	-	(41.565)	(41.565)	(41.565)	(13.521)
MOEDA ESTRANGEIRA - TOTAL		-	8.378	8.378	3.546.029	3.546.029	3.554.407	2.885.442
CCB - IBM 2019	Light SESA	-	-	-	-	-	-	416
BNDES - Capex 2013/14 Sub A	Light SESA	-	-	-	-	-	-	8.335
BNDES - Capex 2013/14 Sub B	Light SESA	-	-	-	-	-	-	5.668
BNDES - Capex 2013/14 Sub C	Light SESA	-	-	-	-	-	-	51.230
BNDES - Capex 2013/14 Sub D	Light SESA	-	-	-	-	-	-	171
BNDES - Capex 2013/14 Sub E	Light SESA	-	-	-	-	-	-	116
BNDES - Capex 2017/18	Light SESA	-	-	-	-	-	-	226.341
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub D	Light SESA	-	-	-	-	-	-	2.427
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub E	Light SESA	-	-	-	-	-	-	2.440
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub F	Light SESA	-	-	-	-	-	-	1.881
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub G	Light SESA	-	-	-	-	-	-	4.828
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub H	Light SESA	-	-	-	-	-	-	448
FINEP - Inovação e Pesquisa	Light SESA	9.664	17	9.681	-	-	9.681	32.914
Nota Promissória - 5º NP	Light SESA	100.000	10.065	110.065	-	-	110.065	208.212
FIDC 2018 Série A	Light SESA	207.655	2.646	210.301	349.613	349.613	559.914	747.669
FIDC 2018 Série B	Light SESA	97.726	651	98.377	146.592	146.592	244.969	309.635
CCB Santander Lajes	Lajes Energia	5.000	73	5.073	8.750	8.750	13.823	18.785
BNDES Conecta	Light Conecta	139	-	139	116	116	255	395
Fianças bancárias diversas	Light SESA	-	64	64	-	-	64	60
Cotas Subordinadas FIDC	Light SESA	-	-	-	(35.050)	(35.050)	(35.050)	(38.046)
Retenção FIDC	Light SESA	(30.016)	-	(30.016)	-	-	(30.016)	(26.668)
Subtotal - Moeda nacional		390.168	13.516	403.684	470.021	470.021	873.705	1.557.257
Custo de captação		(8.832)	-	(8.832)	(10.260)	(10.260)	(19.092)	(31.970)
Custos - Moeda nacional		(8.832)	-	(8.832)	(10.260)	(10.260)	(19.092)	(31.970)
MOEDA NACIONAL - TOTAL		381.336	13.516	394.852	459.761	459.761	854.613	1.525.287
TOTAL		381.336	21.894	403.230	4.005.790	4.005.790	4.409.020	4.410.729

Segue quadro abaixo com condições contratuais dos empréstimos e financiamentos existentes em 2021:

Financiador – Consolidado	Controlada	Data de assinatura	Moeda	Taxa de juros a.a ^(a)	Taxa efetiva ^(a)	Amortização do principal		
						Forma de pagamento	Início	Término
TN - Par Bond	Light SESA	29.04.1996	US\$	USD + 6,00%	7,16%	Única	Abr/2024	Abr/2024
TN - Caução - Par Bond	Light SESA	29.04.1996	US\$	US Treasury	-	Única	Abr/2024	Abr/2024
TN - Discount Bond	Light SESA	29.04.1996	US\$	Libor 6M + 0,8125%	1,15%	Única	Abr/2024	Abr/2024
TN - Caução - Discount Bond	Light SESA	29.04.1996	US\$	US Treasury	-	Única	Abr/2024	Abr/2024
4131 Citibank 2019 ^(b)	Light SESA	05.09.2019	US\$	CDI + 1,50%	N/A	Anual	Mar/2020	Set/2021
4131 Citibank 2021	Light SESA	03.05.2018	US\$	CDI + 1,85%	6,32%	Única	Mar/2025	Mar/2025
<i>Bonds 2018</i> ^(b)	Light SESA	03.05.2018	US\$	142,79% do CDI	N/A	Única	Mai/2023	Mai/2023
<i>Bonds 2021</i>	Light SESA	18.06.2021	US\$	143,43% do CDI	6,30%	Única	Jun/2026	Jun/2026
4131 Citibank 2019	Light Energia	04.09.2019	US\$	CDI + 1,30%	N/A	Única	Set/2021	Set/2021
<i>Bonds 2018</i> ^(b)	Light Energia	03.05.2018	US\$	143,01% do CDI	N/A	Única	Mai/2023	Mai/2023
<i>Bonds 2021</i>	Light Energia	18.06.2021	US\$	145,45% do CDI	6,39%	Única	Jun/2026	Jun/2026
CCB - IBM 2019 ^(b)	Light SESA	09.05.2019	R\$	CDI	N/A	Mensal	Mai/2019	Mai/2021
BNDES - Capex 2013/14 Sub A ^(b)	Light SESA	28.11.2014	R\$	TJLP + 2,78%	N/A	Mensal	Abr/2015	Mar/2021
BNDES - Capex 2013/14 Sub B ^(b)	Light SESA	28.11.2014	R\$	SELIC + 2,78%	N/A	Mensal	Mar/2015	Mar/2021
BNDES - Capex 2013/14 Sub C ^(b)	Light SESA	28.11.2014	R\$	6,00%	N/A	Mensal	Abr/2015	Ago/2024
BNDES - Capex 2013/14 Sub D ^(b)	Light SESA	28.11.2014	R\$	TJLP + 2,78%	N/A	Mensal	Abr/2015	Mar/2021
BNDES - Capex 2013/14 Sub E ^(b)	Light SESA	28.11.2014	R\$	SELIC + 2,78%	N/A	Mensal	Abr/2015	Mar/2021
BNDES - Capex 2017/18 ^(b)	Light SESA	28.12.2018	R\$	IPCA + 6,14%	N/A	Mensal	Jun/2019	Abr/2026
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub D ^(b)	Light SESA	16.12.2013	R\$	TJLP + 2,58%	N/A	Mensal	Jan/2016	Dez/2021
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub E ^(b)	Light SESA	16.12.2013	R\$	TJLP + 3,58%	N/A	Mensal	Jan/2016	Dez/2021
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub F ^(b)	Light SESA	16.12.2013	R\$	SELIC + 2,58%	N/A	Mensal	Jan/2016	Dez/2021
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub G ^(b)	Light SESA	16.12.2013	R\$	3,50%	N/A	Mensal	Jan/2016	Dez/2023
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub H ^(b)	Light SESA	16.12.2013	R\$	TJLP	N/A	Mensal	Jan/2019	Dez/2021
FINEP - Inovação e Pesquisa	Light SESA	16.04.2014	R\$	4,00%	4,00%	Mensal	Mai/2016	Mai/2022
Nota Promissória - 5ª NP	Light SESA	27.12.2019	R\$	CDI + 1,25%	5,69%	Anual	Dez/2020	Dez/2022
FIDC 2018 Série A	Light SESA	04.04.2018	R\$	CDI + 1,20%	5,64%	Mensal	Jul/2019	Jun/2024
FIDC 2018 Série B	Light SESA	04.04.2018	R\$	IPCA + 5,75%	16,39%	Mensal	Jul/2019	Jun/2024
CCB Santander Lajes	Lajes Energia	30.09.2020	R\$	CDI + 2,40%	6,90%	Mensal	Out/2020	Set/2024
BNDES Conecta	Light Conecta	10.10.2018	R\$	3,50%	3,50%	Mensal	Out/2018	Out/2023

^(a) Para as dívidas em moeda estrangeira foram considerados os custos em reais, conforme seus respectivos contratos de swap.

^(b) Liquidados ao longo do exercício de 2021.

As principais operações financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram:

- Em 26 de fevereiro de 2021, a controlada Light SESA efetuou a amortização antecipada da totalidade do saldo devedor dos contratos de financiamento celebrados com o BNDES no montante total de R\$300.555, com custo médio de IPCA + 5,11% a.a.
- Em 18 de junho de 2021, foram internalizados os recursos captados através da oferta no mercado internacional de *notes units*, no valor total de R\$3.021.180 (USD 600 milhões), sendo R\$2.014.120 (USD 400 milhões) para a controlada Light SESA e R\$1.007.060 (USD 200 milhões) para a controlada Light Energia. As *notes units* têm vencimento em 18 de junho de 2026 e farão jus a juros remuneratórios semestrais de 4,375% ao ano. A Companhia contratou hedge para todo o fluxo da operação, na modalidade *full swap*, com custo médio de 144,10% do CDI. Os recursos obtidos com a emissão das *notes units* serão utilizados pelas controladas Light SESA e Light Energia para (i) pagamento de dívidas de curto e longo prazo e (ii) reforço de sua liquidez.
- Em 21 de julho de 2021, foi realizado o resgate antecipado de todas as 7.250% Notes Units com vencimento em 2023, bem como suas respectivas notes subjacentes em circulação no mercado internacional que contemplavam 7.250% notes sênior emitidas pela Light SESA e 7.250% notes sênior emitidas pela controlada Light Energia, ambas garantidas pela Light S.A. O montante pago foi de R\$2.030.804 (USD 390.000) de principal, sendo R\$1.364.090 (USD 260.000) da controlada da Light SESA e R\$675.714 (USD 130.000) da controlada Light Energia, mais juros e taxas. As respectivas operações de derivativos (NDFs) foram vencidas na mesma data.
- Em 08 de setembro de 2021, foram amortizados os empréstimos das controlada Light SESA e Light Energia junto ao Citibank, ambas no montante de R\$414.184 (USD 80.000). As respectivas operações de hedge foram liquidadas na mesma data.
- Em 30 de setembro de 2021, foi realizada a captação de R\$216.640 (USD 40.000) junto ao Citibank pela controlada Light SESA com vencimento *bullet* para março de 2025. A operação possui *swap* até o final da dívida ao custo de CDI + 1,85% a.a.
- Em 27 de dezembro de 2021, a controlada Light SESA quitou a segunda série da 5ª Nota Promissória no valor de R\$100.000 mais juros devidos. Restando a terceira e última série no mesmo valor com vencimento em 27 de dezembro de 2022 ao custo de CDI + 1,25% a.a.

Além das cauções dos contratos em moeda estrangeira celebrado com o Tesouro Nacional (TN), os empréstimos estão garantidos por avais da Light S.A. Ademais, foram cedidos direitos creditórios, presentes e futuros, da controlada Light SESA, sendo disponibilizado anualmente o limite máximo de R\$796.320, para constituição do FIDC.

Em 31 de dezembro de 2021, os empréstimos e financiamentos, líquidos do *swap*, tem avais, fianças ou garantias corporativas da Light S.A, emitidas em favor de suas controladas ou controladas em conjunto, no montante de R\$3.524.071 (R\$2.329.809 em 31 de dezembro de 2020).

As parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos consolidados, classificadas no passivo não circulante e sem o custo de captação e os custos com *fees* de *covenants* (*waivers*), têm os seguintes vencimentos:

Vencimentos	31.12.2021			31.12.2020		
	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total
2022	-	-	-	468.356	-	468.356
2023	330.517	-	330.517	378.687	2.026.713	2.405.400
2024	139.504	16.074	155.578	183.163	13.546	196.709
2025	-	223.220	223.220	42.103	-	42.103
2026	-	3.348.300	3.348.300	14.035	-	14.035
TOTAL	470.021	3.587.594	4.057.615	1.086.344	2.040.259	3.126.603

A variação percentual das principais moedas estrangeiras e os percentuais dos principais indicadores, base de atualização dos empréstimos, financiamentos e debêntures, teve o seguinte comportamento para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

Moedas estrangeiras e indicadores	31.12.2021	31.12.2020
Variação do exercício		
USD - Dólar Americano	7,39%	28,9%
Acumulado do exercício		
IGP-M	17,79%	23,1%
IPCA	10,06%	4,5%
SELIC	4,39%	2,8%
CDI	4,39%	2,8%
TJLP	5,32%	4,6%

Seguem abaixo as movimentações dos empréstimos e financiamentos consolidados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

Consolidado	Principal	Encargos	Total
SALDO EM 31.12.2019	4.279.549	27.676	4.307.225
Captações	20.000	-	20.000
Variação monetária e cambial	652.317	-	652.317
Encargos financeiros provisionados	-	281.634	281.634
Encargos financeiros pagos	-	(284.149)	(284.149)
Amortização do principal	(591.835)	-	(591.835)
Custo de captação	(5.811)	-	(5.811)
Amortização do custo de captação	15.020	-	15.020
Cotas Subordinadas e Retenção – FIDC	2.147	-	2.147
Encargos capitalizados no ativo de contrato e imobilizado	-	14.181	14.181
SALDO EM 31.12.2020	4.371.387	39.342	4.410.729
Captações	3.237.820	-	3.237.820
Variação monetária e cambial	373.111	-	373.111
Encargos financeiros provisionados	-	331.650	331.650
Encargos financeiros pagos	-	(350.718)	(350.718)
Amortização do principal	(3.579.675)	-	(3.579.675)
Custo de captação	(45.812)	-	(45.812)
Amortização do custo de captação	30.646	-	30.646
Cotas Subordinadas e Retenção – FIDC	(351)	-	(351)
Encargos capitalizados no ativo de contrato e imobilizado	-	1.620	1.620
SALDO EM 31.12.2021	4.387.126	21.894	4.409.020

O montante total do principal está apresentado líquido dos custos com a captação dos empréstimos e custos com *fees* de *covenants* (*waivers*). Estes custos estão detalhados no quadro abaixo:

Movimentação dos custos Consolidado	Controlada	Custo Total	Saldo a amortizar em 31.12.2019	Custo	Amortização do custo	Saldo a amortizar em 31.12.2020	Custo	Amortização do custo	Saldo a amortizar em 31.12.2021
BNDES - Capex	Light SESA	5.435	4.803	-	(758)	4.045	-	(4.045)	-
Nota Promissória - 5ª NP	Light SESA	5.811	-	5.811	(1.826)	3.985	-	(1.992)	1.993
FIDC 2018	Light SESA	41.032	30.780	-	(6.841)	23.939	-	(6.840)	17.099
Bonds 2018	Light SESA	27.846	12.709	-	(3.720)	8.989	-	(8.989)	-
Bonds 2020	Light SESA	30.565	-	-	-	-	30.565	(2.835)	27.730
Bonds 2018	Light Energia	15.264	6.408	-	(1.875)	4.533	-	(4.533)	-
Bonds 2020	Light Energia	15.247	-	-	-	-	15.247	(1.412)	13.835
TOTAL		141.200	54.700	5.811	(15.020)	45.491	45.812	(30.646)	60.657

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez relacionados a empréstimos e financiamentos é divulgada na Nota 34.

Covenants

A Companhia possui cláusulas que podem gerar antecipação do vencimento de dívidas em determinados contratos de empréstimos e financiamentos, inclusive vencimento cruzado (*cross default*). O vencimento antecipado só ocorre quando do não atendimento a pelo menos um dos indicadores financeiros em dois trimestres consecutivos ou quatro trimestres intercalados ou quando do não cumprimento de determinados *covenants* não financeiros. Os empréstimos com o Citibank, Santander, BNDES e a 5ª Nota Promissória preveem a manutenção de indicadores de dívida líquida/EBITDA e cobertura de juros (*covenants*). Já os *Bonds* possuem cláusulas restritivas por incorrência de dívida (*covenants*). Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia atendeu aos indicadores requeridos contratualmente.

21. DEBÊNTURES

Emissão - Consolidado	Controlada	Circulante			Não circulante		Total	Total
		Principal	Encargos	Total	Principal	Total	31.12.2021	31.12.2020
8ª Emissão	Light SESA	39.151	1.439	40.590	156.698	156.698	197.288	235.513
9ª Emissão Série A	Light SESA	-	-	-	-	-	-	250.962
9ª Emissão Série B	Light SESA	110.189	1.666	111.855	110.189	110.189	222.044	673.249
13ª Emissão	Light SESA	574.754	8.903	583.657	-	-	583.657	527.136
15ª Emissão Série 1	Light SESA	-	9.237	9.237	648.003	648.003	657.240	593.332
15ª Emissão Série 2	Light SESA	80.000	1.653	81.653	-	-	81.653	161.372
16ª Emissão Série 1	Light SESA	132.500	2.375	134.875	-	-	134.875	133.276
16ª Emissão Série 2	Light SESA	-	7.895	7.895	422.950	422.950	430.845	425.738
16ª Emissão Série 3	Light SESA	-	1.180	1.180	62.500	62.500	63.680	62.925
17ª Emissão Série 1	Light SESA	500.400	9.603	510.003	-	-	510.003	503.960
17ª Emissão Série 2	Light SESA	-	986	986	50.000	50.000	50.986	50.382
17ª Emissão Série 4	Light SESA	-	1.882	1.882	173.927	173.927	175.809	158.714
18ª Emissão	Light SESA	-	-	-	-	-	-	403.686
19ª Emissão	Light SESA	-	15.180	15.180	572.364	572.364	587.544	529.227
20ª Emissão	Light SESA	-	12.924	12.924	684.540	684.540	697.464	628.161
21ª Emissão	Light SESA	-	14.897	14.897	360.000	360.000	374.897	-
22ª Emissão	Light SESA	-	9.570	9.570	974.845	974.845	984.415	-
23ª Emissão Série 1	Light SESA	-	3.647	3.647	263.500	263.500	267.147	-
23ª Emissão Série 2	Light SESA	-	3.831	3.831	268.500	268.500	272.331	-
3ª Emissão	Light Energia	2.499	92	2.591	10.002	10.002	12.593	15.033
7ª Emissão	Light Energia	-	9.754	9.754	524.748	524.748	534.502	-
Subtotal - Debêntures		1.439.493	116.714	1.556.207	5.282.766	5.282.766	6.838.973	5.352.666
Custo de captação		(24.427)	-	(24.427)	(76.014)	(76.014)	(100.441)	(73.571)
Custo <i>fee</i> de <i>covenants</i>		(1.347)	-	(1.347)	(1.879)	(1.879)	(3.226)	(5.855)
Custos - Debêntures		(25.774)	-	(25.774)	(77.893)	(77.893)	(103.667)	(79.426)
TOTAL		1.413.719	116.714	1.530.433	5.204.873	5.204.873	6.735.306	5.273.240

Segue abaixo quadro com as condições contratuais das debêntures consolidadas existentes em 2021:

Emissão - Consolidado	Controlada	Data de assinatura	Moeda	Taxa de juros a.a. (a)	Taxa efetiva (a)	Amortização do principal		
						Forma de pagamento	Início	Término
8ª Emissão	Light SESA	24.08.2012	R\$	CDI + 1,18%	5,62%	Anual	Jun/2015	Jun/2026
9ª Emissão Série A (a)	Light SESA	15.06.2013	R\$	CDI + 1,15%	N/A	Anual	Mar/2018	Mai/2021
9ª Emissão Série B	Light SESA	15.06.2013	R\$	IPCA + 5,74%	16,38%	Anual	Mai/2020	Mai/2023
13ª Emissão	Light SESA	01.11.2017	R\$	IPCA + 7,44%	18,25%	Única	Out/2022	Out/2022
15ª Emissão Série 1	Light SESA	12.09.2018	R\$	IPCA + 6,83%	17,58%	Anual	Out/2024	Out/2025
15ª Emissão Série 2	Light SESA	12.09.2018	R\$	CDI + 2,20%	6,69%	Anual	Out/2021	Out/2022
16ª Emissão Série 1	Light SESA	26.04.2019	R\$	CDI + 0,90%	5,33%	Única	Abr/2022	Abr/2022
16ª Emissão Série 2	Light SESA	26.04.2019	R\$	CDI + 1,25%	5,69%	Anual	Abr/2023	Abr/2024
16ª Emissão Série 3	Light SESA	26.04.2019	R\$	CDI + 1,35%	5,80%	Única	Abr/2025	Abr/2025
17ª Emissão Série 1	Light SESA	11.10.2019	R\$	CDI + 1,50%	5,96%	Única	Out/2022	Out/2022
17ª Emissão Série 2	Light SESA	11.10.2019	R\$	CDI + 1,75%	6,22%	Anual	Out/2023	Out/2024
17ª Emissão Série 4	Light SESA	11.10.2019	R\$	IPCA + 5,25%	15,84%	Anual	Out/2025	Out/2026
18ª Emissão (a)	Light SESA	09.04.2020	R\$	CDI + 2,51%	N/A	Única	Abr/2021	Abr/2021
19ª Emissão	Light SESA	15.07.2020	R\$	IPCA + 5,8%	16,44%	Única	Jul/2025	Jul/2025
20ª Emissão	Light SESA	14.08.2020	R\$	IPCA + 5,0867%	15,66%	Única	Ago/2025	Ago/2025
21ª Emissão	Light SESA	09.02.2021	R\$	CDI + 2,60%	7,10%	Anual	Jan/2023	Jan/2025
22ª Emissão	Light SESA	05.04.2021	R\$	IPCA + 4,7543%	15,29%	Anual	Abr/2029	Abr/2031
23ª Emissão Série 1	Light SESA	15.10.2021	R\$	CDI + 1,65%	6,11%	Anual	Out/2024	Out/2026
23ª Emissão Série 2	Light SESA	15.10.2021	R\$	CDI + 1,95%	6,43%	Anual	Out/2027	Out/2028
3ª Emissão	Light Energia	24.08.2012	R\$	CDI + 1,18%	5,62%	Anual	Jun/2015	Jun/2026
7ª Emissão	Light Energia	05.08.2021	R\$	CDI + 1,20%	5,64%	Anual	Jul/2025	Jul/2028

As principais operações financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram:

- Em 12 de fevereiro de 2021, ocorreu a liquidação da 21ª emissão de debêntures da controlada Light SESA no valor de R\$360.000. A operação tem o custo de CDI + 2,60% a.a. e vencimento em janeiro de 2025. Os recursos decorrentes desta debênture foram integralmente utilizados na realização da aquisição facultativa de debêntures da 2ª série da 9ª emissão da controlada Light SESA, cuja remuneração era de IPC-A + 5,74% a.a., bem como nos encargos relacionados.
- Em 15 de abril de 2021, foi quitada a 18ª emissão de debêntures da controlada Light SESA, no montante de R\$400.000 de principal.
- Em 17 de maio de 2021, foi quitada a 9ª emissão de debêntures da controlada Light SESA, 1ª série, no montante de R\$250.000 de principal.
- Em 15 de junho de 2021, foi realizada a 22ª emissão de debêntures (incentivada) da controlada Light SESA, em série única, no montante de R\$916.381, com vencimento em dez anos, amortizações a partir de 2029 e remuneração de IPCA + 4,7543% a.a.

- Em 11 de agosto de 2021, foi realizada a 7ª emissão de debêntures (incentivada) da controlada Light Energia, em duas séries no montante de R\$500.000, sendo a primeira no montante de R\$400.000 e a segunda no montante de R\$100.000. Ambas com vencimento em sete anos, amortizações a partir de 2025 e remunerações de IPCA + 4,85% a.a. A Companhia contratou hedge para todo o fluxo da operação, na modalidade *full swap*, com custo de CDI + 1,20% a.a.
- Em 10 de novembro de 2021, foi realizada a 23ª emissão de debêntures da controlada Light SESA em duas séries totalizando R\$532.000, sendo a primeira série no montante de R\$263.500 com vencimento em cinco anos, amortizações anuais a partir de 2024 e remuneração de CDI + 1,65% a.a. e a segunda série no montante de R\$268.500 com vencimento em 7 anos, amortizações anuais a partir de 2027 e remuneração de CDI + 1,95% a.a.

Em 31 de dezembro de 2021, a totalidade das debêntures emitidas pelas controladas da Companhia têm avais, fianças ou garantias corporativas da Light S.A.

As parcelas relativas ao principal das debêntures consolidados, classificadas no passivo não circulante e sem o custo de emissão e os custos com *fees de covenants (waivers)*, têm os seguintes vencimentos:

Vencimentos - Consolidado	31.12.2021	31.12.2020
2022	-	1.496.254
2023	508.352	501.011
2024	809.948	570.622
2025	2.111.064	1.609.843
2026	347.684	120.208
2027	265.437	-
Após 2027	1.240.281	-
TOTAL	5.282.766	4.297.938

Seguem abaixo as movimentações das debêntures consolidadas ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

Consolidado	Principal	Encargos	Total
SALDO EM 31.12.2019	4.415.914	43.401	4.459.315
Debêntures emitidas	1.500.000	-	1.500.000
Varição monetária	121.319	-	121.319
Encargos financeiros provisionados	-	222.546	222.546
Encargos financeiros pagos	-	(232.514)	(232.514)
Amortização do principal	(816.057)	-	(816.057)
Custo de emissão	(32.352)	-	(32.352)
Amortização custo de emissão	24.160	-	24.160
Encargos capitalizados no ativo de contrato e imobilizado	-	26.823	26.823
SALDO EM 31.12.2020	5.212.984	60.256	5.273.240
Debêntures emitidas	2.308.381	-	2.308.381
Varição monetária e cambial	369.984	-	369.984
Encargos financeiros provisionados	-	308.906	308.906
Encargos financeiros pagos	-	(276.293)	(276.293)
Amortização do principal	(1.248.516)	-	(1.248.516)
Custo de emissão	(51.449)	-	(51.449)
Amortização do custo de emissão	27.208	-	27.208
Encargos capitalizados no ativo de contrato e imobilizado	-	23.845	23.845
SALDO EM 31.12.2021	6.618.592	116.714	6.735.306

O montante total do principal está apresentado líquido dos custos com a emissão das debêntures e custos com *fees de covenants (waivers)*. Estes custos estão detalhados no quadro abaixo:

Movimentação dos custos de emissão Consolidado	Controlada	Custo Total	Saldo a amortizar em 31.12.2019	Custo	Amortização do custo	Saldo a amortizar em 31.12.2020	Custo	Amortização do custo	Saldo a amortizar em 31.12.2021
8ª Emissão	Light SESA	5.135	3.450	187	(718)	2.919	-	(531)	2.388
9ª Emissão A	Light SESA	14.089	4.658	-	(3.205)	1.453	-	(1.453)	-
9ª Emissão B	Light SESA	9.992	5.103	-	(1.481)	3.622	-	(1.481)	2.141
10ª Emissão	Light SESA	12.448	2.621	-	(2.621)	-	-	-	-
12ª Emissão	Light SESA	5.888	837	-	(837)	-	-	-	-
13ª Emissão	Light SESA	23.653	11.491	-	(4.055)	7.436	-	(4.055)	3.381
14ª Emissão	Light SESA	5.626	-	-	-	-	-	-	-
15ª Emissão	Light SESA	37.700	31.807	-	(4.924)	26.883	-	(5.982)	20.901
16ª Emissão	Light SESA	3.366	3.030	-	(568)	2.462	-	(568)	1.894
17ª Emissão	Light SESA	8.070	8.070	-	(2.408)	5.662	-	(2.407)	3.255
18ª Emissão	Light SESA	3.714	-	3.714	(1.857)	1.857	-	(1.857)	-
19ª Emissão	Light SESA	14.949	-	14.950	(773)	14.177	-	(3.093)	11.084
20ª Emissão	Light SESA	13.501	-	13.501	(687)	12.814	-	(2.746)	10.068
21ª Emissão	Light SESA	3.775	-	-	-	-	3.775	(785)	2.990
22ª Emissão	Light SESA	33.576	-	-	-	-	33.576	(1.634)	31.942
23ª Emissão	Light SESA	2.338	-	-	-	-	2.338	(28)	2.310
2ª Emissão	Light Energia	7.866	-	-	-	-	-	-	-
3ª Emissão	Light Energia	403	167	-	(26)	141	-	(26)	115
7ª Emissão	Light Energia	11.760	-	-	-	-	11.760	(562)	11.198
TOTAL		217.849	71.234	32.352	(24.160)	79.426	51.449	(27.208)	103.667

As debêntures da Companhia não são objeto de repactuação programada. A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e liquidez relacionados a debêntures é divulgada na Nota 34.

Covenants

A Companhia possui cláusulas que podem gerar antecipação do vencimento de dívidas em determinados contratos de debêntures, inclusive vencimento cruzado (*cross default*). O vencimento antecipado só ocorre quando do não atendimento a pelo menos um indicador financeiro em dois trimestres consecutivos ou quatro trimestres intercalados ou quando do não cumprimento de determinados *covenants* não financeiros. Todas as emissões de debêntures preveem a manutenção de indicadores de dívida líquida/EBITDA e cobertura de juros (*covenants*). Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia atendeu aos indicadores requeridos conforme os termos das escrituras de emissões das debêntures.

22. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E REGULATÓRIOS

Segue abaixo o saldo das provisões, que compreendem as provisões prováveis para riscos e as provisões para honorários de êxito:

Provisões Consolidado	31.12.2021			31.12.2020		
	Provisão	Honorários de êxito	Total	Provisão	Honorários de êxito	Total
Trabalhistas	92.658	428	93.086	99.072	383	99.455
Cíveis	179.258	72.044	251.302	208.524	84.933	293.457
Fiscais	76.474	27.724	104.198	172.012	30.890	202.902
Regulatórias	52.963	-	52.963	50.719	500	51.219
Outros	554	-	554	500	-	500
TOTAL	401.907	100.196	502.103	530.827	116.706	647.533

22.1 Provisões para riscos

As provisões para riscos, bem como as movimentações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, estão compostas da seguinte forma:

Provisões para perdas prováveis	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	Outros	Total
SALDO EM 31.12.2019	120.914	198.658	55.783	47.124	-	422.479
Adições	26.828	206.758	82.324	13.584	500	329.994
Atualizações	-	6.173	39.672	2.898	-	48.743
Baixas por pagamentos	(6.336)	(199.229)	(5.748)	(12.887)	-	(224.200)
Baixas por reversões	(42.334)	(3.836)	(19)	-	-	(46.189)
SALDO EM 31.12.2020	99.072	208.524	172.012	50.719	500	530.827
Adições	11.579	206.438	-	-	-	218.017
Atualizações	-	8.923	931	2.244	54	12.152
Baixas por pagamentos	(11.226)	(240.400)	(89.484)	-	-	(341.110)
Baixas por reversões	(6.767)	(4.227)	(6.985)	-	-	(17.979)
SALDO EM 31.12.2021	92.658	179.258	76.474	52.963	554	401.907
Depósitos judiciais em 31.12.2021	15.215	4.035	26.144	-	-	45.394

Em 31 de dezembro de 2021, está registrado em depósitos vinculados a litígios o total de R\$221.572 (R\$242.132 em 31 de dezembro de 2020), dos quais R\$45.394 (R\$48.300 em 31 de dezembro de 2020) referem-se às causas com provisão constituída. Os demais depósitos referem-se a processos cujas probabilidades de perda são possíveis ou remotas. Segue abaixo o saldo dos depósitos judiciais:

Consolidado	31.12.2021	31.12.2020
Trabalhistas	52.533	59.842
Cíveis	102.677	111.968
Fiscais	66.362	70.322
TOTAL	221.572	242.132

22.1.1 Provisões trabalhistas

Valor provisionado (perda provável)	31.12.2021	31.12.2020
Funcionários próprios	50.678	53.044
Funcionários terceirizados	41.980	46.028
TOTAL	92.658	99.072

A provisão para os riscos trabalhistas é feita com base na avaliação dos respectivos advogados patronos, avaliando o risco de perda no decorrer do processo. O valor de provisão referente a empregados próprios oscila em razão do vínculo direto com a Companhia e seus consequentes direitos. No que se refere aos terceirizados, o risco envolve em sua maioria a responsabilidade subsidiária, o que significa que a Companhia só arcará com o pagamento no caso da ausência deste por parte da real empregadora, a empresa terceirizada.

22.1.2 Provisões cíveis

Valor provisionado (perda provável)	31.12.2021	31.12.2020
Ações Cíveis ^(a)	142.054	169.681
Juizado Especial Cível ^(b)	28.558	27.031
Plano Cruzado ^(c)	8.646	11.812
TOTAL	179.258	208.524

- (a) A provisão para as Ações Cíveis engloba processos quantificáveis, nos quais a Companhia e suas controladas são réis, e que possuem prognóstico de perda provável na avaliação dos respectivos advogados patronos. Grande parte das causas é relacionada a pleitos de danos materiais e morais pela postura ostensiva da empresa no combate às irregularidades na rede, além de questionamentos de valores pagos por consumidores. Dentre os valores provisionados destaca-se a ação indenizatória proposta pela Companhia Siderúrgica Nacional ("CSN") no último trimestre de 1995, onde a CSN ajuizou a ação 0129629-98.1995.8.19.0001 pleiteando, indenização por danos eventualmente sofridos e lucros cessantes, em razão de oscilações e interrupções no fornecimento de energia elétrica. A ação encontra-se em fase de liquidação de sentença onde a CSN pleiteia o valor atualizado de R\$649.6811, valor este impugnado pela Light, em razão de diversos fundamentos, com destaque para (i) o fato da produção da CSN à época ter sido considerada 24 horas por dia 365 dias por ano, não considerando a ociosidade reconhecida do setor; (ii) a CSN não comprovar nos autos os lucros cessantes; (iii) o perito, designado no processo, utilizar premissas de lucro bruto em vez de lucro líquido. A Light contratou parecer de jurista renomado para elucidar seus pontos. Em janeiro de 2021, o laudo pericial contábil foi homologado, tendo a Companhia recorrido de tal decisão. Atualmente, aguarda-se o julgamento de tal recurso, de modo que entende que a exposição do risco provável para a controlada Light SESA em 31 de dezembro de 2021 é de R\$90.588 (R\$84.697 em 31 de dezembro de 2020).
- (b) As ações de Juizado Especial Cível referem-se, em grande parte, a discussões quanto a relações de consumo, tais como cobrança indevida, corte indevido, corte por inadimplência, problemas na rede, irregularidades diversas, reclamação de conta, reclamação de medidor e problemas na transferência de titularidade. Há um limite de 40 salários mínimos para as causas em trâmite perante o Juizado Especial Cível. O provisionamento é feito a partir da separação dos sete principais motivos ofensores para a Companhia, que representam aproximadamente 94,6% da quantidade total de processos provisionados.

- (c) São ações movidas contra a controlada Light SESA relativas ao aumento da tarifa de energia elétrica aprovado pelas Portarias n.º 38, de 27 de fevereiro de 1986 e n.º 45, de 04 de março de 1986, publicadas pelo extinto DNAEE - Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, que contrariavam o Decreto-lei n.º 2.283/86 (decreto do Plano Cruzado), o qual previa que todos os preços ficariam congelados. Os autores dessas ações buscam a restituição dos valores supostamente pagos a maior nas faturas de energia elétrica quando da majoração das tarifas da controlada Light SESA no período em que houve o congelamento dos preços.

22.1.3 Provisões fiscais

Valor provisionado (perda provável)	31.12.2021	31.12.2020
ICMS - Créditos homologados ^(a)	46.232	46.232
ICMS - Ativo fixo ^(b)	-	92.179
Outros	30.242	33.601
TOTAL	76.474	172.012

- (a) A controlada Light SESA provisionou o montante de R\$46.232, relativo a parte do valor autuado em processo por meio do qual o Estado do Rio de Janeiro pretende cobrar ICMS decorrente da utilização supostamente indevida de créditos do imposto, adquiridos pela Light SESA de terceiros, e que haviam sido previamente homologados pela Secretaria Estadual de Fazenda. O débito atualmente é de R\$630.330 (R\$614.338 em 31 de dezembro de 2020). Após reavaliação, os assessores jurídicos internos e externos classificaram o valor de R\$42.029, relativo ao principal (imposto), assim como o valor a ele proporcional, relativo aos honorários advocatícios da Procuradoria, no montante de R\$4.203, como sendo perda provável e, todo o restante do valor autuado, relativo a juros, correção monetária e honorários advocatícios proporcionais, como perda remota. O processo administrativo encerrou-se em junho de 2015, com decisão desfavorável à controlada Light SESA, que por sua vez impetrou Mandado de Segurança com vistas a afastar a inscrição de parte do débito em Dívida Ativa do Estado relativa aos juros e correção monetária. A liminar foi deferida, mas posteriormente foi cassada por decisão proferida em sede de Agravo de Instrumento interposto pelo Estado do Rio de Janeiro. Foi ajuizada a Execução Fiscal, tendo a controlada Light SESA apresentado apólice de seguro garantia e, na sequência, foram opostos Embargos à Execução Fiscal. Foi proferida sentença nos autos dos Embargos à Execução Fiscal reconhecendo que devem ser expurgados os encargos moratórios (correção monetária e juros de mora) da Nota de Lançamento lavrada contra a controlada Light SESA. A sentença foi confirmada pelo Tribunal de Justiça e, no momento, aguarda-se o julgamento dos embargos de declaração opostos por ambas as partes.
- (b) Em 31 de dezembro de 2020, o montante de R\$92.179 se referia à Lei n.º 3.188/99, que, entre outras disposições, em seu artigo 2º, limitou o direito dos contribuintes do ICMS de utilizarem os créditos gerados na aquisição de bens destinados a integrar o ativo fixo. Em 30 de abril de 2021, a controlada Light SESA quitou integralmente o débito através da adesão ao programa de anistia fiscal do Estado do Rio de Janeiro, criado pela Lei Complementar n.º 189/2020, efetuando o pagamento do débito à vista, com a redução de juros e multa.

22.1.4 Provisões regulatórias

Nesse tópico, a Companhia descreve as principais contingências regulatórias decorrentes de discussões administrativas com a ANEEL:

- A controlada Light SESA foi autuada pela ANEEL (Auto de Infração nº 01/2019-SFE/ANEEL) em decorrência de fiscalização ocorrida em setembro de 2017, relacionada à qualidade do atendimento comercial para a prestação de serviço adequado, conforme parâmetros estabelecidos na Resolução Normativa nº 414/2010. Foi aplicada multa no valor de R\$52.113, a qual foi reduzida para o montante de R\$47.242, por meio do despacho nº 2.909/2019. Atualmente, aguarda-se a decisão final da Diretoria Colegiada da ANEEL. O montante considerado como perda provável em 31 de dezembro de 2021 é de R\$47.114 (R\$45.118 em 31 de dezembro de 2020).
- A controlada Light SESA foi autuada pela ANEEL (Auto de Infração nº 026/2020-SFE/ANEEL) em decorrência de fiscalização ocorrida em fevereiro de 2020, relacionada aos indicadores de continuidade dos conjuntos de unidades consumidoras, estabelecidos no art. 1º da REA 6.236/2017 e em seu Contrato de Concessão. Foi aplicada multa no valor de R\$21.794, a qual foi reduzida para o montante de R\$16.659, por meio do ofício nº 306/2020 da SFE/ANEEL. Atualmente, aguarda-se decisão final da Diretoria Colegiada da ANEEL. O montante atualizado da provisão em 31 de dezembro de 2021 é de R\$5.345 (R\$5.120 em 31 de dezembro de 2020).

22.2 Provisões de honorários de êxito

A Diretoria reavalia periodicamente os processos que possuem honorários de êxito previstos para os assessores jurídicos e, baseada na opinião de seus assessores legais, para o prognóstico de resolução dos processos, constitui provisão para os compromissos de honorários de êxito das causas com prognósticos de perdas possíveis, remotas e excepcionalmente prognóstico provável.

Segue abaixo quadro com a posição e a movimentação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

Provisões para honorários de êxito	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	Total
SALDO EM 31.12.2019	428	91.650	28.643	-	120.721
Adições	48	46.164	2.874	500	49.586
Atualizações	-	3.170	2.857	-	6.027
Baixas por pagamentos	(64)	(16.478)	(2.476)	-	(19.018)
Baixas por reversões	(29)	(39.573)	(1.008)	-	(40.610)
SALDO EM 31.12.2020	383	84.933	30.890	500	116.706
Adições	159	16.432	2.253	-	18.844
Atualizações	32	6.345	3.757	-	10.134
Baixas por pagamentos	(68)	(30.937)	(893)	(500)	(32.398)
Baixas por reversões	(78)	(4.729)	(8.283)	-	(13.090)
SALDO EM 31.12.2021	428	72.044	27.724	-	100.196

23. CONTINGÊNCIAS

As principais contingências com probabilidade de perda possível estão compostas da seguinte forma:

Consolidado	31.12.2021		31.12.2020	
	Saldo	Quantidade de processos ^(a)	Saldo	Quantidade de processos ^(a)
Cíveis	1.360.342	42.510	785.414	44.615
Trabalhistas	364.894	1.273	300.529	1.171
Fiscais	8.740.113	840	8.258.185	775
TOTAL	10.465.349	44.623	9.344.128	46.561

^(a) Não auditado pelos auditores independentes

23.1 Cíveis

A Controlada Light SESA possui diversas ações judiciais de natureza cível que têm majoritariamente os seguintes objetos: (i) irregularidades decorrentes de perdas comerciais (não técnicas); (ii) revisão ou o cancelamento de faturas de energia elétrica em razão da incerteza de seu valor; (iii) acidentes envolvendo a sua rede de eletricidade e/ou a prestação do serviço; (iv) indenizações por danos materiais e morais decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, de variações de tensão elétrica, ou de falta momentânea de energia: A controlada Light SESA figura como ré em ações cíveis discutindo a interrupção do serviço, quer seja motivada por caso fortuito ou de força maior, quer seja para fins de intervenção no sistema elétrico, entre outros motivos e, também, suspensão do serviço, quer seja por inadimplência, impedimento de acesso ou substituição do medidor, entre outros fatos ensejadores. Dentre essas ações, foi adicionado o montante de R\$564.093 com risco de perda possível em decorrência da ação indenizatória proposta pela CSN (0129629-98.1995.8.19.0001), cuja ação encontra-se em fase de liquidação de sentença; e (v) discussões que versam sobre os mais diversos temas, como funcionalidade dos medidores. Em 31 de dezembro de 2021, o montante total referente às ações é de R\$812.955 (R\$345.378 em 31 de dezembro de 2020).

A controlada Light SESA possui uma ação (0477418-58.2011.8.19.0001) que foi ajuizada pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em 30 de setembro de 2011, pleiteando aproximadamente R\$100.000 a título de indenização pelos alegados prejuízos materiais (danos emergentes e lucros cessantes), incorridos em razão de sete interrupções no fornecimento de energia elétrica ocorridas nos anos de 2009 a 2011 na sua Unidade Consumidora de Volta Redonda. Atualmente a ação encontra-se em fase de perícia, com laudo, em linhas gerais, favorável aos interesses da Companhia, tendo o perito se manifestado sobre os pedidos adicionais e impugnação da CSN de forma favorável à controlada Light SESA. Em 31 de dezembro de 2021, a exposição do risco é de R\$111.104 (R\$94.600 em 31 de dezembro de 2020).

A controlada Light SESA também litiga em ação rescisória (0002731-81.2011.8.19.0000) movida pela CSN, em que se discute reajuste tarifário durante o congelamento de preços adotado pelo Plano Cruzado. O processo está aguardando julgamento de recurso da controlada Light SESA em trâmite no Superior Tribunal de Justiça. Em 31 de dezembro de 2021, a exposição do risco é de R\$317.169 (R\$269.436 em 31 de dezembro de 2020).

No último trimestre de 2020, a Light S.A e as controladas Light Energia e Lightcom foram citadas para responder Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica (IDPJ), processo 0035516-77.2020.8.26.0100, interposto por FLF - Fundo de Liquidação Financeira, visando a desconsideração da personalidade jurídica da Renova Energia S.A. para atingir o Grupo Light e Grupo Cemig para honrar com a dívida contraída pelo Grupo Renova junto ao FLF. A Companhia e as controladas Light Energia e Lightcom apresentaram contestação e em 14 de junho de 2021, foi proferida decisão julgando o IDPJ improcedente em relação à CEMIG, Light S.A. e controlada Lightcom, uma vez que não são acionistas do Grupo Renova. O Fundo Autor do Incidente recorreu da decisão que excluiu CEMIG, Light S.A e a controlada Lightcom, mas a decisão foi mantida em dezembro de 2021. Nos autos do IDPJ, o Fundo foi intimado para responder a petição em que a Light Energia impugna os quesitos apresentados. Em 31 de dezembro de 2021, a exposição do risco é de R\$42.723.

23.2 Fiscais

- IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - perdas comerciais – A controlada Light SESA possui quatro autuações fiscais cobrando IRPJ e CSLL em razão da não adição dos valores de perdas não técnicas ao seu resultado, para fins de apuração do lucro real, sendo que: (i) a primeira autuação foi julgada procedente em parte em decisão de 1ª instância administrativa e o CARF julgou improcedente, por voto de qualidade, o Recurso Voluntário da controlada Light SESA. No momento, aguarda-se o julgamento do recurso da controlada Light SESA; e (ii) as outras três autuações foram julgadas procedentes em decisão de 1ª instância administrativa e foram objeto de Recurso Voluntário;

A controlada Light SESA também possui três outras autuações cobrando PIS e COFINS pela não realização do estorno dos créditos destas contribuições referentes aos valores de perdas não técnicas, sendo que (i) uma das autuações foi julgada improcedente em decisão de 1ª instância administrativa e aguarda julgamento de recurso de ofício; (ii) as outras duas autuações, recebidas em outubro e novembro de 2020, respectivamente, foram julgadas procedentes em decisão de 1ª instância e foram objeto de Recurso Voluntário.

Em 31 de dezembro de 2021, o montante dessas discussões é de R\$5.316.345 (R\$5.142.166 em 31 de dezembro de 2020).

- ICMS perdas comerciais – A controlada Light SESA possui três autuações fiscais, duas ações Anulatórias, um Mandado de Segurança e uma Execução Fiscal que discutem a cobrança de ICMS, FECF e multa por não recolher o referido tributo diferido em operações anteriores à distribuição de energia elétrica, em razão da ocorrência de perdas comerciais. No primeiro processo administrativo, após a apresentação de impugnação pela controlada Light SESA, a Junta de Revisão Fiscal converteu o julgamento em diligência. Em resposta à diligência, a Fiscalização retificou o Auto de Infração, tendo recalculado os percentuais de incorporação de perdas não técnicas na tarifa em base mensal, restando autuado apenas o ICMS devido pelas perdas não incorporadas à tarifa da distribuidora. Aguarda-se apreciação da Impugnação. A segunda autuação fiscal também aguarda julgamento da impugnação. A terceira autuação fiscal está com prazo em aberto para apresentação de impugnação. A controlada Light SESA obteve sentença favorável no mandado de segurança e nas duas ações anulatórias, que se encontram em fase de recurso. Em 31 de dezembro de 2021, o montante dessa discussão é de R\$952.562 (R\$761.579 em 31 de dezembro de 2020).
- ICMS sobre subvenções do programa federal denominado “Baixa Renda” - A controlada Light SESA possui três ações anulatórias, vinculadas às execuções fiscais, com o objetivo de discutir a incidência de ICMS sobre os valores pagos pela União Federal à controlada Light SESA a título de subvenção econômica, direcionada aos consumidores de energia da subclasse baixa renda. Atualmente, a controlada Light SESA não possui decisão de mérito favorável nessas ações anulatórias, sendo que, em uma ação aguarda-se o julgamento do seu Recurso de Apelação e na outra foi dado provimento ao Recurso de Apelação da controlada Light SESA para declarar a nulidade da autuação e em uma ação aguarda-se julgamento dos agravos apresentados pela controlada Light SESA em face das decisões que inadmitiram o Recurso Especial e o Recurso Extraordinário. Adicionalmente, a controlada Light SESA possui duas discussões administrativas. A primeira possui decisão desfavorável na esfera administrativa e aguarda-se a intimação da controlada Light SESA acerca do acórdão. A segunda autuação encontra-se aguardando julgamento da Impugnação. Em 31 de dezembro de 2021, o montante dessa discussão é de R\$367.190 (R\$314.212 em 31 de dezembro de 2020).
- IN 86 – A controlada Light SESA foi autuada para a cobrança de multa pelo suposto descumprimento de obrigação acessória, relacionada à entrega dos arquivos eletrônicos, no formato previsto na IN nº 86/2001, referentes aos anos-calendário de 2003 a 2005. O Processo Administrativo encerrou-se em julho de 2015, com decisão desfavorável à controlada Light SESA, que impetrou Mandado de Segurança. Proferida sentença julgando procedente o pleito da controlada Light SESA, que foi mantida em sede de recurso de apelação da União. Aguarda-se julgamento dos embargos de declaração opostos pela União. Em 31 de dezembro de 2021, o montante dessa discussão é de R\$473.958 (R\$465.510 em 31 de dezembro de 2020).

- LIR/LOI - IRPJ/CSLL – A controlada Light SESA possuía Mandado de Segurança em que se discutia a forma de tributação dos lucros das subsidiárias LIR e LOI no exterior, mais especificamente defendia que o IRPJ e CSLL deveriam incidir apenas sobre os lucros e não sobre os resultados positivos de equivalência patrimonial. Para se valer dos benefícios do programa REFIS, a controlada Light SESA desistiu integralmente do Mandado de Segurança e alterou o procedimento para passar a tributar os resultados pelo método de equivalência patrimonial. O Fisco discordou de tal procedimento e autuou a controlada Light SESA quanto aos exercícios de 2004 a 2008, passando a exigir a tributação apenas sobre os lucros. Para o exercício de 2004, foi ajuizada Execução Fiscal, que aguarda o julgamento do recurso da controlada Light SESA. Para o exercício de 2005, houve o encerramento da esfera administrativa desfavoravelmente à controlada Light SESA, que impetrou Mandado de Segurança visando anular o acórdão proferido pelo CARF e obteve liminar para suspender a exigibilidade do débito. Já para os exercícios de 2006 a 2008, houve o encerramento favorável na esfera administrativa para a controlada Light SESA. Em abril de 2014, a controlada Light SESA foi autuada, com relação ao exercício de 2009, sobre a forma de tributação dos lucros das subsidiárias LIR e LOI no exterior. O processo aguarda o julgamento do seu recurso especial. Em 31 de dezembro de 2021, o montante dessa discussão é de R\$453.953 (R\$446.269 em 31 de dezembro de 2020).
- Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal do Estado do Rio de Janeiro (“FEEF”) – A controlada Light SESA foi autuada em razão da ausência de recolhimento, ao FEEF do ICMS correspondente a 10% dos benefícios fiscais destinados a terceiros, relativamente ao período de dezembro de 2016 a junho de 2017 e recebeu uma segunda autuação em relação ao período de julho de 2017 a julho de 2019. As duas autuações estão aguardando julgamento da impugnação. A tese está sendo discutida pela controlada Light SESA por meio de Mandado de Segurança. Em 31 de dezembro de 2021, o montante dessa discussão é de R\$119.337 (R\$45.637 em 31 de dezembro de 2020).
- Não homologação de compensações - CVA - (30 Processos Administrativos) - Não homologação pela Receita Federal de compensações realizadas pela controlada Light SESA com créditos advindos de pagamento indevido ou a maior de PIS e COFINS, notadamente em razão da alteração do momento da tributação do PIS e da COFINS sobre a CVA. Apresentadas manifestações de inconformidade ainda pendentes de julgamento. Em 31 de dezembro de 2021, o montante dessas discussões é de R\$281.150 (R\$273.687 em 31 de dezembro de 2020).
- Despachos decisórios (53 processos) – 52 despachos decisórios proferidos pela Receita Federal em face da controlada Light SESA e 1 despacho decisório em face da Light S.A. para negar homologação a diversos pedidos de compensação realizados pela controlada Light SESA, para a utilização de créditos de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL à alegação de que tais créditos seriam devidos ou insuficientes para abarcar os débitos contra aos quais foram opostos. A controlada Light SESA e a controladora apresentaram manifestações de inconformidade em face aos aludidos Despachos Decisórios. Em dezembro de 2021, a controlada Light SESA obteve decisão favorável definitiva em um dos casos. Em 31 de dezembro de 2021, o montante dessas discussões é de R\$201.361 (R\$213.118 em 31 de dezembro de 2020).

- Não homologação de compensações – A controlada Light SESA discute judicialmente a cobrança de supostos débitos de PIS e COFINS, decorrentes da glosa de créditos de mesma natureza realizada pela Receita Federal em 22 Processos Administrativos, decorrentes de compensações realizadas referentes aos períodos de março e abril de 2005, janeiro, fevereiro, março, maio, junho, julho, agosto e setembro de 2006 e janeiro e fevereiro de 2007. A controlada Light SESA aguarda o julgamento dos Embargos à Execução apresentados. Em 31 de dezembro de 2021, o montante dessas discussões é de R\$59.966 (R\$58.979 em 31 de dezembro de 2020).
- TFGE - A referida taxa foi instituída pela Lei 7.184/15 do Estado do Rio de Janeiro. A controlada Light Energia impetrou Mandado de Segurança preventivo para não ter que recolher esta taxa. Em outubro de 2021, o processo transitou em julgado favoravelmente à Light Energia, não existindo, em 31 de dezembro de 2021, nenhum montante em discussão (R\$74.710 em 31 de dezembro de 2020).

23.3 Trabalhistas

Os principais pedidos objeto das ações trabalhistas envolvem as seguintes matérias: equiparação salarial, horas extras, acidente de trabalho, adicional de periculosidade, equiparação salarial e dano moral. Em 31 de dezembro de 2021, montantes envolvidos nestas discussões totalizam R\$189.269 (R\$149.583 em 31 de dezembro de 2020).

A controlada Light SESA também litiga na ação civil pública (0100742-05.2018.5.01.0081) onde o Ministério Público do Trabalho alega a existência de suposta restrição que impediria a contratação de ex-empregados terceirizados, desqualificados no passado, e por isso requer pagamento de danos morais, bem como, obrigação para que a controlada Light SESA se abstenha de praticar tal ato. O processo está aguardando realização de audiência. Em 31 de dezembro de 2021, o montante referente a essa discussão é de R\$52.366 (R\$52.366 em 31 de dezembro de 2020).

24. BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

As empresas do Grupo Light são patrocinadoras instituidoras da Fundação de Seguridade Social Braslight (Braslight), entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, cuja finalidade é garantir renda de aposentadoria aos empregados do Grupo Light vinculados à Fundação e de pensão aos seus dependentes. A Companhia possui planos do tipo benefício definido e do tipo benefício misto e do tipo contribuição definida.

24.1 Descrição dos planos

O Grupo é patrocinador atualmente de três planos de benefícios previdenciários administrados pela Braslight que são denominados A/B, C e D, implementados respectivamente em 1975, 1997 e 2010, tendo o Plano C recebido migração, na época de sua constituição, de 96% dos participantes ativos do Plano A/B.

Benefício definido (Plano A/B) - correspondem à diferença entre um percentual, variável de 80% a 100%, do maior valor entre a média dos últimos 12 e dos últimos 36 salários, atualizados para a data de início do benefício, e o valor do benefício concedido pelo INSS.

Contribuição variável (Plano C) - os benefícios programáveis, durante a fase de capitalização, são do tipo "contribuição definida", sem vinculação com o INSS, e os benefícios de risco (auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e pensão por morte de participante ativo, inválido e em auxílio-doença), bem como os de renda continuada, estes uma vez concedidos, são do tipo "benefício definido". As duas parcelas têm seus patrimônios apurados em quotas e tratadas em conjunto denominadas Plano C Novo.

Ao participante que migrou do Plano A/B para o Plano C foi concedido um benefício saldado de renda vitalícia, com reversão em pensão, proporcional ao tempo de contribuição à Braslight na ocasião de migração, contado de sua última inscrição na Fundação, diferido para recebimento após o mesmo ter completado um conjunto de condições de habilitação. Esta parcela é denominada Subplano de Benefício Definido Saldado do Plano C.

Contribuição definida (Plano D) - Neste plano, os benefícios programados são do tipo "contribuição definida" antes e após a sua concessão e os benefícios não programados são do tipo "benefício definido", antes da concessão, e de "contribuição definida" após a concessão.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi pago pela Companhia, referente à parcela do plano de contribuição definida, o montante de R\$5.268 (R\$4.529 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020).

24.2 Avaliação atuarial

A Companhia e suas controladas contrataram atuários independentes, para realização de avaliação atuarial desses benefícios, sendo a última efetuada para a data-base de 31 de dezembro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia reconheceu na rubrica de outros resultados abrangentes o montante de R\$3.516 (reconhecido líquido de impostos no montante de R\$1.811) em decorrência da variação da taxa de desconto para o plano AB. Ademais, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia reverteu esse montante por conta do valor justo total dos ativos dos planos serem superiores as obrigações em 31 de dezembro de 2021.

As informações atuariais consolidadas são conforme abaixo:

Consolidado	31.12.2021	31.12.2020
Valor presente das obrigações atuariais	(3.155.558)	(3.588.295)
Valor justo dos ativos do plano	3.162.012	3.624.693
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo	(6.454)	(41.725)
PASSIVO LÍQUIDO	-	(5.327)

As mudanças no valor justo dos ativos do plano são as seguintes:

Valor justo dos ativos do plano	Consolidado
SALDO EM 31.12.2019	3.603.165
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	237.338
Expurgo de saldo de empresa alienada	(4.295)
Ganhos atuariais nos ativos do plano	78.681
Contribuições da patrocinadora	384
Contribuições dos participantes	16
Benefícios pagos pelo plano/Companhia	(290.596)
SALDO EM 31.12.2020	3.624.693
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	225.114
Perdas atuariais nos ativos do plano	(401.902)
Contribuições da patrocinadora	353
Contribuições dos participantes	126
Benefícios pagos pelo plano/Companhia	(286.372)
SALDO EM 31.12.2021	3.162.012

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

Valor presente da obrigação	Consolidado
SALDO EM 31.12.2019	3.583.281
Custo do serviço corrente	(144)
Expurgo de saldo de empresa alienada	(4.272)
Juros sobre a obrigação atuarial	235.943
Contribuições de participantes	16
Ganhos atuariais reconhecidas	64.067
Benefícios pagos	(290.596)
SALDO EM 31.12.2020	3.588.295
Custo do serviço corrente	(467)
Juros sobre a obrigação atuarial	222.610
Contribuições de participantes	126
Perdas atuariais reconhecidas	(368.634)
Benefícios pagos	(286.372)
SALDO EM 31.12.2021	3.155.558

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado, nos grupos de custos e despesas operacionais e resultado financeiro, são como segue:

Consolidado	31.12.2021	31.12.2020
Custo do serviço corrente	(467)	(144)
Juros sobre as obrigações atuariais	222.610	235.943
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	(225.114)	(237.338)
Ajuste de atualização de dívida Braslight	2.971	1.539
CUSTO ESPERADO ESTIMADO	-	-

A estimativa do atuário externo para a despesa a ser reconhecida para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2022 é como segue:

Consolidado	2022
Custo do serviço corrente	426
Juros sobre as obrigações atuariais	267.786
Rendimento esperado dos ativos do plano	(267.812)
Estimativa de despesa em 2022	400

As principais categorias de ativos do plano, como porcentagem do total de ativos do plano, são as seguintes:

Consolidado	31.12.2021	31.12.2020
Renda fixa	83,58%	75,97%
Renda variável	11,64%	17,93%
Investimentos estruturados	1,00%	2,13%
Imóveis	2,29%	2,76%
Empréstimos e financiamentos	1,67%	1,38%
Outros realizáveis	0,05%	0,03%
Provisões contingências	-0,23%	-0,20%
	100,00%	100,00%

O resultado real sobre os ativos dos planos foi uma perda de R\$401.902 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (ganho de R\$78.681 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020).

A Braslight realiza periodicamente estudos de *Asset Liability Management* (ALM) dos planos de benefícios no intuito de reavaliar a estratégia de alocação dos investimentos frente às obrigações atuariais, com vistas a se proteger das alterações nos preços dos instrumentos financeiros, bem como evitar o descasamento dos fluxos de ativos e passivos, de forma que os recursos estejam disponíveis na data de pagamento dos benefícios e demais obrigações dos planos.

24.3 Premissas atuariais

Consolidado	31.12.2021	31.12.2020
Taxa de juros nominal (desconto) a valor presente do passivo atuarial	8,83% (A/B) e 8,92% (C)	6,18% (A/B) e 6,68% (C)
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano	8,83% (A/B) e 8,92% (C)	6,18% (A/B) e 6,68% (C)
Taxa anual de inflação	3,40%	3,20%
Taxa de crescimento salarial nominal	5,99%	5,78%
Índice de reajuste nominal de benefícios concedidos de prestação continuada	3,40%	3,20%
Fator de capacidade	100,00%	100,00%
Taxa rotativa	Nula	Nula
Tábua geral de mortalidade ^(a)	AT - 83/ BR (A/B) e EMS 2010 (C)	AT - 83/ BR (A/B) e EMS 2010 (C)
Tábua de entrada em invalidez (planos A/B)	LIGHT - Fraca*1,20	LIGHT - Fraca*1,20
Tábua de entrada em invalidez (plano C salgado)	LIGHT - Fraca*1,20	LIGHT - Fraca*1,20
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49 Masculina	AT-49 Masculina
Participantes ativos	1.082	1.159
Participantes aposentados e pensionistas	5.376	5.455

^(a) Tábua sem agravamento

24.4 Análise de sensibilidade

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são a taxa de desconto e a tábua de mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido.

Abaixo estão demonstrados os efeitos na obrigação de benefício definido caso a taxa de desconto fosse 1,00% mais baixa e caso a tábua de mortalidade fosse alterada para a tábua seguinte mais restritiva:

Taxa de desconto nominal (a.a.)	Premissa laudo	Redução de taxa de desconto	Impacto na obrigação do plano
Plano A/B	8,83%	-1,00%	188.974
Plano C	8,92%	-1,00%	329.580

Tábua de mortalidade	Premissa laudo	Alteração de tábua	Impacto na obrigação do plano
Plano A/B	AT-83	AT-2000	28.852
Plano C	EMS 2010	EMS 2010 Segregada por sexo Desagravada em 2 anos	115.461

25. OBRIGAÇÕES POR ARRENDAMENTO E ATIVO DE DIREITO DE USO

Obrigações por arrendamento - Consolidado	31.12.2021			31.12.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Terrenos e imóveis	725	926	1.651	1.200	1.446	2.646
Máquinas e equipamentos	556	1.516	2.072	644	1.403	2.047
Veículos	23.827	35.721	59.548	45.384	55.850	101.234
TOTAL	25.108	38.163	63.271	47.228	58.699	105.927

25.1 Movimentação dos ativos de direito de uso e das obrigações por arrendamento

Ativo de direito de uso - Consolidado	Terrenos e imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
SALDO EM 31.12.2019	3.161	1.214	72.346	76.721
Adições de arrendamentos	380	1.731	64.474	66.585
Remensurações	333	38	3.434	3.805
Depreciação	(1.377)	(971)	(37.920)	(40.268)
Baixa de arrendamentos	(7)	-	(5.119)	(5.126)
SALDO EM 31.12.2020	2.490	2.012	97.215	101.717
Adições de arrendamentos	68	720	4.202	4.990
Remensurações	174	5	-	179
Depreciação	(1.216)	(742)	(45.122)	(47.080)
SALDO EM 31.12.2021	1.516	1.995	56.295	59.806

Obrigações por arrendamento - Consolidado	Terrenos e imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
SALDO EM 31.12.2019	3.270	1.267	74.819	79.356
Adições de arrendamentos	380	1.731	64.474	66.585
Remensurações	333	38	3.434	3.805
Pagamento da parcela	(1.586)	(1.076)	(43.318)	(45.980)
Despesa de juros	256	87	6.944	7.287
Baixa de arrendamentos	(7)	-	(5.119)	(5.126)
SALDO EM 31.12.2020	2.646	2.047	101.234	105.927
Adições de arrendamentos	68	720	4.202	4.990
Remensurações	174	5	-	179
Pagamento da parcela	(1.424)	(883)	(51.531)	(53.838)
Despesa de juros	187	183	5.643	6.013
SALDO EM 31.12.2021	1.651	2.072	59.548	63.271

25.2 Cronograma de vencimento das obrigações por arrendamento

Obrigações por arrendamento	31.12.2021	31.12.2020
2021	-	47.228
2022	25.108	23.860
2023	21.556	19.732
2024	16.267	14.752
2025	340	355
Total	63.271	105.927

Para a realização da mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, a Companhia utilizou a técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados. Essa vedação pode gerar distorções relevantes na informação a ser prestada, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro.

A Companhia apresenta abaixo os efeitos estimados considerando a inflação futura projetada:

Consolidado	Efeitos estimados
ATIVO DE DIREITO DE USO	
Conforme CPC 06 (R2) / IFRS 16 (fluxo real)	59.806
Com efeito da Inflação (fluxo nominal)	63.747
OBRIGAÇÕES POR ARRENDAMENTO	
Conforme CPC 06 (R2) / IFRS 16 (fluxo real)	63.271
Com efeito da Inflação (fluxo nominal)	67.211

26. ENCARGOS REGULATÓRIOS

Encargos regulatórios - consolidado	31.12.2021	31.12.2020
Empresa de Pesquisa Energética – EPE	2.485	2.789
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	4.970	5.550
Programa de Eficiência Energética – PEE	178.521	179.467
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	84.353	86.676
Quota recolhimento à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE ^(a)	42.732	-
Quota de reserva global de reversão – RGR	717	997
TOTAL	313.778	275.479

^(a) Refere-se ao recolhimento devido pela controlada Light SESA referente a CDE Conta-Covid, homologada pela ANEEL através do Despacho nº 939 de 5 de abril de 2021

27. OUTROS DÉBITOS

Outros Débitos – consolidado	31.12.2021			31.12.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Adiantamento de clientes	55.026	-	55.026	58.975	-	58.975
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos ('CFURH')	3.343	-	3.343	3.467	-	3.467
Taxa de iluminação pública	234.285	-	234.285	187.678	-	187.678
Reserva para reversão	7.770	31.081	38.851	-	46.622	46.622
Restituições consumidores	88.141	-	88.141	78.640	-	78.640
Honorários de sucumbência – Acordo com Furnas	-	-	-	36.459	-	36.459
Subvenção por redução voluntária do consumo (Nota 11)	169.215	-	169.215	-	-	-
Outros	14.154	9.026	23.180	18.481	3	18.484
TOTAL	571.934	40.107	612.041	383.700	46.625	430.325

28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As principais transações comerciais com partes relacionadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de compra e venda de energia elétrica; (ii) contratos de uso do sistema de distribuição de energia ou no sistema de transmissão; (iii) prestação serviços de operação e manutenção; (iv) contratos de serviços administrativos.

As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia são apresentados abaixo:

28.1 Ativos e receitas

Grupo do balanço, características do contrato e vínculo	Valor original	Período de vigência	Condições contratuais	Condições de rescisão ou término	Ativo		Receita	
					31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Cliente - Cobrança do encargo de uso de sistema de distribuição da controlada Light SESA com a CEMIG ^(b)	N/A ^(a)	A partir de nov/2003. Vencimento indeterminado	Preço praticado no mercado regulado	N/A	-	90	-	1.821
Cliente - Cobrança do encargo de uso da rede básica da controlada Light Energia com a CEMIG ^(b)	N/A ^(a)	A partir de dez/2002	Preço praticado no mercado regulado	N/A	-	-	-	165
Cliente - Cobrança do encargo de uso da rede básica da controlada Light SESA com a Lightger	N/A ^(a)	A partir de dez/2010. Vencimento indeterminado	Preço praticado no mercado regulado	N/A	-	-	473	387
Cliente - Cobrança referente a prestação de serviços da controlada Light Energia com a Lightger	4.325	dez/2012 a jun/2020	Termos e condições acordados entre as partes	N/A	-	-	-	403

^(a) Os contratos de encargo de uso de sistema de distribuição e encargo de uso da rede básica são faturados de acordo com a demanda de energia circulada na rede.

^(b) Como resultado do follow-on concluído em 22 de janeiro de 2021, a CEMIG deixou de ser parte relacionada da Companhia (vide Nota 28.2).

28.2 Passivos e despesas

Grupo do balanço, características do contrato e vínculo	Valor original	Período de vigência	Condições contratuais	Condições de rescisão ou término	Passivo		Despesa	
					31.12.2021	31.12.2020	2021	2020
Fornecedor - Compromisso de compra de energia elétrica da controlada Light SESA com a CEMIG ^(c)	275.238	jan/2010 a dez/2039	Preço praticado no mercado regulado	30% do saldo remanescente	-	2.873	-	(48.511)
Fornecedor - Compromisso com encargos de uso da rede básica da controlada Light SESA com a CEMIG ^(c)	N/A ^(a)	A partir de dez/2002. Vencimento indeterminado	Preço praticado no mercado regulado	N/A	-	2.325	-	(21.716)
Fornecedor - Compromisso de compra de energia elétrica da controlada Light Energia com a Lightger	217.213	dez/2010 a jun/2028	Termos e condições acordados entre as partes	N/A	-	2.240	(28.301)	(23.218)
Outros débitos - Compromisso com serviços de consultoria da controlada Light SESA com a controlada em conjunto Axxiom	N/A ^(b)	A partir de dez/2010. Vencimento indeterminado	IGP-M	N/A ^(b)	1.501	1.441	(15.550)	(14.389)
Plano Previdenciário - Compromisso da controlada Light SESA com a Fundação de Seguridade Social Braslight - Patrocinadora da fundação	N/A	A partir de dez/2020. Vencimento indeterminado	N/A	N/A	-	5.327	-	-

^(a) Os contratos de encargo de uso de sistema de distribuição e encargo de uso da rede básica são faturados de acordo com a demanda de energia circulada na rede.

^(b) O contrato de serviço é faturado de acordo com a necessidade de horas despendidas no serviço contratado.

^(c) Como resultado do follow-on concluído em 22 de janeiro de 2021, a CEMIG deixou de ser parte relacionada da Companhia (vide Nota 28.2).

Conforme mencionado nas Notas 20 e 21 a Companhia é avalista dos empréstimos de suas controladas. Além disso, quando necessário, poderão existir mútuos entre a Companhia e suas controladas, contudo não foram realizadas transações desta natureza nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

28.3 Remuneração dos administradores

Os montantes apresentados a seguir referem-se à remuneração da Diretoria, do Conselho de Administração, e do Conselho Fiscal, reconhecidos pelo regime de competência, relativo aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

Remuneração dos Administradores	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Honorários e benefícios de curto prazo	2.741	1.362	17.269	11.453
Bônus	1.123	536	11.338	5.284
Encargos Sociais	678	274	4.749	2.300
Benefícios pós-emprego	58	34	645	433
Benefícios assistenciais	73	59	1.146	1.236
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	10	38	98	377
Remuneração baseada em ações	8.562	3.821	8.562	3.821
TOTAL	13.245	6.124	43.807	24.904

Adicionalmente, a Companhia possui um programa de remuneração baseado em ações destinado aos seus administradores e empregados, conforme descrito na Nota 30.

29. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

29.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Light S.A. está representado por 372.555.324 (trezentos e setenta e dois milhões, quinhentos e cinquenta e cinco mil, trezentos e vinte e quatro) (303.934.060 em 31 de dezembro de 2020) ações ordinárias escriturais e sem valor nominal, sendo o seu capital social de R\$5.473.247, sendo reduzido por gastos com emissão de ações no montante de R\$81.050 (R\$49.537 em 31 de dezembro de 2020), totalizando o montante de R\$5.392.197, conforme a seguir:

Acionistas	31.12.2021		31.12.2020	
	Quantidade de ações (unidades)	% Participação	Quantidade de ações (unidades)	% Participação
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG	-	-	68.621.264	22,58
Samambaia Master Fundo de Investimento em Ações	74.548.846	20,01	53.266.310	17,53
Investimento no Exterior - BDR Nível 1				
Santander PB Fundo de Investimentos em Ações 1	37.863.402	10,16	-	-
Atmos Capital Gestão de Recursos Ltda. ^(a)	-	-	30.602.520	10,07
Verde Asset Management S.A.	18.661.100	5,01	17.095.597	5,62
Mercado (<i>free float</i>)	241.481.976	64,82	134.348.369	44,20
TOTAL	372.555.324	100,00	303.934.060	100,00

^(a) Em 31 de dezembro de 2021, a Atmos Capital Gestão de Recursos Ltda. possuía quantidade de ações inferior a 5%, o que consequentemente suspende a obrigatoriedade de divulgação de participação.

A Light S.A. está autorizada a aumentar o seu capital, mediante deliberação do Conselho de Administração e independentemente de reforma estatutária, até o limite de 408.934.060 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

29.1.1 Oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias ("Follow-on")

Em 22 de janeiro de 2021, encerrou-se a oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações") realizada em conformidade com os procedimentos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários

No âmbito da Oferta Pública, foram colocadas (i) 68.621.264 de novas ações de emissão da Companhia ("Oferta primária"), com o consequente aumento do capital social da Companhia no montante de R\$1.372.425, e (ii) 68.621.264 de ações de emissão da Companhia e de titularidade da CEMIG ("Oferta secundária"), ao preço por ação de R\$20,00.

29.2 Reservas

29.2.1 Reservas de capital

A Companhia oferece a seus administradores e a alguns colaboradores indicados pelo Conselho de Administração plano de opção de compra de ações da Companhia. As opções são precificadas pelo valor justo na data de concessão das outorgas, ajustadas a valor presente, e são reconhecidas de forma linear no resultado pelo prazo de concessão da opção em contrapartida ao patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2021, o montante de R\$18.462 (R\$9.434 em 31 de dezembro de 2020) é decorrente de opções outorgadas referente ao plano de opções.

29.2.2 Reservas de lucro

Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória e foi constituída à base de 5% do lucro líquido de cada exercício, até os limites estabelecidos por Lei.

Reserva de retenção de lucros

Constituída com o lucro líquido remanescente após as destinações com base em orçamento de capital aprovado pelo Conselho de Administração e pelas Assembleias Gerais Ordinárias.

Reserva especial

Conforme artigo nº 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório não será obrigatório no exercício social em que a Diretoria informar à Assembleia geral ordinária ser o pagamento de dividendos incompatível com a situação financeira da Companhia.

Os lucros que deixarem de ser distribuídos serão registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendo assim que o permitir a situação financeira da companhia.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 28 de abril de 2020, foi aprovada a criação da reserva especial com o montante referente aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2019, no montante de R\$315.353.

29.3 Ajuste de avaliação patrimonial

São reconhecidos os efeitos do ajuste a valor justo do ativo imobilizado da controlada Light Energia registrado na data de transição da adoção da IFRS em 1º de janeiro de 2009, líquidos de efeitos de impostos diretos, a uma alíquota de 34%. À medida que os itens forem realizados, os valores registrados nessa conta serão transferidos para a conta de lucros ou prejuízos acumulados.

29.4 Outros resultados abrangentes

São reconhecidos os ganhos ou perdas atuariais decorrentes de alterações de premissas atuariais, como tábua de mortalidade, taxa de desconto das obrigações e também pelas variações no rendimento dos investimentos dos planos de benefício pós-emprego categorizado como de benefícios definidos. Os montantes apresentados estão líquidos de impostos diretos, quando aplicável, a uma alíquota de 34%. As variações em outros resultados abrangentes relacionadas a ganhos ou perdas atuariais não são reclassificadas para o resultado em períodos subsequentes.

29.5 Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo nº 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Os dividendos propostos originalmente no encerramento de cada um dos exercícios foram calculados como se segue:

Cálculo dos dividendos propostos	2021	2020
Lucro líquido do exercício	397.945	691.922
Constituição de reserva legal (5%)	(19.897)	(34.596)
Base de cálculo dos dividendos	378.048	657.326
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	(94.512)	(164.332)
Realização de ajuste avaliação patrimonial	15.325	15.633
Lucros retidos	298.861	508.627

Em 29 de abril de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios à conta do lucro líquido do exercício de 2020, no valor de R\$164.332 (R\$0,54 por ação) que foram pagos em 27 de julho de 2021.

29.6 Resultado por ação

A tabela a seguir concilia o resultado líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, com os montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído.

Resultado por ação	2021	2020
Lucro líquido do exercício	397.945	691.922
Média ponderada do número de ações ordinárias (em unidades)	366.836.885	303.934.060
Lucro básico e diluído por ações ordinárias em reais	1,0848	2,2766

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 não existiam diferenças entre o resultado por ação básico e diluído, uma vez que a Companhia não possuía nenhum instrumento com potencial dilutivo.

30. PLANO DE PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 04 de julho de 2019, foi aprovado o plano de opção de compra de ações da Companhia, destinado aos administradores e empregados da Companhia e de suas controladas. O plano tem o objetivo de reforçar a retenção dos executivos, alinhar os interesses dos acionistas aos das pessoas elegíveis e criar valor para o negócio de forma sustentável e de longo prazo.

O número total de ações que poderão ser adquiridas ou subscritas no âmbito do plano de opção não excederá 2,1% das ações representativas do capital social total da Companhia (incluídas as ações a serem emitidas em decorrência do exercício de opções com base no plano de opção) na data de aprovação do plano de opção.

Uma vez exercida a opção pelos interessados, as referidas ações serão objeto de emissão através de aumento do capital da Companhia. As Opções se tornarão exercíveis na medida em que os respectivos beneficiários permanecerem vinculados como administrador ou empregado da Companhia ou de outra sociedade sob seu controle, pelo período compreendido entre a data de outorga e um prazo a partir de um ano após a concessão, conforme segue:

- (a) 25% (vinte e cinco por cento) das Opções poderão ser exercidas, no todo ou em parte, após o 1º aniversário da data de outorga;
- (b) 25% (vinte e cinco por cento) das Opções poderão ser exercidas, no todo ou em parte, após o 2º aniversário da data de outorga;
- (c) 25% (vinte e cinco por cento) das Opções poderão ser exercidas, no todo ou em parte, após o 3º aniversário da data de outorga; e
- (d) 25% (vinte e cinco por cento) das Opções poderão ser exercidas, no todo ou em parte, após o 4º aniversário da data de outorga.

As Opções não exercidas após o 1º aniversário da data de outorga poderão ser exercidas nos períodos subsequentes e assim sucessivamente para as Opções não exercidas após os demais aniversários até o prazo máximo de vigência das opções, que será de 5 (cinco) anos a partir da data de outorga.

30.1 Preço de exercício das opções

O preço de exercício das opções outorgadas nos termos do plano é de R\$20,54, correspondente à média da cotação das ações da Companhia na B3 S.A., ponderada pelo volume de negociação, nos sessenta pregões anteriores a criação do plano.

O preço de exercício será reduzido pelo valor dos dividendos, juros sobre o capital próprio e outros proventos distribuídos pela Companhia aos acionistas ou quaisquer outros valores por ação colocados à disposição dos acionistas pela Companhia, inclusive em função de redução de capital social sem o cancelamento de ações ou qualquer outra operação societária que implique alocação de recursos aos acionistas ou redução do valor da ações, sempre considerado o período compreendido entre a data de outorga e a data do exercício das opções.

30.2 Beneficiários

Durante o prazo de um ano contado da data de exercício das Opções, os beneficiários não poderão vender, ceder ou, de qualquer forma, alienar as ações da Companhia originalmente adquiridas ou inscritas ao amparo do Plano, bem como aquelas que venham a ser por eles adquiridas em virtude de bonificações, desdobramentos, subscrições ou qualquer outra forma de aquisição e direitos de subscrição de ações ou quaisquer outros valores mobiliários de emissão da Companhia conversíveis em ações ou que outorguem direito à subscrição de ações (*"Lock-Up"*).

Até 31 de dezembro de 2021, o Conselho de Administração outorgou 3.751.400 (três milhões, setecentos e cinquenta e um mil e quatrocentas) Opções aos beneficiários. Montante líquido das opções extintas por desligamento.

30.3 Impactos contábeis

As opções são reconhecidas pelo valor justo, a débito na demonstração do resultado, na rubrica de despesas de pessoal e a crédito no patrimônio líquido, na rubrica de reserva de capital. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi registrado o montante de R\$9.028 (R\$6.255 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020).

31. RECEITA LÍQUIDA

Receita líquida - Consolidado	2021	2020
Fornecimento, suprimento, receita de uso da rede (Nota 31.1)	19.743.178	17.644.526
(-) Multa por violação de padrão de indicador de continuidade	(35.502)	(26.358)
(-) Bônus de redução voluntária do consumo	(169.215)	-
Mecanismo de venda excedente (MVE)	-	20.722
Arrendamentos, aluguéis e outras	78.495	89.522
Receita de construção	967.268	787.778
Renda de prestação de serviço	2.310	12.098
Subvenção CDE	457.289	256.139
Subvenção por redução voluntária do consumo	169.215	-
Serviço taxado	5.764	3.880
Valor justo do ativo financeiro da concessão (Nota 13)	574.231	242.872
Reconhecimento do acordo com Furnas	-	459.541
Receita não faturada - Aportes da CCRBT (Nota 12)	50.312	38.643
Ativos e passivos financeiros do setor (Nota 12)	1.450.927	712.846
RECEITA BRUTA	23.294.272	20.242.209
ICMS	(4.953.277)	(4.236.636)
PIS e COFINS	(1.648.973)	(1.426.974)
Outros	(4.260)	(4.921)
IMPOSTOS SOBRE RECEITA	(6.606.510)	(5.668.531)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(1.550.272)	(1.303.788)
Reserva Global de Reversão – RGR	(10.284)	(12.865)
Empresa de Pesquisa Energética –EPE	(13.683)	(12.407)
Fundo Nacional de Desenvolvimento - FNDCT	(27.372)	(24.814)
Eficiência Energética – PEE	(64.312)	(46.948)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(27.372)	(24.814)
Outros encargos – PROINFA	(63.908)	(41.392)
Outros encargos	(32.639)	(33.182)
IMPOSTOS SOBRE RECEITA	(1.789.842)	(1.500.210)
TOTAL DAS DEDUÇÕES	(8.396.352)	(7.168.741)
RECEITA LÍQUIDA	14.897.920	13.073.468

31.1 Fornecimento, suprimento de energia elétrica e receita de uso da rede

Consolidado	N ° de clientes faturados ^(a) ^(b) ^(c)		GWh ^(a)		R\$	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Residencial	3.937.064	3.974.916	8.145	8.339	6.156.644	5.653.851
Industrial	8.600	9.152	413	477	312.815	292.155
Comércio, serviços e outras	315.770	320.887	4.205	4.587	3.273.361	2.960.811
Rural	9.815	8.816	45	54	9.648	10.000
Poder público	12.655	12.392	1.202	1.278	882.621	737.625
Iluminação pública	765	746	639	764	310.256	290.878
Serviço público	1.882	1.775	955	975	589.001	414.160
Consumo próprio	446	449	117	146	-	-
Receita de uso da rede	1.508	1.224	9.361	9.083	1.833.235	1.430.404
FORNECIMENTO FATURADO	4.288.505	4.330.357	25.082	25.703	13.367.581	11.789.884
ICMS	-	-	-	-	4.944.295	4.226.539
Fornecimento não faturado (líquido de ICMS)	-	-	-	-	(39.719)	131.827
TOTAL FORNECIMENTO	4.288.505	4.330.357	25.082	25.703	18.272.157	16.148.250
Comercialização de energia/outros	-	-	3.847	4.541	1.311.277	1.116.670
ICMS	-	-	-	-	8.982	10.097
Energia de curto prazo	-	-	902	337	150.762	369.509
TOTAL SUPRIMENTO	-	-	4.749	4.878	1.471.021	1.496.276
TOTAL	4.288.505	4.330.357	29.831	30.581	19.743.178	17.644.526

^(a) Não auditado pelos auditores independentes

^(b) Número de contas faturadas em dezembro, com e sem consumo

^(c) Informações relativas a controlada Light SESA

32. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Custos e despesas – Consolidado	Custos com energia		Custos de operação		Despesas gerais e administrativas	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Pessoal e administradores	-	-	(269.029)	(292.102)	(152.307)	(132.415)
Materiais	-	-	(11.599)	(28.231)	(11.928)	(747)
Serviços de terceiros	-	-	(250.669)	(276.076)	(180.813)	(201.518)
Energia elétrica comprada para revenda (Nota 32.1)	(10.427.435)	(7.995.275)	-	-	-	-
Depreciação e amortização	-	-	(653.780)	(565.701)	(24.330)	(25.208)
Provisão esperada para crédito de liquidação duvidosa (PECLD)	-	-	-	-	(597.354)	(618.670)
Provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios, depósitos judiciais e PDV	-	-	-	-	(181.583)	(293.425)
Custo de construção	-	-	(967.268)	(787.778)	-	-
Multas financeiras de clientes e fornecedores	-	-	107.837	107.248	-	-
Outras despesas e custos operacionais	-	-	(5.015)	(40.273)	(41.708)	(19.521)
TOTAL	(10.427.435)	(7.995.275)	(2.049.523)	(1.882.913)	(1.190.023)	(1.291.504)

32.1 Energia elétrica comprada para revenda

Energia elétrica comprada para revenda - Consolidado	GWh ^(a)		R\$	
	2021	2020	2021	2020
Energia comprada para revenda				
Mercado de curto prazo CCEE	(2.694)	(2.337)	(1.405.937)	(633.126)
Itaipu – Binacional	4.523	4.617	(1.581.021)	(1.575.936)
UTE Norte Fluminense	6.351	6.368	(3.414.600)	(2.681.097)
Leilão de energia	9.910	12.313	(3.798.678)	(2.450.221)
Cotas de garantia física	5.938	6.211	(687.018)	(678.496)
Cota de nucleares	863	864	(198.718)	(239.857)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição				
Encargos uso da rede básica e ONS	-	-	(1.170.626)	(1.121.947)
Encargos de conexão - Transmissão	-	-	(96.416)	(72.700)
Encargos uso da rede distribuição - CUSD	-	-	(6.003)	(3.990)
Transporte de energia – Itaipu	-	-	(130.650)	(134.925)
PROINFA	407	436	(138.208)	(133.479)
Crédito de PIS/COFINS sobre compra	-	-	1.052.834	904.382
ICMS sobre compra	-	-	1.147.606	826.117
TOTAL	25.298	28.472	(10.427.435)	(7.995.275)

^(a) Não auditado pelos auditores independentes

33. RESULTADO FINANCEIRO

Resultado financeiro - Consolidado	2021	2020
RECEITA		
Acréscimo moratório sobre venda de energia	55.489	83.585
Rendimento sobre equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	152.118	47.694
Operações de <i>swap</i>	59.548	887.405
Atualização de depósitos judiciais	7.613	4.519
Atualização de ativos e passivos financeiros do setor (Nota 12)	53.469	24.849
Atualização dos créditos de PIS e COFINS sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo (Nota 9)	14.912	29.171
Outras receitas financeiras	39.260	19.445
TOTAL DAS RECEITAS FINANCEIRAS	382.409	1.096.668
DESPESAS		
Atualização monetária das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios	(22.286)	(54.770)
Despesas com passivos tributários	(6.428)	(8.191)
Encargos de empréstimos, financiamentos e debêntures	(698.410)	(543.360)
Variação cambial e monetária de empréstimos, financiamentos e debêntures	(743.095)	(773.636)
Variação cambial sobre faturas de energia	(17.097)	(35.279)
Atualização monetária sobre o GSF	(89.389)	(359.605)
PIS e COFINS sobre receita financeira	(17.299)	(11.250)
Outras despesas financeiras	(118.595)	(44.237)
TOTAL DAS DESPESAS FINANCEIRAS	(1.712.599)	(1.830.328)
RESULTADO FINANCEIRO	(1.330.190)	(733.660)

34. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

34.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

A Companhia mensura ao valor justo utilizando vários métodos que incluem abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

O quadro abaixo apresenta os valores contábeis e valores justos dos principais ativos e passivos financeiros da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

Controladora	Níveis	31.12.2021		31.12.2020	
		Contabilizado	Valor Justo	Contabilizado	Valor Justo
ATIVOS FINANCEIROS (CIRCULANTE/NÃO CIRCULANTE)					
MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO					
Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e bancos (Nota 6)	2	9	9	103	103
Serviços prestados a receber	2	1.474	1.474	829	829
Depósitos vinculados a litígios	2	878	878	684	684
Outros créditos	2	15.941	15.941	755	755
MENSURADO A VALOR JUSTO POR MEIO DE RESULTADO					
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações Financeiras de liquidez imediata (Nota 6)	2	-	-	7.642	7.642
Títulos e valores mobiliários (Nota 7)	2	62.647	62.647	70.781	70.781
TOTAL		80.949	80.949	80.794	80.794
PASSIVO FINANCEIROS (CIRCULANTE)					
MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO					
Fornecedores	2	358	358	136	136
Outros débitos	2	1.900	1.900	386	386
TOTAL		2.258	2.258	522	522

Consolidado	Níveis	31.12.2021		31.12.2020	
		Contabilizado	Valor Justo	Contabilizado	Valor Justo
ATIVOS FINANCEIROS (CIRCULANTE/NÃO CIRCULANTE)					
MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO					
Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e bancos (Nota 6)	2	53.528	53.528	38.562	38.562
Consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes (Nota 8)	2	3.645.368	3.645.368	4.270.741	4.270.741
Serviços prestados a receber	2	17.316	17.316	45.017	45.017
Depósitos vinculados a litígios	2	221.572	221.572	242.132	242.132
Ativos financeiros do setor (Nota 12)	3	1.480.272	1.480.272	73.719	73.719
Outros créditos (Nota 11)	2	614.062	614.062	459.400	459.400
MENSURADO A VALOR JUSTO POR MEIO DE RESULTADO					
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações Financeiras de liquidez imediata (Nota 6)	2	343.249	343.249	614.638	614.638
Títulos e valores mobiliários (Nota 7)	2	3.208.196	3.208.196	2.436.476	2.436.476
Ativo financeiro da concessão (Nota 13)	3	6.821.988	6.821.988	5.197.313	5.197.313
Instrumentos financeiros derivativos <i>swaps</i>	2	190.409	190.409	1.116.503	1.116.503
TOTAL		16.595.960	16.595.960	14.494.501	14.494.501
PASSIVO FINANCEIROS (CIRCULANTE/ NÃO CIRCULANTE)					
MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO					
Fornecedores (Nota 18)	2	2.154.037	2.154.037	3.439.767	3.439.767
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	2	4.409.020	4.288.734	4.410.729	3.548.796
Debêntures (Nota 21)	2	6.735.306	6.435.889	5.273.240	5.359.474
Passivos financeiros do setor (Nota 12)	3	276.353	276.353	-	-
Obrigações por arrendamento mercantil (Nota 25)	2	63.271	63.271	105.927	105.927
Encargos regulatórios (Nota 26)	2	313.778	313.778	275.479	275.479
Outros débitos (Nota 27)	2	612.041	612.041	430.325	430.325
MENSURADO A VALOR JUSTO POR MEIO DE RESULTADO					
Instrumentos financeiros derivativos <i>swaps</i>	2	3.975	3.975	-	-
TOTAL		14.567.781	14.148.078	13.935.467	13.159.768

34.2 Gerenciamento de riscos e objetivos alcançados

34.2.1 Risco de mercado

No curso normal de seus negócios, a Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado relacionados a variações cambiais e taxas de juros. Segue abaixo o quadro com a abertura do principal da dívida por moeda e indexador (não inclui custos de captação e de emissão):

Moeda e indexador - Consolidado	31.12.2021		31.12.2020	
	R\$	%	R\$	%
USD	3.587.594	32,2	2.858.210	29,8
TOTAL - MOEDA ESTRANGEIRA	3.587.594	32,2	2.858.210	29,8
CDI	2.954.652	25,7	3.025.723	31,6
IPCA	4.617.877	42,0	3.597.490	37,6
TJLP	-	-	14.171	0,1
Outros	9.919	0,1	88.777	0,9
TOTAL - MOEDA NACIONAL	7.582.448	67,8	6.726.161	70,2
TOTAL	11.170.042	100,0	9.584.371	100,0

Para o montante da dívida em moeda estrangeira, foram contratados instrumentos de derivativos financeiros, na modalidade de *swap*, de acordo com a política para utilização de instrumentos derivativos aprovada pelo Conselho de Administração. Dessa forma, considerando os swaps, a exposição cambial da Companhia relacionada à dívida, em 31 de dezembro de 2021, é de 0,2% do total da dívida em moeda estrangeira (0,2% em 31 de dezembro de 2020).

34.2.2 Risco de taxa de câmbio

Para a parte dos empréstimos e financiamentos denominada em moeda estrangeira, a Companhia se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (operações de “*swap*”) para proteção do serviço associado a tais dívidas (principal mais juros e comissões) a vencer em até 24 meses. As captações realizadas através da Resolução BACEN 4.131 no contrato celebrado com o Citibank e a emissão dos *Bonds* no Mercado Internacional, já foram contratadas com *swap* para todo o prazo da dívida, devidamente pré-aprovadas pelo Conselho de Administração.

Segue abaixo o quadro com a composição das operações de derivativos existentes em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

Instituição	Controlada	Moeda	Companhia recebe	Companhia paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor Nocial (R\$) 31.12.2021	Valor Nocial (US\$) 31.12.2021	Swap (accrual) (R\$) 31.12.2021	Swap valor justo (contábil) (R\$) 31.12.2021	Valor Justo x Accrual 31.12.2021
Citibank	Light SESA	US\$	US\$+Libor3M+1,18%	CDI+1,85%	31.12.2021	31.03.2025	223.220	40.000	(6.498)	(2.845)	3.653
Bradesco (Bond 2021)	Light SESA	US\$	US\$+4,3750 % a.a.	143,24% CDI	18.06.2021	18.06.2026	1.450.930	260.000	(137.337)	(84.877)	52.460
Santander (Bond 2021)	Light SESA	US\$	US\$+4,3750 % a.a.	143,24% CDI	18.06.2021	18.06.2026	279.025	50.000	(26.411)	(16.322)	10.089
M. Stanley (Bond 2021)	Light SESA	US\$	US\$+4,3750 % a.a.	144,40% CDI	18.06.2021	18.06.2026	279.025	50.000	(26.401)	(15.212)	11.189
XP (Bond 2021)	Light SESA	US\$	US\$+4,3750 % a.a.	143,65% CDI	18.06.2021	18.06.2026	223.220	40.000	(21.126)	(12.744)	8.382
Itaú (Bond 2021)	Light Energia	US\$	US\$+4,3750 % a.a.	146,10% do CDI	18.06.2021	18.06.2026	558.050	100.000	(52.772)	(27.166)	25.606
Citi (Bond 2021)	Light Energia	US\$	US\$+4,3750 % a.a.	144,10% do CDI	18.06.2021	18.06.2026	279.025	50.000	(26.403)	(17.075)	9.328
Santander (Bond 2021)	Light Energia	US\$	US\$+4,3750 % a.a.	145,49% do CDI	18.06.2021	18.06.2026	279.025	50.000	(26.391)	(14.168)	12.223
TOTAL							3.571.520	640.000	(323.339)	(190.409)	132.930

Instituição	Controlada	Moeda	Light Recebe	Light Paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor Nocial (R\$) 31.12.2020	Valor Nocial (US\$) 31.12.2020	Swap (accrual) (R\$) 31.12.2020	Swap valor justo (contábil) (R\$) 31.12.2020	Valor Justo x Accrual 31.12.2020
Citibank	Light SESA	US\$	US\$+Libor3M+1,02%	CDI+1,50%	05.09.2019	08.09.2021	415.736	80.000	(81.552)	(78.204)	3.348
Bradesco (Bond)	Light SESA	US\$	US\$+7,25 % a.a.	143,10% CDI	03.05.2018	03.05.2023	519.670	100.000	(104.400)	(236.151)	(131.751)
Bradesco (Bond)	Light SESA	US\$	US\$+7,25 % a.a.	142,48% CDI	03.05.2018	03.05.2023	831.472	160.000	(347.999)	(378.199)	(30.200)
Santander (Bond)	Light SESA	US\$	US\$+1,27940 % a.a.	18,62% CDI	03.05.2018	03.05.2023	86.433	16.632	(2.256)	(25.750)	(23.494)
Citibank	Light Energia	US\$	US\$+Libor3M+0,91%	CDI+1,30%	05.09.2019	08.09.2021	415.736	80.000	(81.566)	(78.290)	3.276
Itaú (Bond)	Light Energia	US\$	US\$+7,25 % a.a.	143,10% CDI	03.05.2018	03.05.2023	519.670	100.000	(175.959)	(236.151)	(60.192)
BBM (Bond)	Light Energia	US\$	US\$+7,25 % a.a.	142,75% CDI	03.05.2018	03.05.2023	155.901	30.000	(52.789)	(70.883)	(18.094)
Santander (Bond)	Light Energia	US\$	US\$+1,27940 % a.a.	18,62% CDI	03.05.2018	03.05.2023	43.216	8.316	(1.128)	(12.875)	(11.747)
TOTAL							2.987.834	574.948	(847.649)	(1.116.503)	(268.854)

O valor contabilizado encontra-se mensurado pelo seu valor justo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020. Todas as operações com instrumentos financeiros derivativos encontram-se registradas em câmaras de liquidação e custódia e não existe nenhuma margem depositada em garantia. As operações não possuem custo inicial.

A diferença entre o valor na curva (*accrual*) e o valor a mercado se dá pela distinta metodologia de cálculo, pois enquanto o saldo de *swap* na curva é calculado pelo valor do principal mais juros e câmbio atualizados até 31 de dezembro de 2021, o saldo do *swap* a mercado é calculado considerando a curva futura dos indicadores descontada pelo cupom cambial.

Em atendimento às práticas contábeis brasileiras e ao IFRS, o valor dos instrumentos de derivativos é registrado a valor justo, que se aproxima aos valores de mercado.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade para oscilações das taxas de câmbio, demonstrando os possíveis impactos no resultado financeiro da Companhia. Essas análises de sensibilidade foram preparadas assumindo que o valor dos saldos patrimoniais estivesse em aberto durante todo o período.

A metodologia utilizada para o “cenário provável” considerou a melhor estimativa da taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2022. Vale lembrar que, por se tratar de uma análise de sensibilidade do impacto no resultado financeiro nos próximos doze meses, consideraram-se os saldos da dívida em 31 de dezembro de 2021. É importante salientar que o saldo das aplicações financeiras oscilará de acordo com a necessidade ou disponibilidade de caixa da Companhia, bem como o comportamento dos saldos de dívida e derivativos respeitará seus respectivos contratos.

Análise de sensibilidade da taxa de câmbio, com apresentação dos efeitos no resultado antes dos impostos, utilizando as taxas e as projeções da B3 e BNDES em 31 de dezembro de 2021.

Operação	Controlada	Risco	Dívida - US\$ Mil	R\$		
				Cenário provável (I)	Cenário (II) + 25%	Cenário (III) + 50%
PASSIVOS FINANCEIROS				(383.305)	(1.378.121)	(2.372.942)
TN - <i>Par Bond</i>	Light SESA	US\$	39.422	(23.450)	(84.311)	(145.173)
TN - <i>Caução - Par Bond</i>	Light SESA	US\$	(37.256)	22.161	79.678	137.194
TN - <i>Discount Bond</i>	Light SESA	US\$	27.230	(16.198)	(58.236)	(100.275)
TN - <i>Caução - Discount Bond</i>	Light SESA	US\$	(25.940)	15.430	55.478	95.525
4131 Citibank 2021	Light SESA	US\$	40.002	(23.795)	(85.550)	(147.306)
<i>Bonds (2021)</i>	Light SESA	US\$	400.632	(238.312)	(856.821)	(1.475.331)
<i>Bonds (2021)</i>	Light Energia	US\$	200.292	(119.141)	(428.359)	(737.576)
DERIVATIVOS				381.247	1.370.731	2.360.213
<i>Swaps</i> de moeda (ponta ativa)	Light SESA	US\$	(440.633)	262.106	942.372	1.622.637
<i>Swaps</i> de moeda (ponta ativa)	Light Energia	US\$	(600.924)	119.141	428.359	737.576
TOTAL				(2.058)	(7.390)	(12.729)
Referência para Ativos e Passivos Financeiros					+25%	+50%
Cotação R\$/US\$ (em 31.12.2022)				6,18	7,72	9,26

34.2.3 Risco de taxa de juros

Este risco deriva do impacto das oscilações nas taxas de juros não só sobre a despesa financeira associada aos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia, como também sobre as receitas financeiras oriundas de suas aplicações financeiras. A política para utilização de derivativos aprovada pelo Conselho de Administração não compreende a contratação de instrumentos contra esse risco. No entanto, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de forma a avaliar a eventual necessidade de contratar derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas, sendo que, para estes casos, é solicitada aprovação prévia ao Conselho de Administração.

Segue quadro abaixo com a posição das operações de swap de juros vigentes em 31 de dezembro de 2021:

Instituição	Controlada	Companhia recebe	Companhia paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor Nocial (R\$) 31.12.2021	Swap (accrual) (R\$) 31.12.2021	Swap valor justo (contábil) (R\$) 31.12.2021	Valor Justo x Accrual 31.12.2021
Itaú	Light Energia	IPCA + 4,85% a.a.	CDI + 1,20%	11.08.2021	17.07.2028	314.719	(11.371)	2.385	13.756
Bradesco	Light Energia	IPCA + 4,85% a.a.	CDI + 1,20%	11.08.2021	17.07.2028	209.813	(7.581)	1.590	9.171
TOTAL						524.532	(18.952)	3.975	22.927

O swap de juros contratado com os bancos Itaú e Bradesco na controlada Light Energia está associado ao vencimento da 7ª Emissão de debentures.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade para oscilações das taxas de juros, demonstrando os possíveis impactos no resultado antes dos impostos. Essas análises de sensibilidade foram preparadas assumindo que o valor dos saldos patrimoniais estivesse em aberto durante todo o período.

A metodologia utilizada para o “cenário provável” considerou a melhor estimativa da taxa de juros em 31 de dezembro de 2022. Vale lembrar que por se tratar de uma análise de sensibilidade do impacto no resultado financeiro nos próximos doze meses, consideraram-se os saldos da dívida e das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2021. É importante salientar que o comportamento dos saldos de dívida e derivativos respeitará seus respectivos contratos, bem como o saldo das aplicações financeiras oscilará de acordo com a necessidade ou disponibilidade de caixa da Companhia.

Análise de sensibilidade das taxas de juros, com apresentação dos efeitos no resultado antes dos impostos, utilizando as taxas e as projeções da B3 e BNDES em 31 de dezembro de 2021.

Operação	Controlada	R\$		
		Cenário provável (I)	Cenário (II) + 25%	Cenário (III) + 50%
ATIVOS FINANCEIROS		270.852	163.262	55.673
Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários ^(a)		270.852	163.262	55.673
PASSIVOS FINANCEIROS POR RISCOS		638	(158.394)	(317.427)
Libor6M	Light SESA	(1.299)	(1.752)	(2.206)
Libor3M	Light SESA	(1.969)	(2.578)	(3.187)
CDI	Light SESA	(231.191)	(323.027)	(414.862)
IPCA	Light SESA	210.281	152.334	94.387
CDI	Light Energia	(2.005)	(2.801)	(3.598)
IPCA	Light Energia	26.821	19.430	12.039
DERIVATIVOS		(381.492)	(533.031)	(684.569)
Swaps de moedas (ponta passiva) ^(a)		(342.616)	(478.712)	(614.808)
Swaps de taxa (ponta passiva)	Light Energia	(38.876)	(54.319)	(69.761)
TOTAL		(110.002)	(528.163)	(946.323)

Referência para Ativos Financeiros			-25%	-50%
CDI (em 31.12.2022)		11,84%	8,88%	5,92%
Referência para Passivos financeiros			+25%	+50%
CDI (% em 31.12.2022)		11,84%	14,81%	17,77%
IPCA (% em 31.12.2022)		5,28%	6,59%	7,91%
Libor3M (% em 31.12.2022)		1,08%	1,35%	1,62%
Libor6M (% em 31.12.2022)		1,18%	1,48%	1,78%

^(a) Inclui as controladas do grupo Light

34.2.4 Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência dos seus consumidores ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia utiliza de todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador, tais como corte por inadimplência, negativação de clientes inadimplentes em empresas de proteção ao crédito e cobrança judicial. O risco de crédito das contas a receber encontra-se pulverizado considerando a base de clientes da Companhia. Uma análise de redução ao valor recuperável é efetuada a cada data de reporte usando uma matriz de provisão para avaliar as perdas de crédito esperadas. A exposição máxima ao risco de crédito em 31 de dezembro de 2021 é o valor contábil de cada classe de ativos financeiros divulgada na Nota 8. O Grupo não possui ou mantém ativos que tenham sido dados em garantia por terceiros.

No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. A Companhia possui uma política de não manter a carteira concentrada em uma determinada instituição financeira. Desta forma, a política tem como princípio controlar a concentração da carteira através de limites impostos aos Grupos e acompanhar as instituições financeiras através do seu patrimônio líquido e de seus *ratings*.

Por meio de sua política a Companhia poderá aplicar os recursos em produtos de renda fixa, pós-fixados indexados ao CDI e Títulos públicos pós-fixados.

34.2.5 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os recursos captados são apresentadas nas Notas 20 e 21.

A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial, do mercado financeiro e de empresas ligadas, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

A Companhia gerencia o risco de liquidez por meio do acompanhamento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros e de seus limites de indicadores financeiros e cláusulas restritivas (*covenants*).

As notas de crédito (*rating*) atribuídas à Companhia pelas agências de classificação de risco são como seguem:

Ratings	Nacional	Internacional	Data de publicação
Fitch	AA-	BB-	21.01.2022
S&P	AA+	-	27.07.2021
Moody's	AA-.br	Ba3	23.02.2022

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, acarretar perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica. O prolongamento da geração de energia por meio de termelétricas pode pressionar o aumento dos custos para as distribuidoras de energia, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa no curto prazo, que são recuperáveis dentro do arcabouço regulatório vigente, e pode impactar em aumentos tarifários futuros. Com a cobrança das bandeiras tarifárias, a Companhia diminui, em parte, uma maior exposição da variação do custo de compra de energia, reduzindo assim, o risco de liquidez.

O fluxo de realização para as obrigações assumidas em suas condições contratuais, as quais incluem juros futuros, quando aplicáveis, até a data dos vencimentos contratuais, são apresentadas conforme quadro abaixo:

Instrumentos a taxas de juros:	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Pós Fixadas					
Empréstimos, Financiamentos e debêntures	(124.749)	(2.355.985)	(9.224.285)	(1.362.814)	(13.067.833)
Pré-Fixadas					
Empréstimos, Financiamentos e debêntures	(5.912)	(19.399)	(391.967)	-	(417.278)
Fornecedores	(2.154.037)	-	-	-	(2.154.037)
Swap	4.643	13.930	(205.007)	-	(186.434)
TOTAL	(2.280.055)	(2.361.454)	(9.821.259)	(1.362.814)	(15.825.582)

34.2.6 Risco de sobrecontratação ou subcontratação de energia

A venda ou compra de energia no mercado de curto prazo (MCP) para cobrir exposição positiva ou negativa da energia contratada para atendimento ao mercado cativo da controlada Light SESA é um risco inerente ao negócio de distribuição de energia elétrica. O limite regulatório para o repasse integral aos consumidores da exposição ao MCP, valorada pela diferença entre o preço médio de compra de energia da distribuidora e o preço de liquidação de diferenças (PLD) é 105% da energia requerida regulatória da distribuidora. As exposições que, comprovadamente, decorram de fatores que fogem ao controle da distribuidora (exposições involuntárias), também, podem ser repassadas integralmente aos consumidores.

A estratégia para contratação de energia pela Companhia busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 105%, minimizando os custos com a compra de energia requerida para atendimento ao mercado cativo. Adotou-se, dessa forma, uma abordagem de gestão de risco na compra de energia focada na identificação, mensuração de volume, preços e período de suprimento, além da utilização de ferramentas de otimização para suporte na decisão de contratação de energia.

34.2.7 Riscos socioambientais

Os riscos socioambientais estão relacionados aos aspectos ambientais, à segurança da força de trabalho e da população, às questões relacionadas aos empregados, aos fornecedores e aos impactos na sociedade como um todo. Nesse sentido, a Companhia atua de forma contínua para promover a melhoria da sua gestão ambiental e social, de forma a mitigar esses riscos, por meio de diversos compromissos:

- (i) Atender à legislação ambiental vigente e aos padrões de qualidade ambiental por meio do Sistema de Gestão Ambiental (SGA), baseado na ISO 14001, que avalia e monitora os aspectos e impactos do parque operacional da Companhia, mitigando o risco de multas, embargos de empreendimentos, acidentes, ações judiciais e danos à imagem da Light;
- (ii) Nas usinas e nas estruturas associadas ao parque gerador de energia da Companhia, além da certificação na ISO 14001, atender às normas ISO 9001, de qualidade, e ISO 45001, de gestão de saúde e segurança ocupacional, formando um Sistema de Gestão Integrado (SGI);
- (iii) Investir na promoção da saúde e na prevenção de acidentes, aplicando recursos na melhoria de processos e procedimentos, capacitando e sensibilizando a força de trabalho, em paralelo a campanhas de comunicação relacionadas aos riscos da rede elétrica para a população e à importância da adoção de medidas pessoais de segurança;

- (iv) Oferecer benefícios para os empregados da Companhia que englobam planos de previdência privada, pela Braslight, assistência médica e odontológica extensivas a dependentes, auxílio alimentação e/ou refeição, auxílio natalino, auxílio-creche, complementação de auxílio doença, auxílio psicopedagógico para dependentes de empregados com necessidade de tratamentos neuropsíquicos, assistência social e psicológica, seguro de vida, auxílio funeral e bolsas de estudo de ensino médio técnico para empregados e dependentes;
- (v) Estreitar o relacionamento com as comunidades da área de concessão, por meio do Programa Comunidades, fortalecendo o vínculo empresa/cliente e regularizando o fornecimento de energia e arrecadação nessas áreas, além de incentivar o cadastramento de moradores na Tarifa Social; e
- (vi) Garantir o alinhamento dos fornecedores com as diretrizes de direitos humanos, práticas trabalhistas e redução de impactos socioambientais que são adotadas pela Companhia, estabelecendo critérios para a seleção e gestão desses fornecedores contemplando o cumprimento do Acordo de Responsabilidade Social e do Código de Ética e Conduta Empresarial da Companhia.

No que se refere à nossa cadeia de valor, para garantir que os fornecedores da Companhia estejam alinhados com as diretrizes relacionadas aos direitos humanos, práticas trabalhistas e redução de impactos na sociedade, inclusive ambientais, adotadas pela Companhia, são estabelecidos critérios de seleção e gestão de fornecedores, que contemplam o cumprimento do estabelecido no Acordo de Responsabilidade Social e no Código de Ética e Conduta Empresarial da Companhia.

34.2.8 Riscos de continuidade da concessão

A Companhia e suas controladas conduzem suas atividades de geração e distribuição de energia elétrica de acordo com contratos de concessão e a legislação do setor elétrico, incluindo todas as resoluções emitidas pela ANEEL.

O quinto aditivo ao contrato de concessão da controlada Light SESA, celebrado em março de 2017 possui cláusulas que condicionam a continuidade da concessão ao cumprimento, por parte da controlada Light SESA, de novos critérios de eficiência com relação à qualidade da prestação do serviço e à sustentabilidade econômico-financeira da referida companhia.

Os critérios de eficiência com relação (i) à qualidade do serviço prestado são mensurados por indicadores que consideram a frequência e a duração média das interrupções do serviço de distribuição de energia, e os limites globais anuais definidos no referido aditivo; e (ii) à gestão econômica e financeira são mensurados por indicadores que consideram o nível de endividamento da companhia e limites os quais estão definidos no referido termo aditivo.

O inadimplemento do critério de qualidade da prestação do serviço será verificado nos casos em que houver o não atendimento dos indicadores por:

- (a) dois anos consecutivos no período entre 2018 e 2021 para o indicador de qualidade do serviço prestado;
- (b) dois anos consecutivos no período entre 2018 e 2019 para o indicador de gestão econômico-financeira;
- (c) especificamente no ano de 2022 para o indicador de qualidade do serviço prestado;
- (d) especificamente no ano de 2020 para o indicador de gestão econômico-financeira;
- (e) por dois anos consecutivos a partir de 2021 para o indicador de gestão econômico-financeira; ou
- (f) por três anos consecutivos a partir de 2023 para o indicador de qualidade do serviço prestado.

O descumprimento em função dos itens (a), (b), (c) e (d) acima, implica na instauração de processo administrativo para extinção da concessão, enquanto o descumprimento em função dos itens (e) e (f), acarreta a abertura de processo de caducidade, no qual se procederá com a apuração da inadimplência da concessionária.

Para o exercício findos em 2018, 2019 e 2020, a controlada Light SESA atendeu aos indicadores de qualidade do serviço prestado e de sustentabilidade econômico-financeira.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a controlada Light SESA atendeu aos indicadores de qualidade do serviço prestado e de sustentabilidade econômico-financeira, mas aguarda a homologação da ANEEL.

34.3 Gestão do capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A dívida líquida consolidada do Grupo em relação ao seu patrimônio líquido é apresentada a seguir:

Consolidado	31.12.2021	31.12.2020
Dívida de financiamentos, empréstimos e debêntures	11.144.326	9.683.969
Instrumentos financeiros derivativos <i>swaps</i>	(186.434)	(1.116.503)
Dívida bruta	10.957.892	8.567.466
(-) Caixa e equivalentes de caixa e TVM	3.604.973	3.089.676
Dívida líquida (A)	7.352.919	5.477.790
Patrimônio líquido (B)	8.733.101	7.076.212
Percentual de capital de terceiros - % (A÷ (B+A))	46%	44%

35. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo Light possuía seguros com cobertura abrangendo seus principais ativos, dentre os quais podemos citar:

Seguro de riscos operacionais - cobre os danos causados às Usinas Hidroelétricas e Termoelétricas, incluindo, mas não limitada a todo seu maquinário, turbinas a vapor, turbinas a gás, geradores, caldeiras, transformadores, canais, túneis, barragens, vertedouros, obras civis, escritórios e depósitos. Todos os ativos estão segurados na modalidade de Riscos Operacionais, com cobertura "All Risks", incluindo-se linhas de transmissão e distribuição até 1.000 pés do local de geração.

Seguro de responsabilidade civil de administradores e diretores (D&O) - tem por objetivo proteger os Executivos por perdas e danos resultantes do exercício das suas funções inerentes ao cargo ou posição como Conselheiros, Diretores e Administradores da Sociedade.

Seguro de responsabilidade civil e geral - objetiva o pagamento de indenização caso a Companhia venha a ser responsabilizada civilmente por meio de sentença transitada em julgado ou acordo autorizado pela seguradora, relativas a reparações por danos materiais e corporais involuntários, causados a terceiros e também aqueles relacionados à poluição, contaminação, vazamentos súbitos e ou acidentais.

A composição dos principais seguros considerada pela Diretoria é resumida conforme a seguir:

Riscos	Data de vigência		Importância assegurada	Limite máximo de garantia (LMG)
	De	Até		
Directors & Officers (D&O)	10.08.2021	10.08.2022	N/A	100.000
Responsabilidade civil e geral ^(a)	31.10.2021	02.01.2022	N/A	20.000
Riscos operacionais ^(a)				
Light SESA	31.10.2021	02.01.2022	3.887.044	300.000
Light Energia e Lajes Energia	31.10.2021	02.01.2022	5.863.433	300.000

^(a) Os seguros foram renovados com vigência atual de 02.01.2022 até 02.01.2023, sem qualquer alteração na importância assegurada e LMG.

Os seguros da Companhia não fazem parte do escopo de auditoria dos nossos auditores independentes.

36. COMPROMISSOS CONTRATUAIS

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas possuem os seguintes compromissos contratuais relevantes não reconhecidos nas demonstrações contábeis:

36.1 Contratos de venda de energia elétrica gerada

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía compromissos de venda de energia, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Ano	Energia convencional contratada (R\$ mil) ^(a)	Energia incentivada contratada (R\$ mil) ^(a)
2022	825.707	64.554
2023	855.630	46.574
2024	878.744	48.087
2025	631.536	49.530
2026	650.483	51.016
2027	669.997	52.547

^(a) Não auditado pelos auditores independentes

36.2 Contratos de compra de energia elétrica

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía compromissos de compra de energia, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Ano	Total de contratos em R\$ ^(a)
2022	7.403
2023	8.046
2024	7.508
2025	5.757
2026	5.426

^(a) Não auditado pelos auditores independentes

37. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Companhia e suas controladas realizaram atividades de investimento e financiamento que não envolveram caixa, conforme demonstrado abaixo:

Consolidado	2021	2020
Aquisição de ativo intangível em contrapartida a fornecedor	35.119	11.450
Repactuação do GSF na Light Energia - Lei 14.052/2020	-	433.829

38. EVENTOS SUBSEQUENTES

Reajuste tarifário 2022

Em 15 de março de 2022, foi aprovado pela ANEEL o processo de reajuste das tarifas da controlada Light SESA. O resultado, homologado através da Resolução Homologatória nº 3.014/2022, representa um reajuste tarifário médio para o consumidor de 14,68%, e engloba todas as classes de consumo (residencial, industrial, comercial, rural e outras). O índice de reajuste é constituído de dois componentes: (i) estrutural, que passa a integrar a tarifa, de 13,32%, compreendido pelos custos não gerenciáveis (Parcela A) e gerenciáveis (Parcela B); e (ii) componente financeiro negativo que somam 1,34%, aplicado exclusivamente aos próximos 12 meses, onde foi considerado a devolução dos valores oriundos de créditos tributários referentes ao trânsito em julgado da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS no montante de R\$1.050.000. As novas tarifas entraram em vigor a partir de 15 de março de 2022.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Firmino Ferreira Sampaio Neto
Ana Amelia Campos Toni
Yuiti Matsuo Lopes
Abel Alves Rochinha
Helio Paulo Ferraz
Wilson Martins Poit
Carlos Vinicius de Sá Roriz
Lavinia Rocha de Hollanda
Vanessa Claro Lopes

CONSELHO FISCAL

EFETIVOS	SUPLENTES
Luiz Paulo de Amorim	Natalia Carneiro de Figueiredo
Sergio Xavier Fortes	(Vago)
Ary Waddington	Marcelo Souza Monteiro

DIRETORIA EXECUTIVA

Raimundo Nonato Alencar de Castro - Diretor Presidente
Gisomar Francisco de Bittencourt Marinho - Diretor e Diretor de Relações com Investidores
Déborah Meirelles Rosa Brasil - Diretora
Daniel Campos Negreiros - Diretor
Alessandra Genu Dutra Amaral - Diretora
Carla Ferreira Medrado - Diretora
Thiago Freire Guth - Diretor

SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLADORIA

Eduardo Fonseca Coelho	Simone da Silva Cerutti de Azevedo
Superintendente de Controladoria	Contadora - Gerente de Contabilidade
CPF 978 351 536-53	CPF 094.894.347-52
	CRC-RJ 103826/O-9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
Light S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Light S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reconhecimento da receita de energia distribuída, mas não faturada

As receitas das controladas da Companhia são oriundas, principalmente, do fornecimento de energia, sendo reconhecidas quando do consumo da energia pelo consumidor, conforme regime de competência, independente do seu faturamento, uma vez que o faturamento é efetuado tomando como base ciclos de leitura que em alguns casos se sucedem ao período de encerramento contábil. O saldo de contas a receber derivado do fornecimento não faturado totaliza R\$ 635.102 mil em 31 de dezembro de 2021 e está divulgado na nota explicativa 8 às demonstrações financeiras.

O cálculo da receita não faturada foi considerado um assunto significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos e às especificidades atreladas ao processo de estimativa, o qual leva em consideração dados históricos, parametrização de sistemas, além de julgamentos por parte da diretoria acerca da estimativa de consumo por parte dos consumidores, a fim de garantir que a receita seja contabilizada na competência correta.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento do ambiente de controles internos implementados pela Companhia para o cálculo da receita não faturada; (ii) a compreensão e documentação do processo de estimativa, determinação e revisão das premissas por parte da diretoria; (iii) testes sobre a integridade e precisão dos dados de consumo de energia e correspondentes tarifas aprovadas pelo órgão regulador utilizados na realização dos cálculos da estimativa de receita não faturada; (iv) recálculo destas receitas; e (v) análise de lançamentos manuais e eletrônicos que poderiam se sobrepor aos controles internos para o fluxo das transações de reconhecimento da receita não faturada.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as receitas não faturadas, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que as políticas de mensuração e reconhecimento das receitas não faturadas adotadas pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 8, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

Conforme divulgado na nota explicativa 23, a Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos administrativos e judiciais oriundos de diversas contingências fiscais, trabalhistas e cíveis, cujo valor agregado totaliza R\$ 10.465.349 mil em 31 de dezembro de 2021, para os quais nenhuma provisão foi constituída considerando que a sua probabilidade de perda foi avaliada como possível. Desse montante, R\$ 8.740.113 mil se referem a ações de natureza fiscal. Nessa avaliação, a diretoria da Companhia conta com a assistência de assessores jurídicos externos.

Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos nos processos, bem como pela complexidade dos assuntos e do ambiente tributário no Brasil.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos incluíram, dentre outros, realização de reuniões periódicas com a administração e revisão das atas do Conselho de Administração para discutir a evolução dos principais processos judiciais em aberto. Também obtivemos cartas de confirmação diretamente dos assessores jurídicos externos da Companhia e suas controladas, a fim de comparar suas avaliações acerca das causas em aberto com as posições consideradas pela diretoria.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que a mensuração das causas classificadas como possível, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 23 são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Realização de créditos fiscais diferidos

Conforme divulgado na nota explicativa 10, as controladas da Companhia possuem valores relevantes de créditos fiscais diferidos referentes a prejuízos fiscais, base negativas e diferenças temporárias.

Esse assunto foi considerado um assunto significativo para a nossa auditoria devido ao grau de julgamento envolvido no processo referente à estimativa de realização dos créditos de prejuízos fiscais, uma vez que é necessário que a diretoria realize projeções, com premissas subjetivas, e que as controladas da Companhia possuam lucros tributários futuros para a realização de tais créditos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos incluíram, dentre outros: (i) entendimento do ambiente de controles internos implementados pela Companhia para o reconhecimento e o acompanhamento dos créditos fiscais diferidos; (ii) utilização de especialistas em tributos para nos auxiliar na revisão da apuração dos impostos; e (iii) a revisão das principais premissas e metodologia utilizadas pela diretoria nas projeções de lucros tributários futuros para fins de recuperabilidade dos créditos fiscais diferidos.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que a realização dos créditos fiscais diferidos, bem como as respectivas divulgações na nota explicativa 10 são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 24 de março de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC-1RJ090174/O-4

Rio de Janeiro, 24 de março de 2022.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, bem como concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S.S., referenciadas no Relatório dos Auditores Independentes.

Raimundo Nonato Alencar de Castro
Diretor Presidente

Gisomar Francisco de Bittencourt Marinho
Diretor e Diretor de Relações com Investidores

Déborah Meirelles Rosa Brasil
Diretora

Daniel Campos Negreiros
Diretor

Alessandra Genu Dutra Amaral
Diretora

Carla Ferreira Medrado
Diretora

Thiago Freire Guth
Diretor

Anexo I

Parecer do Comitê de Auditoria Estatutário da Light S.A. (“Companhia” ou “Light”)

Ao longo do exercício de 2021, o Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia (“CAUDIT” ou “Comitê”), realizou reuniões ordinárias, conforme previstas no calendário anual de reuniões, aprovado pelo Conselho de Administração, e extraordinárias para análise dos assuntos de sua competência, em conformidade com o previsto no Estatuto Social da Companhia e no Regimento Interno do CAUDIT.

As reuniões contaram com a participação dos representantes dos auditores independentes (Ernst Young – “EY”), dos profissionais da Light responsáveis pela área de auditoria interna, riscos e compliance, bem como de membros da Diretoria, sem prejuízo da presença de outros profissionais da Companhia, quando necessário, para a análise de temas específicos.

No exercício de suas atribuições, destacam-se as seguintes atividades desempenhadas:

1. Monitoramento da qualidade e integridade das Informações Trimestrais de Resultados (“ITR”) e das Demonstrações Financeiras Padronizadas (“DFP”), previamente à sua publicação;
2. Avaliação da qualidade e integridade dos relatórios financeiros, de controles internos fornecidos pela Companhia;
3. Acompanhamento da auditoria externa realizada pela EY quanto aos trabalhos relacionados às demonstrações contábeis e relatórios financeiros e recomendações por ela emitidas;
4. Exame e acompanhamento do Plano Anual de Auditoria Externa e o Plano Anual de Auditoria Interna;
5. Monitoramento dos programas de integridade / conformidade (*compliance*) e sua adequação à complexidade e aos riscos envolvidos nas atividades da Companhia;
6. A avaliação da efetividade das auditorias independente e interna;
8. Supervisão das atividades da área de controles internos, incluindo o monitoramento da qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos da Companhia e de suas controladas, apresentando recomendações de aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos, quando considerados necessários;
9. Supervisão das atividades da auditoria interna da Companhia e de suas controladas, incluindo o monitoramento da efetividade e da suficiência da estrutura, bem como a qualidade e integridade dos processos de auditoria interna e independente, apresentando propostas ao Conselho de Administração e à Diretoria de ações necessárias para aperfeiçoá-las;
11. Assessoramento ao Conselho de Administração na definição dos padrões de qualidade dos relatórios financeiros e dos controles internos; e
12. A análise prévia dos assuntos submetidos para deliberação do Conselho de Administração pertinentes ao Comitê, emitindo recomendações para auxílio aos conselheiros na tomada de decisão.

No entendimento do Comitê, a forma e as ações adotadas pela Companhia para monitorar os sistemas de controles internos e gestão de riscos, em seus aspectos relevantes, estão em processo de evolução satisfatória.

Com base nos exames e nas informações fornecidas pela EY, o Comitê avaliou que houve objetividade e independência nos trabalhos dos Auditores Independentes, e não identificou situações que pudessem afetá-las. Avalia como satisfatória as estruturas da Auditoria Interna da Companhia, assim como a qualidade de seu corpo técnico e gerencial e os resultados do seu trabalho.

Conforme informado pela área responsável pela auditoria interna, riscos e compliance, as denúncias de descumprimento de normas têm o adequado tratamento de controle, avaliação e correção.

Este Comitê declara não ter ciência de qualquer denúncia de descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração da Companhia que representem a existência ou evidência de fraudes, falhas ou erros que, pela sua materialidade, coloquem em risco a continuidade da Companhia ou a credibilidade e confiabilidade de suas demonstrações financeiras.

Considerando os sistemas de controles internos existentes, a abrangência e a eficácia dos trabalhos realizados pelos Auditores Independentes, assim como seu respectivo parecer, este Comitê de Auditoria, por unanimidade, entende que as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 (“Demonstrações Financeiras de 2021”) apresentam adequadamente a posição financeira e patrimonial da Light em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil, às normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), à legislação societária brasileira e às normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, razão pela qual recomenda: o encaminhamento das Demonstrações Financeiras de 2021 para a análise do Conselho de Administração e consequente submissão à deliberação da Assembleia Geral Ordinária.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2022.

Vanessa Claro Lopes (Coordenadora do Comitê de Auditoria Estatutário)

Hélio Paulo Ferraz

Lavinia Rocha de Hollanda

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da LIGHT S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, de acordo com o disposto no artigo 163, da Lei nº 6.404/76, examinou o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Financeiras, a proposta de Destinação dos Resultados e o Orçamento de Capital, todos relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 da Companhia. Nossos exames das demonstrações citadas no parágrafo anterior foram complementados, ainda, por análise de documentos e, substancialmente, por informações e esclarecimentos prestados aos membros do Conselho Fiscal pelos Auditores Independentes e pela Administração da Companhia. Desta forma, considerando, ainda, o parecer dos Auditores Independentes EY, o Conselho Fiscal, por unanimidade, opina favoravelmente no sentido de que os referidos documentos estão em condições satisfatórias para serem apresentados à deliberação da Assembleia Geral Ordinária.

Rio de Janeiro, 22 de março de 2022.

Conselheiros Fiscais: Ary Waddington, Sergio Xavier Fortes e Luiz Paulo de Amorim